



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

VIRGILIO SENA NERY

**ENTRE LUTAS E DESPEDIDAS:**  
DA DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA À  
AUTOCRÍTICA DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO  
(1966-1976)

Salvador – BA  
2016

VIRGILIO SENA NERY

**ENTRE LUTAS E DESPEDIDAS:**

DA DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA À  
AUTOCRÍTICA DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO  
(1966-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Carlos Zacarias Sena Júnior

Salvador – BA  
2016

VIRGILIO SENA NERY

**ENTRE LUTAS E DESPEDIDAS:**

DA DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA À  
AUTOCRÍTICA DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO  
(1966-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Zacarias Sena Júnior

---

Prof. Dr. Antônio Maurício Freitas Brito

---

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

A toda geração que ousou lutar em meio às trevas e às  
sombras dos anos de chumbo.

In memoriam, a Joquielson Batista.

À Nailda de Jesus Sena, minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

A execução desse trabalho só foi possível graças à contribuição de várias pessoas. Desde o projeto até agora, cada um, do seu jeito, colaborou para que chegássemos até aqui. Nessa caminhada acidentada, não faltaram palavras de incentivo, abraços, sorrisos, cafunés e poesias.

Gostaria de agradecer ao professor Carlos Zacarias, meu orientador de mestrado, pelo interesse em minha pesquisa desde os primeiros contatos no Grupo de Pesquisa História dos Partidos e Movimentos de Esquerda na Bahia. Pela paciência com o cumprimento dos prazos e pelas substanciais colaborações ao meu trabalho. Ao prof. Dr. Eurelino Coelho pelas preciosas contribuições, críticas, apontamentos e sugestões à minha pesquisa na banca de qualificação. A Gilvan, funcionário da pós-graduação, sempre gentil e prestativo. Aos funcionários do Arquivo Público do Rio de Janeiro, que me receberam de forma acolhedora, permitindo o acesso a fontes imprescindíveis para este trabalho.

A Igor Gomes, pela confiança e solidariedade de me abrir as portas de seu apartamento no Rio e por me apresentar esta proposta de pesquisa em uma esquina da cidade da Bahia. Muito obrigado!

Aos meus companheiros de luta e belos sonhos que emanaram vibrações positivas e compreenderam minha ausência. Aos meus colegas da pós-graduação, que entre um debate e outro, fizeram brotar sorrisos e versos. A Anderson, parceiro com quem dividi essa caminhada até aqui.

Quero externar minha gratidão aos meus familiares, aos meus irmãos: Toinho, Raimundinho, Marinho, Maria, Nai e Anita. Aos meus sobrinhos, que entre uma brincadeira e outra, arrancavam doces sorrisos do tio. À família que a vida me deu: Dona Ed, seu Antônio, Nilma, Rogério, Rose, Gustavo, Dica, Chico, Rosa, Leu, Gabriel, Karina, a vocês, muito obrigado.

Agradeço a Cleber, Daniel Jerônimo, Vânia, Gabriela, Hilton, Yaci, Cecília, Dani, Leice, Edemir, Fábio, Meire, Marivaldo, Danilo, Emanuel, Cloux, Neidson, Rafael, Rafaela Cardoso pelas carinhosas palavras de incentivo.

Peço licença aos demais para fazer alguns agradecimentos especiais. Primeiro, quero agradecer à minha mãe, minha grande referência, pelo carinho, preocupação e esforço para me criar sozinha e me ajudar a chegar até aqui. A Gerson, companheiro de tantas jornadas, lutas, sonhos e uma grande paixão em comum: o Esporte Clube Bahia. A Maurício Punk, pela

amizade, preocupação, carinho e solidariedade ao longo de toda esta caminhada. À Ediene Gomes, por me mostrar outras janelas para o mundo e me fazer acreditar em mim mesmo. Por fim, à companheira inseparável nas horas de agonia e incerteza, Nelinha, meu amor, por me mostrar que em uma poesia sempre cabe mais um verso.

À FAPESB pelo financiamento da pesquisa.

Se cometi o pecado de esquecer alguém, peço desculpas.

## **RESUMO**

Este trabalho consiste em analisar a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro entre 1966 e 1976. Procuramos investigar a formação, áreas de atuação e formas de luta da organização na luta contra a ditadura militar. Analisamos a disputa pelos rumos da organização através da luta interna que resultou em cisões e desencontros. O processo de autocrítica e as repercussões na atuação do MR-8 no movimento social. A partir de documentos de circulação interna, jornais da organização e entrevistas orais, apresentamos essa trajetória.

**Palavras-chave:** Ditadura. Movimento estudantil. Luta armada. Autocrítica.

## **ABSTRACT**

This work is to analyze the trajectory of the Communist Dissent of Guanabara and Revolutionary Movement 8th October between 1966 and 1976. We seek to investigate the formation, areas of operation and organization of the fight forms in the fight against the military dictatorship . We have analyzed the dispute over the organization's direction through the internal struggle which resulted in divisions and disagreements. The process of self-criticism and the repercussions on the MR-8 performance in the social movement. From internal circulation of documents, newspapers of the organization and oral interviews present this trajectory.

**Keywords:** Dictatorship. Student movement. Armada fight. Self-criticism.



## LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista Leninista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BS – Brasil Socialista

CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira

CIA – Agência Central de Inteligência

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CONUNE – Congresso da União Nacional dos Estudantes

CP – Construção Partidária

CRUSP – Conjunto Residencial da USP

DECEM – Diretório Estudantil do Centro de Educação Média

DG – Direção Geral

DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FAFERJ – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCC – Partido Comunista Cubano

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO – Política Operária

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PPL – Partido da Pátria Livre

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UDN – União Democrática Nacional

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UME – União Metropolitana dos Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 Justificativa .....	18
1.2 Objetivos e descrição dos capítulos .....	19
<b>2 DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO À LUTA ARMADA</b> .....	26
2.1 O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Declaração de Março de 1958 .....	28
2.2 Política operária, ação popular e Partido Comunista do Brasil .....	33
2.3 Inspirações revolucionárias .....	38
2.4 A primeira fase da repressão e o movimento estudantil .....	41
2.5 Entre ameaças e sonhos .....	45
<b>3 DA DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA (DI-GB) AO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)</b> .....	53
3.1 Do Cândido de Oliveira para a União Metropolitana dos Estudantes (UME) ....	55
3.2 As flores não derrubam canhões .....	62
3.3 O 30º Congresso da UNE e o AI-5 .....	65
3.4 Beco sem saída .....	68
3.5 Agora é para valer .....	73
3.6 A repressão no encalço .....	79
3.7 Buriti cristalino .....	83
3.8 Autorretrato .....	87
<b>4 CONSTRUINDO NOVAS FORMAS DE LUTAR</b> .....	94
4.1 Entre as cicatrizes do tempo .....	101
4.2 Racha .....	105
4.3 Novos ventos .....	116
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	123
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125

## 1 INTRODUÇÃO

A Dissidência Comunista da Guanabara<sup>1</sup> (DG) é uma entre tantas outras dissidências do Partido Comunista Brasileiro. Nascida no movimento estudantil, a DG se tornou uma das principais organizações do Movimento Estudantil (ME) universitário carioca.

A Dissidência da Guanabara surge primeiro como uma fração dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>2</sup>. Essa “fração” era basicamente constituída por estudantes comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade de Direito, pertencentes à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Essa fração interna do PCB rapidamente ganhou espaço dentro do ME carioca, e tinha como objetivo aprofundar as contradições internas do “partidão” e acumular forças para a criação de um partido revolucionário. Para tanto, contribuíram a Ação Popular (AP) e a Política Operária (POLOP), que apresentaram contatos e conexões, em outras faculdades da Guanabara e demais Estados. Como estas organizações também discordavam das orientações gerais do PCB, e queriam seu enfraquecimento ou desagregação, eram simpáticas ao fortalecimento dos dissidentes do Partido.

Mas, sem dúvida, foi após o golpe de 64 e a crescente radicalização do ME que a DG encontrou um amplo espaço político para fortalecer suas bases; em pouco tempo, controlaria os centros acadêmicos da principal Universidade carioca. A história da Dissidência fluminense está diretamente ligada ao movimento estudantil.

A rápida vitória do golpe militar apanhou desprevenidas as organizações comunistas. O golpe militar aprofundou a crise do Partido Comunista Brasileiro, resultando na saída de um grande número de militantes e dirigentes políticos insatisfeitos com a postura do partido diante da nova realidade política do país.<sup>3</sup>

A atuação no movimento estudantil foi território privilegiado das esquerdas nos anos 1960. Apesar da concorrência dos setores liberais, o movimento estudantil foi hegemonizado pela esquerda nascida dentro do PCB. As mobilizações contra a Lei Suplicy foram

---

<sup>1</sup> A Dissidência da Guanabara em 1969 assumirá a sigla MR-8. Até lá atuará como uma corrente do movimento estudantil carioca.

<sup>2</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a Ditadura à luta eleitoral no PMDB. *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964*. Civilização Brasileira, 2007.

<sup>3</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

fundamentais na reconstrução das organizações de esquerda no ME.<sup>4</sup>

Nas eleições parlamentares de 1966, a DI-GB, ainda como fração clandestina do “partidão”, resolveu convocar a população a votar nulo, mesmo o PCB tendo candidatos envolvidos no processo eleitoral. Essa divergência com a direção do Partido foi o ponto final da relação entre a DI-GB e o PCB. A partir daquele ano, a Dissidência carioca passava a funcionar como uma organização revolucionária do ME. A partir de então passaram a ser conhecidos como Dissidência Comunista da Guanabara.<sup>5</sup>

Em 1966, a DI-GB controlava os principais centros acadêmicos do Rio de Janeiro e assumiu a presidência da União Metropolitana de Estudantes – UME- sob a direção de Daniela Aarão Reis. Contudo, será em 1968 que a DI-GB se afirmará como uma das principais organizações nacionais do ME nacional. A grande ascensão da DG no ME nacional estava ligada à capacidade de a organização estabelecer um diálogo entre a luta por melhorias no sistema de ensino e a resistência contra a ditadura.<sup>6</sup>

O ano de 1968 foi de grande efervescência política e social<sup>7</sup>. As mobilizações estudantis se espalharam pelas grandes capitais, tendo o Rio de Janeiro como principal catalisador dos movimentos que questionavam o regime autoritário. A maioria dessas manifestações foi liderada por dissidências do Partido Comunista Brasileiro que atuavam no movimento estudantil.

De modo geral as passeatas de 1968 reivindicavam o ensino público e gratuito para todos, reforma democrática do ensino superior com melhoria do ensino, maior participação estudantil nos espaços de decisão e mais verbas para pesquisas que deveriam voltar-se para a solução dos problemas sociais e econômicos do país.

A morte do estudante Edson Luis, no Restaurante Calabouço, seria o estopim para um ano marcado por manifestações. A partir daí, houve um acirramento cada vez maior entre os estudantes e a repressão policial. A Dissidência carioca assumiu o posto de comando das manifestações através do controle das entidades estudantis secundaristas e universitárias.

Nesse contexto, a ditadura militar lançará mão do ato institucional de número 5 (AI-5). O AI-5 ampliou significativamente o poder dos militares. Segundo Maria Celina D'Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro, a partir da eleição de Costa e Silva, os militares impõem a

---

<sup>4</sup> SILVA, Isabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 2009. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2009.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>7</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

radicalização do Estado.

Um novo grupo muito mais disposto a implementar medidas de restrição à participação e ao jogo político, se instalou no poder. O regime militar começa a ganhar novos contornos. Após três anos de tentativas de conciliação e negociação por parte de homens que cercavam Castelo Branco, com Costa e Silva a idéia de revolução chegou ao seu paroxismo: os radicais que cercavam o novo presidente se proponham a reconstruir o país a partir de novas bases. Essa utopia autoritária estava claramente fundada na idéia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.<sup>8</sup>

A utopia autoritária levou os militares a acreditarem que era possível acabar com todas as formas de oposição à ditadura. Desejavam inserir o Brasil na “democracia ocidental cristã, afastando definitivamente o fantasma do comunismo ateu e revolucionário”.<sup>9</sup>

À medida que os militares foram aprofundando a repressão, a esquerda respondia com um número cada vez mais significativo de ações armadas. À exceção da maioria do comitê central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado.<sup>10</sup> É importante salientar que a resistência à ditadura se deu através de formas armadas e não armadas de luta. Movimentos sociais e organizações que não aderiram à luta armada também conviveram com a dura repressão dos anos de chumbo.

O sequestro do embaixador norte americano, Charles Burke Elbrinck, planejado e executado em conjunto com a Ação Libertadora Nacional- ALN<sup>11</sup>, fez da dissidência da Guanabara uma das organizações mais destacadas da esquerda brasileira no período. Neste episódio, a organização assumirá a sigla MR-8, com o objetivo de desmascarar a ditadura.

A dissidência comunista da Guanabara assume a sigla MR-8, a fim de desmoralizar o regime, já que, em agosto de 69, uma publicação da *Revista Manchete*<sup>12</sup> anunciou o desmantelamento da organização no país. Um pequeno grupo foi capturado no interior do Paraná, neste mesmo ano, e se intitulava MR-8. O documento entregue ao regime foi a sinalização de que a organização não havia acabado:

Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e

<sup>8</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 6.

<sup>9</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 273.

<sup>10</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>11</sup> PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada. Memórias Romanceadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

<sup>12</sup> A Revista Manchete, em 1969, publicou uma reportagem sobre a prisão de um grupo de militantes que iniciavam o treinamento de guerrilha no interior do Paraná, este grupo intitulava-se MR-8, segundo a revista.

matando ponha as barbas de molho agora será olho por olho, dente por dente. (MR-8, ALN, 1969).<sup>13</sup>

Assumindo a sigla, o grupo originário da dissidência comunista da Guanabara aumentava sua rede de contatos espalhando seu trabalho político pelo país<sup>14</sup>. Não custa lembrar que o MR-8 é uma entre as várias organizações que resistiram ao regime militar através de ações armadas. Além do contexto interno, essa alternativa era reforçada por experiências externas. As lutas no Vietnã e na Coréia, as vitórias na China e principalmente em Cuba eram exemplos que mostravam a possibilidade de derrubar o regime e construir uma alternativa de poder ao país.

A China, a Coréia, Cuba e o Vietnã, a Argélia, são exemplos que a História registrou de luta contra o imperialismo, 'o inimigo número um do gênero humano'. São países integrantes do que se convencionou chamar de o TERCEIRO MUNDO. Um mundo constituído por nações exploradas, submetidas a violência institucional e armada. (MR-8, 1971).

A Revolução em Cuba e a resistência vietnamita estimulavam os sonhos no Brasil. Os exemplos vitoriosos, em países do chamado terceiro mundo do movimento de esquerda, faziam da luta armada uma necessidade na América Latina, segundo as formulações dos grupos armados. No decorrer da década de 1970, a derrubada do Governo de Salvador Allende no Chile abateu profundamente a esquerda, que se encontrava em pleno processo de autocrítica.

O processo de desintegração das organizações armadas no Brasil começou em 1969, e foi praticamente concluído em 1971 – após prisão, assassinato ou saída de muitos militantes do país. O exílio, que a princípio foi derrota, perda, eliminação, afastamento, abriu outros horizontes para as esquerdas, colocando-as em contato com realidades diversas, exílio foi o tempo e o lugar de redefinições das esquerdas.<sup>15</sup>

Os jornais e revistas que chegavam do exílio ao Brasil estimulavam o debate dentro das organizações de esquerda. A imprensa alternativa difundiu estudos sobre a realidade brasileira, conjuntura e formas de organização do trabalho político no país. Segundo

---

<sup>13</sup> Documento enviado ao governo militar com reivindicações do MR-8 e ALN (Aliança Libertadora Nacional) em troca do embaixador norte americano.

<sup>14</sup> SILVA, Sandra Regina. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador*. Dissertação de mestrado. 2003. 180 fls. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2003.

<sup>15</sup> ROLLEMBERG, Denise. "Memórias no exílio, memórias do exílio". In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 3.

Maria Paula Nascimento Araújo<sup>16</sup>, uma das implicações desse processo foi a publicação da revista *Brasil Socialista*.

O processo de autocrítica da luta armada iniciaria no Brasil e chegaria ao exílio. Os grupos foram se refazendo, fazendo críticas a formas de luta do passado. Para os que continuaram no Brasil, a movimentação se dava em sentido inverso, buscavam fortalecer sua rede de contatos tentando reconstruir o trabalho, mantendo a resistência contra o regime.

O debate sobre a autocrítica do MR-8 começaria no exterior e se expandiria pelas bases da organização em todo o país. A saída das principais lideranças do Brasil enfraqueceu as bases da ação política do grupo comunista. Camurça (2006)<sup>17</sup> assinala a realização de uma reunião no Chile, antes do golpe, realizada pelo MR-8, decidindo encerrar as ações armadas e iniciar um trabalho de massas nos sindicatos operários e nas associações populares. Ativando bases e contatos ainda existentes, a organização conseguiria sobreviver e rearticular um trabalho político no país.

Com a desarticulação da organização no Brasil, os dirigentes mais antigos, exilados, passaram a desconfiar da nova direção que assumiu a construção do trabalho político no país, a divergência girava em torno da maneira como foi conduzida a organização após a saída dos quadros mais experientes. Alfredo Sirkis<sup>18</sup>, no seu livro *Roleta Chilena*, apresenta os fatores para a cisão da organização de tradição militarista.

Um grupo composto, entre outros, por quadros da antiga direção que tinham sido presos e depois trocados pelos embaixadores americano e alemão suspeitava dos seus sucessores, os dirigentes atuais, que tinham saído clandestinos do país. Acusava-os de estar organizando uma fração para controlar definitivamente a organização e impor uma orientação da qual discordavam. Em busca de provas, dois companheiros fotocopiaram secretamente documentos da direção, subtraídos do seu arquivo reservado. Convocaram uma assembléia de militantes para denunciar a ‘fração’ e apresentar as provas.<sup>19</sup>

O resultado da disputa interna na organização foi a formação de dois grupos reivindicando a história do MR-8. Como resultado dessa divisão interna, o MR-8-CP (Construção Partidária) teve vida breve, pois com o golpe no Chile, em 1973, ficou inviável manter a organização que detinha laços apenas no Chile, completamente isolada. Por outro

<sup>16</sup> A revista *Brasil Socialista* era a porta voz do debate sobre as novas possibilidades de luta política no Brasil feito pelos militantes do MR-8 fora do país. Ver também: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

<sup>17</sup> ROLLEMBERG, Denise. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 3.

<sup>18</sup> SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. São Paulo: Record, 1981.

<sup>19</sup> SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. São Paulo: Record, 1981, p. 73.



lado, o MR-8-DG (Dissidência da Guanabara) permanece até hoje e durante o exílio fez o seu segundo congresso, decidindo acabar com a luta e as ações armadas.<sup>20</sup>

O MR-8 é uma entre várias organizações que sofreram um processo de transição. O vanguardismo e sua pequena influência política seriam alguns dos elementos que contribuíram para a derrota da luta armada. A crítica ao vanguardismo dá, cada vez mais, o tom dos documentos publicados pelo MR-8 depois da morte de Lamarca. No documento *Perspectivas da Esquerda*<sup>21</sup>, o MR-8 aponta o resultado da opção pelo vanguardismo:

Foi necessário que sofresse um enorme número de derrotas para que começasse a perceber a profundidade de seus erros políticos gerais. Pode-se considerar, infelizmente, que o que criou as condições para o surgimento de algum questionamento mais sério foi o enfraquecimento extremo em nossas fileiras. Foi sem dúvida um preço caro: centenas de militantes presos, muitos assassinados em combate ou na tortura, numerosas deserções e diversas traições. As formas e os caminhos por que passaram as autocríticas anteriores (umas mais superficiais outras mais consistentes) e as reformulações, nem sempre foram as mais produtivas. Muitas forças se dispersaram ou simplesmente recuaram para posições mais espontaneístas, mais cômodas.

No Brasil, a economia vivia seus anos dourados. A modernização conservadora cavalgava a passos largos e o consenso social em torno da ditadura era razoável. Porém, a partir de 1974, a esquerda recuperaria seu espaço na sociedade com as bandeiras em torno das lutas democráticas.

No primeiro momento, o MR-8 se aproximaria de duas organizações: a Ação Popular Marxista Leninista (APML) e a Política Operária (POLOP). O trio de organizações defendia a atuação prioritária no movimento operário e apostava na construção do partido comunista revolucionário.

Após a decisão de apoiar candidaturas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições de 1974, MR-8 e APML se afastaram da POLOP, que discordava da aproximação com setores do MDB. O MR-8 se somaria às organizações que lutaram pelo retorno de regime democrático. Em paralelo, fortaleceu sua presença nos movimentos populares através do trabalho na Associação Geral de Favelas no Rio de Janeiro, chegando a eleger Antonio Carlos Nunes de Carvalho vereador da Guanabara com mais de 40 mil votos em 1978.

---

<sup>20</sup> Sobre a disputa pelo legado e simbolismo das organizações políticas ver: KERTZER, David. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 15, p. 15-36.

<sup>21</sup> Documento interno do MR-8 de fevereiro de 1972.

## 1.1 Justificativa

Numerosos trabalhos sobre a esquerda armada vêm sendo produzidos no Brasil, desde finais da década de 1970, em pleno processo de abertura política. Autobiografias e livros de memórias narraram experiências individuais e coletivas do combate armado e não armado contra a ditadura. A partir dos anos 1990, teses e dissertações floresceram no meio acadêmico tendo como objetivo o estudo dos anos de chumbo.

O estudo das organizações de esquerda armada e o processo de autocrítica ainda engatinham na historiografia nacional. Nesse sentido, a pesquisa de uma organização armada de destaque no cenário, como o MR-8, tem relativa relevância histórica. Além disso, o quase silêncio historiográfico sobre as organizações armadas no pós-luta armada reforçam a importância do tema.

As pesquisas sobre a autocrítica das organizações armadas ainda são insuficientes para uma análise global, apesar do esforço que tem sido feito no último período para responder a esta lacuna historiográfica. Entre um conjunto imenso de trabalhos sobre a ditadura, identificamos apenas dois que se dedicam ao estudo das organizações e seu processo de autocrítica.

Tadeu Silva Antonio Dix Silva, em sua Tese de doutorado, além do estudo sobre a trajetória da organização, analisou a autocrítica da Ala Vermelha. A partir da análise do enfraquecimento orgânico da Ala Vermelha, aponta os primeiros sinais de crítica à luta armada e o impacto da publicação do documento “autocrítica 1967-1974”, no interior da organização. Se dedica ainda a compreender o pós-autocrítica e o retorno da Ala Vermelha ao movimento de massa e a entrada no Partido dos Trabalhadores (PT), no contexto da transição democrática.<sup>22</sup>

Assim como Tadeu Silva, Isabel Cristina Leite dedica um capítulo de sua Dissertação de Mestrado sobre o Comando de Libertação Nacional (COLINA) para entender o debate do pós-luta armada no interior da organização. Investiga, através das correspondências entre militantes, os sentidos da luta revolucionária e a maneira como a prática e a teoria foram

---

<sup>22</sup> SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judiciária no Estado de São Paulo (1967-1974)*. 2006. 293 fls. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2006.

examinadas.<sup>23</sup>

## 1.2 Objetivos e descrição dos capítulos

O principal objetivo desta dissertação é investigar uma parte da trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), desde sua formação, ainda como organização estudantil, até o período posterior ao processo de autocrítica da luta armada. Nossa pesquisa toma como ponto de partida o surgimento da fração estudantil do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que daria origem à Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), importante organização do movimento estudantil entre 1966 e 1968. Posteriormente, analisaremos parte do itinerário do MR-8, em especial entre 1969 e 1976.

Nosso recorte temporal vai de 1966 a 1976. Entretanto, isso não significa que estamos presos a uma camisa de força. Vamos transpor essa barreira temporal sempre que considerarmos imprescindível para um entendimento mais profundo do percurso revolucionário do Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

O conhecimento histórico é resultado de um período determinado, influenciado por questões que se tornam objeto de debate na sociedade como um todo. A importância dos estudos históricos para a sociedade contemporânea pode ser medida pelo crescente número de historiadores que foram formados nos últimos anos, aliado ao aumento significativo de programas de pós-graduação e o volume de pesquisas historiográficas desenvolvidas no país.

Com o desenvolvimento tecnológico e a explosão da sociedade de informação, um número cada vez maior de dados passou a ser gerado dentro de um tempo menor, e, com isso, o tempo histórico sofreu um processo de aceleração. Na sociedade do mercado, o dinheiro foi transformado em papéis invisíveis que se movimentam de um canto para outro em frações de segundos. É nesse universo modificado pela presença da comunicação de massa, dos capitais invisíveis, que a produção do conhecimento histórico se torna indispensável, pois:

Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca.

---

<sup>23</sup> LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. 2009. 199 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

Essa necessidade social de responder ao conhecimento instantâneo impulsionou os estudos da nova história política e a história do tempo presente. As mudanças ocorridas na História política, a partir da década de 1970, colocaram para os historiadores o desafio de repensarem o papel do político na construção de processos históricos. Para Rémond, “a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar”. A História política na segunda metade do século XX trouxe para a cena historiográfica novos elementos, anteriormente desprezados pela historiografia tradicional.<sup>24</sup>

Assim como a História Política, a História do Presente emergiu na segunda metade do século XX, apresentando novas perspectivas de análise do processo histórico. Para o historiador francês Roger Chartier, a história do tempo presente é a única que tem a possibilidade de estabelecer uma relação aproximada do objeto de estudo. “Ora, a história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro capaz de dizer realmente o que aconteceu”.<sup>25</sup> François Bédarida classificou assim a história do tempo presente: “Sabemos que a história do tempo presente, mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo portanto objeto de uma renovação sem fim”.<sup>26</sup>

O saber histórico é permanentemente modificado, reinterpretado e dotado de historicidade. Como ciência, a história não pode limitar-se a uma única metodologia de pesquisa engessada, uma vez que o conhecimento histórico resulta do constante aperfeiçoamento de técnicas de pesquisa e no amadurecimento intelectual permanente. Do mesmo modo, o hábito da crítica não é natural; é preciso que seja inculcado, e somente se torna orgânico por exercício de repetição. Diante disso, é possível compreender que:

Assim, o trabalho histórico é um trabalho crítico por excelência; quando nos entregamos a ele sem estarmos previamente prevenidos contra o instinto, nos afogamos nele. Nada temos a dizer contra a crítica dos documentos e materiais da história. O espírito histórico é crítico em sua base.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> REMOND, Rene (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Ver também: RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 46.

<sup>25</sup> CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV. p. 217.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>27</sup> BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978-a [original: 1969].

Ao longo dos anos, a produção historiográfica sofreu profundas mudanças, a história dos grandes homens, dos líderes políticos e o discurso oficial do Estado foram substituídos por sujeitos sociais desprezados pela historiografia tradicional, comprometida com interesses sociais dominantes. A idéia de imparcialidade que durante muito tempo pregava a distância entre o historiador e o objeto foi dando lugar a uma historiografia cada vez mais comprometida com interesses sociais.<sup>28</sup>

A pesquisa histórica brota de descobrimentos. A ampliação das possibilidades de material tornou a produção historiográfica resultado de uma variada combinação de fontes documentais e orais, tornando cada vez mais raros os trabalhos que se sustentam com um único tipo de fonte. A superação do paradigma positivista resultou numa significativa ampliação das possibilidades de desenvolvimento da pesquisa e uma multiplicidade considerável de sujeitos históricos.

À luz destas contribuições, fazer história política é voltar-se para o estudo de organizações armadas no período entre 1964-1985; refazer os caminhos e reler o ambiente das lutas sociais no país, os sujeitos políticos e seus projetos de poder. Requer ainda o cuidado de mesmo envolvido emocionalmente ter a capacidade de manter a capacidade crítica na interação com o objeto.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos considerável número de fontes. Documentos impressos como jornais e boletins, documentos datilografados, de circulação interna como cadernos de resolução, além de entrevistas orais. Entretanto, muitas vezes não foi possível encontrar periódicos e documentos produzidos pela DI-GB e o MR-8.

Com o aumento das possibilidades de investigação, o historiador-pesquisador incorporou a contribuição de outras áreas do conhecimento, transformando a pesquisa histórica numa atividade cada vez mais interdisciplinar. Antes de apontarmos caminhos para a análise dos documentos, precisamos definir o que é metodologia. “[...] “Metodologia” remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador.” (BARROS, 1999, p. 80). A produção científica depende da capacidade de desenvolver uma metodologia capaz de responder aos desafios da pesquisa. Ainda segundo Barros:

Diante de um material bruto escolhido ou produzido para sofrer observações e experimentações e diante de um campo de fenômenos que se apresenta à experiência sensível ou à percepção crítica, é preciso adotar métodos e

---

<sup>28</sup> REMOND, Rene (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

técnicas para a coleta de dados, para análise destes dados, para comparar as análises empreendidas, para criar condições de experimentação ou de observação que possam ser mais tarde reproduzidas cientificamente.<sup>29</sup>

No tratamento das fontes orais, aprofundaremos as questões envolvendo história oral X tempo presente. Como assinala Cardoso (2004), a subjetividade está tão arraigada na leitura que se faz tanto no passado quanto no presente. Sendo assim, na análise destas fontes, é necessário considerar a trajetória do depoente, mudanças e permanências no seu posicionamento político e ideológico. Pontua-se que as modificações deste posicionamento podem representar uma autocrítica, ou uma visão muito destoante da leitura da época. O pesquisador não pode desconsiderar estes elementos. A estas mudanças devemos acrescentar ainda outros motivos que levem o entrevistado a omitir, ressaltar ou modificar fatos e versões sobre seu passado, aqui incluindo questões acerca da memória. Estar atento também para lembranças “incômodas” é uma das prerrogativas para quem lida com fontes orais, notadamente narrativas de militantes políticos.

Ao longo da pesquisa, entrevistamos quatro militantes da DI-GB e MR-8: Carlos Alberto Muniz, Cid Benjamin, Daniel Aarão Reis e João Lopes Salgado. Tivemos acesso ainda a entrevistas pertencentes ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, sob a coordenação da Professora Maria de Paula Araújo.

Não custa lembrar que conhecimento se produz em diálogo. Deste modo, estabeleceremos interlocução permanente com autores e obras que tratam da trajetória das esquerdas armadas no Brasil. Não obstante a multiplicidade de textos, destacaremos quatro autores.

Em *A Revolução Faltou ao Encontro*, Daniel Aarão Reis, utilizando entrevistas realizadas em conjunto com o professor Marcelo Ridenti, analisa os processos judiciais do Projeto Brasil Nunca Mais e documentos do Arquivo Público do Rio de Janeiro. “O estudo comparativo das experiências das revoluções vitoriosas foi essencial para a compreensão dos caminhos e descaminhos da revolução brasileira”.<sup>30</sup>

A falta de cumplicidade entre os revolucionários e os movimentos sociais teria inviabilizado o projeto da esquerda armada. A derrota da luta armada teria uma relação direta com a distância entre o projeto da esquerda e a dos desejos da sociedade brasileira mais alinhada à ordem e ao sistema capitalista.

---

<sup>29</sup> BARROS, José D’Assunção. Teoria e metodologia: algumas distinções fundamentais entre as duas dimensões, no âmbito das ciências sociais e humanas. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, n. 1, p. 273-289, maio 2013. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br.p.273>>.

<sup>30</sup> <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas\\_Revolucionarias\\_e\\_Luta\\_Armada.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf) p. 6>.

Afastando-se cada vez mais de suas posições políticas do passado, atribui às organizações e partidos de esquerda uma falta de sintonia com a realidade nacional. Esse desencontro entre comunistas e a realidade nacional teria sido preponderante para as tentativas mal sucedidas de mudanças políticas, sociais e econômicas radicais no país.

O conhecimento superficial da realidade brasileira, a presença expressiva de indivíduos pequeno-burgueses, a importação de modelos internacionais seriam os elementos geradores desse descompasso.

Jacob Gorender, assim como Aarão Reis, foi um dos atores da luta contra o regime militar no país. Em seu livro: *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*, o autor faz uma discussão sobre as organizações e partidos comunistas entre 1964 e 1974. Consultou os arquivos do projeto Brasil Nunca Mais, além de entrevistas com militantes envolvidos no processo. Inicialmente aponta elementos da derrota da esquerda comunista em 64, chamando atenção para a efervescência social provocada pelas reformas de base e o avanço dos movimentos populares no período.

Após o golpe e a fragilidade da esquerda em responder ao novo cenário político, Gorender afirma que o grande derrotado do período histórico teria sido o PCB. Várias organizações surgiriam dentro do Partido Comunista, resultando da saída de dirigentes históricos e numerosos militantes que estavam insatisfeitos com a posição do partido.

Ainda assim, acredita que entre 1964 e 1968 houve um período de acúmulo político da esquerda que seria perdido logo após a aprovação do AI-5. Para o autor, o AI-5 viabilizaria o aumento da repressão e diminuiria a influência social das organizações comunistas. O aumento da repressão esfacelaria a esquerda revolucionária que durante algum tempo continuaria apostando na luta armada. Sem os resultados esperados, restaria à esquerda brasileira fazer uma leitura sobre as condições da luta política no país e os erros cometidos durante as ações armada.

Com a singularidade de ser um autor sem vinculações diretas com a temporalidade e a experiência de resistência das esquerdas armadas, o sociólogo Marcelo Ridenti (1993) aborda as relações entre as dissidências do Partido Comunista Brasileiro e os agrupamentos clandestinos que não têm origem nesta matriz. Utiliza vasta bibliografia, entrevistas orais e a documentação do Brasil Nunca Mais.

Para o autor um dos fatores decisivos para a diluição do PCB foi sua opção pela revolução passiva e a aliança com setores da burguesia nacional. Vários agrupamentos armados ou não nascem das contradições do partido comunista.

Outro aspecto importante da obra é o espaço dado à efervescência cultural dos anos de 1960. O teatro, o cinema e a música seriam expressões de um comportamento rebelde da juventude que, segundo dados apresentados por Ridenti, estudantes e a juventude representariam a maioria dos militantes envolvidos nas organizações armadas.

A dissertação de Izabel Priscila Pimentel, *Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*, é o principal trabalho sobre a trajetória da DI-GB no Brasil. A dissertação descreve as divergências do grupo carioca com a direção nacional do PCB, seu rompimento em 1966 e o início de sua atuação na luta armada. A organização, segundo ela, se tornou o principal grupo político de atuação no movimento estudantil no país, espalhando sua rede de contatos por outros estados, inclusive a Bahia.

Com o refluxo do movimento estudantil, ainda no primeiro semestre de 1968, a DI-GB passaria para as ações armadas, abandonando paulatinamente o movimento estudantil. O MR-8 ganhou notabilidade ao conceber e realizar o sequestro do embaixador norte americano, em 1969. Foi no curso desta ação que assumiram a sigla MR-8 e se tornaram uma das organizações de destaque na luta armada contra a ditadura militar.

Essa bibliografia constituiu a base desta pesquisa. Estas quatro obras atravessam praticamente todo o texto, revelando questões e ampliando os horizontes da pesquisa. Pela riqueza documental, indicaram alternativas que colaboraram para a solução de dúvidas que cercaram a pesquisa.

Por fim, dividimos esta dissertação em três capítulos. No primeiro, abordamos os efeitos do golpe de 1964 sobre a esquerda brasileira, buscando compreender as alternativas de luta política no período. Tentamos traçar um panorama das concepções revolucionárias que influenciaram as organizações de esquerda armada. Avaliaremos o processo de fortalecimento da repressão e os impactos no movimento social.

No segundo capítulo, analisamos o itinerário da DI-GB no movimento estudantil e a entrada na luta armada, assumindo a sigla MR-8. Refletimos, ainda, sobre as estratégias de ação do MR-8, sua organização interna, as ações armadas e as tentativas de furar o cerco nos centros urbanos.

No terceiro e último capítulo da dissertação, “Discutiremos o processo de autocrítica do MR-8”, tomamos como ponto de partida o ano de 1972, quando a organização inicia o processo de autocrítica, no contexto de isolamento social da esquerda, o racha que deu origem a duas organizações com o mesmo nome e a reconstrução do MR-8.

Ao passear pela história da DI-GB e do MR-8, nos deparamos com lembranças



incômodas, gestos e expressões que diziam mais do que o depoente esperava. Muitas vezes, tivemos que ter a paciência para encarar o silêncio e a resistência que instigaram e trouxeram questões a esta pesquisa.

Ao refazer os caminhos de uma organização revolucionária, através desta pesquisa, buscamos dar uma contribuição à historiografia da esquerda brasileira. Por fim, assumimos que os equívocos e insuficiências são de responsabilidade exclusiva do autor.

## 2 DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO À LUTA ARMADA

1º de abril de 1964, o Brasil amanheceu sob o golpe civil militar. A ditadura derrubou o governo de João Goulart e deu início ao mais longo regime de exceção da história do país. O fantasma do comunismo foi usado como justificativa para o golpe. Nesse sentido, o golpe se inseriu no contexto de disputa entre as duas maiores potências econômicas, políticas e culturais do século XX. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América influenciaram projetos de sociedade em todo o mundo.

Não houve qualquer resistência imediata ao golpe. As forças progressistas da sociedade brasileira não conseguiram organizar frentes de batalha em defesa da democracia e do governo. Atônitos, assistiram ao desenrolar dos acontecimentos sem esboçar nenhuma capacidade de reação. Por outro lado, diferente do que muitos apostavam, a classe dominante não expôs qualquer resistência aos acontecimentos da madrugada do dia 31 de março de 1964, colaborando com a estratégia de inclusão do Estado brasileiro no projeto mundial das grandes multinacionais.<sup>31</sup>

Após o golpe consumado, o presidente João Goulart foi para o Rio Grande do Sul, onde encontrou Leonel Brizola, que estava disposto a resistir. Propôs a formação de um governo no Rio Grande do Sul, sob a presidência de Goulart, em que ele seria o ministro da Justiça. De lá seria organizada a resistência ao golpe, mas após conversas com generais do III Exército, ficou explícito que não havia condições para organizar a resistência, uma vez que os soldados de baixa patente estavam comprometidos com o golpe.<sup>32</sup>

Os eventos que se desenrolaram no Brasil tiveram consonância com os acontecimentos que marcaram a história recente da América Latina. Nos anos de 1960 e 1970, os militares protagonizaram golpes em vários países latino-americanos. O golpe foi contra a embrionária democracia brasileira, contra as reformas em curso e contra as organizações dos trabalhadores.<sup>33</sup>

No dia 2 de abril, em apoio ao golpe, milhares de pessoas foram às ruas, em várias capitais do país, na “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” ou “Marcha da vitória”. Essas marchas, reeditadas a partir da primeira ocorrida em São Paulo em 19 de março de

---

<sup>31</sup> DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 38.

<sup>32</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>33</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista brasileira de História*, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

1964, foi a voz da pequena burguesia, das classes dominantes, do capital associado e dos grandes industriais que anunciaram seu apoio ao golpe. No dia 3 de abril, Humberto de Alencar Castelo Branco foi empossado presidente da república, iniciando a trajetória dos militares à frente da política nacional.

Renê Armand Dreifuss desenvolveu uma visão em torno da conspiração política que deu origem ao golpe. Os grupos que participaram do golpe contra a democracia foram o resultado de uma coesão política constituída em volta do projeto de poder da Escola Superior de Guerra (ESG), da Agência Central de Inteligência (CIA), do capital associado nacional e multinacional e o complexo IPES/IBAD.<sup>34</sup>

Para Florestan Fernandes, o golpe de 1964 foi, de fato, uma contrarrevolução. O objetivo da intervenção militar era afastar qualquer possibilidade de aprofundamento da democracia que ameaçasse os interesses predominantes da burguesia. “Quanto ao plano externo, o golpe de Estado fez parte de um ciclo mais amplo, que levou à *guerra fria* e à doutrina de desenvolvimento com segurança do centro para a periferia”.<sup>35</sup>

Com isso, a queda do governo Goulart foi decisiva para frear o desejo de significativas mudanças na estrutura social brasileira. Nem os setores mais tradicionais da economia brasileira ligados ao capital agrário, nem a burguesia vinculada às atividades industriais admitiam qualquer modernização que não estivesse sob o controle restrito de seus interesses.<sup>36</sup> Para Caio Navarro de Toledo,

o golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos.<sup>37</sup>

Jacob Gorender, assim como Florestan Fernandes e Caio Navarro de Toledo, caracteriza o golpe como preventivo em resposta a uma situação pré-revolucionária existente nos primeiros meses de 1964. “A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse”.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>35</sup> FERNANDES, Florestan. *O Brasil em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 113.

<sup>36</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “1964: temporalidades e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

<sup>37</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista brasileira de História*, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

<sup>38</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 67.

O golpe correspondeu às necessidades das classes dominantes, que mantiveram sob controle, o processo de modernização conservadora nacional. A modernização das relações capitalistas ocorreu sob a tutela do capital associado, que através da influência nas esferas do Estado, aplicou sua receita para o desenvolvimento.

## **2.1 O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Declaração de Março de 1958**

A publicação dos crimes de Josef Stalin pelo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Nikita Khrushchev, atingiu em cheio o movimento comunista. No relatório apresentado no XX Congresso PCUS, Stalin foi acusado de abusar da violência através de assassinatos e fraudes contra adversários. O relatório fez duras críticas aos stalinistas e apontou para a necessidade de uma alternativa ao culto à personalidade. Apesar das críticas e denúncias, de fundo ético, a burocracia soviética permaneceu nos marcos do stalinismo quanto aos métodos.

Os impactos da publicação dos crimes de Stalin no Brasil foram profundos. As primeiras notícias saíram na grande imprensa e foram rechaçadas pela direção partidária. A direção nacional do PCB esperou retorno da delegação brasileira ao congresso para se posicionar.

O comitê central reuniu-se para ouvir a delegação em agosto. Foi enorme, como se pode presumir, a perplexidade. O Deus virara demônio. ‘O genial guia dos povos’ não passava de um apocalíptico criminoso. Khrushchev simplesmente demolira ‘o maquinista da locomotiva da História’. Entre muitos, a perda da inocência, o desgosto, náuseas e vômitos.<sup>39</sup>

O movimento comunista internacional mantinha uma relação de veneração a Stalin. O culto à personalidade marcou época na União Soviética. O relato da delegação brasileira estimulou grande debate no interior do partido, que terminou com a expulsão de dirigentes históricos, como Agildo Barata.<sup>40</sup>

A nova direção do PCB precisava de um programa renovado. Em março de 1958, a direção do PCB publicou o documento “Declaração sobre a política do PCB”. Esse documento foi a resposta do Comitê Central à crise que abateu o partido nos anos de 1950. A

---

<sup>39</sup> REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2002. vol. V. p. 89.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 91.

direção do PCB propôs uma renovação da linha política, tendo no caminho pacífico e na legalidade democrática como caminho alternativo para o socialismo.

A declaração de março não foi apenas um texto publicado no jornal do partido, mas a afirmação de uma nova linha política, afastando a “presença” stalinista do programa partidário. O PCB admitia, inclusive, a participação em governos que até pouco tempo eram considerados traidores de classe, acreditando que era possível disputá-los por dentro.

Para a direção do PCB, como o Brasil ainda não tinha concluído a etapa burguesa da revolução e mantinha traços feudais, os comunistas deveriam defender a etapa capitalista da revolução, apesar dos interesses distintos da burguesia nacional e do proletariado.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. [...] A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. [...] Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.<sup>41</sup>

O documento avança na interpretação da realidade nacional. O fato do PCB admitir a implementação do capitalismo no país revela um salto em relação a visão anterior que classifica o Brasil como um país exclusivamente feudal. Com isso, a uma modificação nas tarefas e etapas da revolução brasileira.

Desta forma, a revolução brasileira seria realizada em duas etapas: inicialmente ela seria nacional e democrática, anti-feudal e anti-imperialista, executa em uma aliança entre a classe operária e os camponeses com a pequena burguesia e a burguesia nacional; depois

---

<sup>41</sup> Declaração sobre a política do PCB, *Voz operária*, 22 de mar. de 1958.

avançaríamos a etapa socialista da revolução, através do caminho pacífico, preservando o confronto armado em caso de reação dos inimigos.<sup>42</sup>

A declaração expressava uma possibilidade de interpretação da realidade nacional em meio ao crescimento do sistema capitalista e o aprofundamento das contradições com o imperialismo. Mesmo com objetivos comuns, o processo de revolução nacional burguesa estava sob a hegemonia do proletariado.<sup>43</sup>

Dois aspectos chamam a atenção. O primeiro diz respeito à caracterização da sociedade brasileira, pois mesmo admitindo a permanência de elementos feudais, o documento reconhece o desenvolvimento do capitalismo e a relação de setores da burguesia com o imperialismo norte-americano. O segundo está relacionado à criação da frente ampla, composta por setores da burguesia nacional e dos trabalhadores. Sobre a frente ampla, o PCB defendia:

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças. [...] A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. O seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e concentração das forças antiimperialistas. Constituiu um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e de sua vanguarda comunista. Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuam contradições com o imperialismo norte-americano.

A proposição de frente única pelo PCB era, na verdade, uma visão equivocada da proposta de Lenin e Trotsky. Os revolucionários russos, no início do século XX, propuseram uma aliança dos comunistas com setores operários da social democracia. Essa tese, como foi formulada, deveria estar restrita à atuação no movimento operário num esforço para que os partidos comunistas pudessem avançar sobre as massas. No entanto, a partir do VII Congresso da Internacional Comunista a proposta de Lenin e Trotsky vai se transfigurando em frente

---

<sup>42</sup> FALCÃO, Frederico José. *Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH – Escola de Serviço Social, 2010. vol. IX. p. 533.

<sup>43</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 30.

popular, admitindo a aliança entre os partidos comunistas e setores da burguesia com interesses nacionais e anti-imperialistas.

A declaração de março apesar do avanço sobre a realidade brasileira manteve a possibilidade aliança como setores da burguesia nacional. Apesar das contradições internas e interesses díspares, a luta contra o imperialismo manteria a aproximação política da frente. A frente poderia se materializar na frente parlamentar e no movimento nacionalista. “A Declaração propunha uma plataforma de ‘soluções positivas’ para frente única, na qual se expressava uma política exterior independente e de paz, o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”.<sup>44</sup>

Não interessava ao proletariado romper com a burguesia, mas defender seus interesses de forma a ganhar a própria burguesia para a defesa dos interesses de amplas parcelas do proletariado, aumentando a coesão da frente. Com isso a via pacífica da revolução representava a alternativa para o estágio da luta política no país ao propor:

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extraparlamentar. [...] O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.

Nesse sentido, a Declaração Política do PCB afastou o caminho insurrecional como alternativa imediata do proletariado. Acreditava que a construção de um bloco de interesses com setores burgueses poderia responder as necessidades dos trabalhadores na cidade e no campo, através de um governo nacional democrático. Por fim, o documento discorreu sobre maneiras de alcançar os objetivos traçados.

1. — Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.
2. — Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.
3. — Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 163.

parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.<sup>45</sup>

Afastando-se do programa do quarto congresso e da via insurrecional, o PCB fez apenas uma ressalva a possíveis tentativas de golpe por setores entreguistas e reacionários que seriam combatidas através do enfrentamento armado. A distância da revolução insurrecional foi um sinal dos tempos.

Em setembro de 1960, o PCB realizou seu quinto congresso, confirmando a adesão ao programa definido em março de 1958. A tese do grupo dirigente ganhou por ampla maioria. A única ressalva ficou por conta da negação da frente única e o fato de assumirem a reforma agrária como prioridade da luta partidária. Com a vitória no congresso, a nova direção acabou com a resistência de setores stalinistas dentro do partido.<sup>46</sup>

A chegada de João Goulart à presidência representou a possibilidade real de aplicação do programa do quinto congresso. O PCB mantinha uma proximidade com o novo presidente, podendo considerá-lo um aliado. Durante o seu governo, diversas vezes, Goulart tentou arrastar a administração do poder para uma postura mais de esquerda, o que só foi possível nos momentos finais da sua gestão.<sup>47</sup>

A fantasia democrática desarmou o maior representante da esquerda brasileira nos anos de 1960. Com a proximidade do golpe, o PCB continuou acreditando na legalidade burguesa, numa clara demonstração da incapacidade política da direção partidária de perceber as mudanças ocorridas na sociedade brasileira.<sup>48</sup>

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a classe trabalhadora brasileira foram os principais derrotados com os acontecimentos que envolveram o golpe de 1964. O PCB participou ativamente da campanha pelas reformas de base e durante todo o período do governo Goulart tentou influenciar o presidente a assumir uma postura mais de esquerda.

---

<sup>45</sup> Declaração sobre a política do PCB, *Voz operária*, 22 de mar. de 1958.

<sup>46</sup> FALCÃO, Frederico José. *Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH – Escola de Serviço Social, 2010. vol. IX. p. 533.

<sup>47</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 32.

<sup>48</sup> FALCÃO, Frederico José. *Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH – Escola de Serviço Social, 2010. vol. IX. p. 533.



## 2.2 Política operária, ação popular e Partido Comunista do Brasil

O reformismo do PCB foi objeto de debate em organizações que passaram a rivalizar com o velho partido comunista. A via pacífica e a reedição da visão etapista da revolução foram alvos das críticas de organizações que tentaram se afirmar como uma alternativa revolucionária para a sociedade brasileira.

As divergências com os rumos do PCB antecederam o golpe de 1964. Pequenas organizações trotskistas, desde o final dos anos de 1920, já mantinham distância das posições advindas do socialismo soviético. As organizações trotskistas defendiam a teoria da revolução permanente, inspirada nas ideias de Trótski.

A teoria da revolução permanente constatava que a burguesia deixara, havia muito, de ser revolucionária e se tornara conservadora, o que impossibilitava de realizar as tarefas democrático-burguesas necessárias aos países coloniais e semicoloniais, tese preconizada havia muito pelo movimento comunista. [...] Trótski examinou o desenvolvimento desigual e combinado dos países periféricos, que se manifestava em uma mesma formação social por intermédio de formas modernas e atrasadas. Ele afirmava que, nesses países, dada a incapacidade das suas burguesias de assumir um papel democrático e antiimperialista, somente o proletariado poderia ter tal papel, à frente de uma revolução democrática logo transformada em revolução socialista, a qual, por sua vez, somente poderia se completar em escala planetária.<sup>49</sup>

Apesar de numericamente pouco expressivas, as organizações trotskistas elaboraram importantes análises sobre a luta de classes no Brasil. Em suas críticas ao PCB, antecederam em alguns aspectos organizações influentes no cenário político nacional, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), cujo nome derivou de um jornal organizado no início dos anos de 1960, sob o título de *Política Operária*.

Do ponto de vista internacional, podemos considerar que a Revolução Cubana teve influência significativa nas organizações que surgiram no início dos anos de 1960. O processo revolucionário cubano ocorreu à revelia das orientações do Partido Comunista Cubano e da estratégia da via pacífica para revolução. Além disso, não resultou da ação do núcleo dirigente de um partido comunista organizado nos moldes tradicionais.

A POLOP formou-se em 1961, com jovens membros de várias organizações políticas. Em seu programa político, discordava do reformismo e da via pacífica do PCB, em seu lugar, propôs a luta revolucionária pelo socialismo, pois considerava que o Brasil era um país

---

<sup>49</sup> KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil, partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. vol. V. p. 118-119.

capitalista e as tarefas da revolução eram socialistas. As teses da POLOP foram objeto de debate de amplos setores da esquerda, pois se constituíram num polo de críticas ao nacionalismo e à aliança com setores da burguesia nacional. Diante da crítica do reformismo, da conciliação de classe e da visão hegemônica do PCB, a POLOP não conseguiu influenciar o movimento de massa ainda envolvido com o nacional-reformismo do PCB.<sup>50</sup>

As teses da organização tinham influência de variados pensadores marxistas, como Rosa de Luxemburgo, Trótski, Brandler e Thalheimer, todos críticos do regime soviético. Intelectuais importantes pertenceram à POLOP. Nomes como Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Emir Sader, Michel Lowy e Eric Sachs, principal intelectual da organização, entre outros, estiveram nas fileiras da POLOP nos anos 1960.<sup>51</sup>

Para os polopistas, o Brasil já vivia sob o regime capitalista e o principal conflito social era entre a burguesia e o proletariado. Com isso, condenavam a análise do PCB que acreditava na atitude revolucionária da burguesia nacional. Compreendiam que o avanço do capitalismo no Brasil estava baseado na dependência com o imperialismo e que a luta anti-imperialista era também uma luta antissistêmica. Nesse sentido, “ou a revolução brasileira [era] socialista ou não [era]”.<sup>52</sup>

Em primeiro lugar, cabe-nos constatar que, nas condições do Brasil de hoje, é artificial a alternativa entre luta socialista ou anti-imperialista. Embora não estejamos em situação de colocar a questão da tomada do poder, o socialismo, como solução histórica para os problemas do país, está na ordem do dia. O objetivo da luta pelo socialismo, no Brasil, faz parte da educação das massas proletárias e cria sua consciência de classe; e esse objetivo da luta lhes dá a noção de que, dentro dos quadros da atual sociedade burguesa, os seus problemas não encontram solução definitiva: é essa consciência que as ensina a distinguir entre uma política operária e uma política burguesa, e impede que sigam demagogos oportunistas, como Jango ou Jânio.<sup>53</sup>

De acordo com os polopistas, não existia espaço para uma política de conciliação, como apostava o PCB. Por conta disso, propunha, que ao invés de uma frente com setores da burguesia, as forças revolucionárias, entre elas o PCB, deveriam se organizar numa frente com trabalhadores do campo e da cidade para os acontecimentos que se avizinhavam. Em

<sup>50</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP. p. 28. Ver também: FALCÃO, Frederico José. *Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH – Escola de Serviço Social, 2010. vol. IX. p. 533.

<sup>51</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2002. vol. V. p. 197-198.

<sup>52</sup> COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 194-195.

<sup>53</sup> Centro de Estudos Victor Meyer. Editorial do jornal Política Operária, abril de 1962.

texto publicado no jornal *Política Operária*, em 1962, a POLOP convocou a esquerda socialista a se unificar nessa frente.

Propusemos, sim, a unidade de ação das forças de esquerda pela formação de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Propusemos uma frente de classe nas bases que una e mobilize o proletariado urbano, para que possa jogar o seu peso na luta de classes e na luta antiimperialista, para que coordene o seu movimento com o movimento político e social que se está desenvolvendo no campo, e para que venha de fato a desempenhar o papel dirigente das forças populares nas lutas com a reação que se está preparando para um choque decisivo. Não se trata aqui de mera discussão semântica. Se consideramos ‘Frente das Esquerdas’ inadequado para caracterizar o movimento de tal envergadura – do mesmo modo como as Alianças Operário-Estudantis, que têm maiores significações propagandísticas do que de ação – é pelo simples fato de que essas massas mobilizáveis, a legião dos trabalhadores assalariados e dos camponeses sem terra, não se movimentarão por se sentirem ligadas a uma tradição de esquerda. Antes, o farão por reivindicações de classe, definidas em função de necessidades imediatas, decorrentes da sua situação social de trabalhadores.<sup>54</sup>

A mobilização de camponeses e operários só seria possível através de reivindicações que respondessem às necessidades imediatas. Ainda assim, a classe operária deveria organizar-se de maneira autônoma, construindo instrumentos de conscientização dos operários, rompendo com a proteção da classe dominante. Mesmo estando no centro da visão estratégica da POLOP, a organização não conseguiu enraizar-se no meio da classe operária.

A atuação na frente seria fundamental para a unidade das organizações, no sentido da construção do partido operário revolucionário brasileiro. O partido nasceria do amadurecimento político do proletariado, através de sua luta contra a burguesia e o capitalismo. No texto de resoluções do segundo congresso de 1963, a POLOP traçou as condições para a constituição do partido operário.<sup>55</sup>

O que dá uma consciência política definida e própria ao proletariado é um partido revolucionário de classe. Este não surge pronto e acabado, mas já é um produto da penetração das idéias revolucionárias do marxismo na classe operária, divulgadas por pequenas vanguardas, no decorrer de muitas lutas parciais. O partido aparece como resultado de um contínuo e persistente trabalho de denúncias do antagonismo de classe da sociedade burguesa e de uma consciente obra de educação socialista das massas. No caso concreto do proletariado brasileiro, esse trabalho educativo das massas operárias, já realizado no passado, foi retardado pela orientação reformista que domina os partidos oficiais da esquerda há duas décadas, período em que uma geração de novos operários industriais ficou submetida à influência quase unilateral

<sup>54</sup> Centro de Estudos Victor Meyer. Editorial do jornal *Política Operária*, abril de 1962.

<sup>55</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2002. vol. V. p. 201-211.

das mais diversas teorias de colaboração da classe com a burguesia nacional.<sup>56</sup>

No movimento social, a POLOP não conseguiu ter o mesmo sucesso de suas posições teóricas acerca da realidade brasileira. Entretanto, teve representativa influência entre os militares de baixa patente e participou da guerrilha de Copacabana, no Rio de Janeiro, um dos primeiros movimentos armados contra a ditadura. O movimento acabou ainda na sua fase inicial, por conta da ação da polícia que acabou prendendo as lideranças que se reuniam no bairro de Copacabana.<sup>57</sup>

Mesmo sem grande influência de massa, a POLOP alcançou várias organizações dissidentes do Partido Comunista Brasileiro. Por sua leitura inovadora sobre a realidade nacional e por ter sido a precursora da crítica ao reformismo e a via pacífica, alcançou os diversos agrupamentos que entraram na luta armada. No caso do MR-8, como veremos no terceiro capítulo da dissertação, essa influência foi bastante significativa.

Assim como a POLOP, a Ação Popular (AP) foi outra importante organização da esquerda brasileira. Nasceu de setores da esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963, no congresso em Salvador. A influência do marxismo acelerou a crise, com o alto escalão da igreja motivando a formação da Ação Popular. A AP defendia um modelo particular de sociedade, inspirado no cristianismo humanista. Essa aproximação com a teoria revolucionária dialogou com o contexto de mudanças ocorridas no interior da igreja a partir da chegada do Papa João XXIII, interessado pelas questões sociais.<sup>58</sup>

A AP também era crítica da luta nacionalista e da visão etapista do PCB. Defendia a mobilização do proletariado contra a burguesia e o imperialismo na cidade e no campo. Essa visão da luta política apareceu no documento base de fundação da AP.

AP opta assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais de poder. Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade. [...] Consciente de que nesse trabalho será necessário utilizar os mais variados instrumentos e que será possível explorar as contradições do poder atual, propomos a uma conquista de instrumentos que possam gradualmente ser usados como força de pressão

<sup>56</sup> Centro de Estudos Victor Meyer. Diretrizes para uma política operária. *Resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963*, p. 6-7.

<sup>57</sup> SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 34.

<sup>58</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP.

radicalizadora. Não somente colocamos essa necessidade como tarefa de nossa militância em instrumentos do poder a que seja chamada, mas devemos fundá-la no diálogo permanente com outros setores antiimperialistas e revolucionários e na radicalização das próprias contradições do poder atual.<sup>59</sup>

No movimento social, a AP foi uma das principais organizações do movimento estudantil nacional. Durante os anos de 1960, até o golpe de 1964, os três presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) eram militantes da AP. Mesmo após o golpe, ela manteve grande influência entre os estudantes. Como veremos no segundo capítulo desta dissertação, a AP concorreu com a Dissidência Comunista da Guanabara a direção do movimento.

O PCB, além da concorrência da POLOP e da AP, nos anos de 1960, assistiu ao surgimento de um grupo político formado por dissidentes que saíram do interior do partido. Insatisfeitos com a política defendida pela maioria da direção partidária, dirigentes históricos do partido, como Maurício Gabrois e João Amazonas, foram expulsos e construíram um novo partido comunista, o PCdoB. Os dissidentes não concordavam com a “desestalinização” ocorrida na União Soviética e mais tarde se vincularam à revolução chinesa e ao pensamento político de Mao Tsé-Tung.

A linha política adotada pelo PCdoB retomou as posições do PCB no período entre 1950 e 1954, baseada, supostamente, numa ação mais revolucionária. Sobre o governo Goulart, os comunistas do PCdoB classificam-no como conservador e propunham a construção de um governo anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista.<sup>60</sup>

No Manifesto Programa desse partido, publicado em fevereiro de 1962, foram feitas críticas à postura do PCB e seu envolvimento com a luta pelas reformas de base e do governo Goulart enquanto se mantivesse o regime.

Há os que falam em reformas e, até mesmo, em reformas de base. É óbvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como a reforma agrária que proscruva o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, estas reformas não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente. Seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma ou de outra forma, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação desta natureza, que iria contrariar seus próprios interesses.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 45.

<sup>60</sup> SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

<sup>61</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 29-30.

A leitura sobre o governo Goulart foi a principal diferença entre os dois partidos. Enquanto o PCB tinha uma visão otimista, o PCdoB não via qualquer possibilidade de mudança e não acreditava no governo. Entretanto, do ponto de vista estratégico, mantinha aproximação com o “Partidão”, uma vez que também defendia a revolução em duas etapas.<sup>62</sup>

Essas organizações concorreram com o PCB, no início dos anos de 1960, pela influência e direção dos trabalhadores. Foram fundamentais para as organizações que surgiram no pós-1964 e influenciaram a visão dos grupos que surgiam no que diz respeito à realidade brasileira.

### 2.3 Inspirações revolucionárias

Após a derrota de 1964, o PCB assistiu ao surgimento de várias organizações que nasceram de dentro das fileiras do partido. Esse movimento se inseriu no contexto de contestação aos partidos comunistas tradicionais em todo o mundo. Um dos expoentes desse movimento foi a New Left inglesa, grupo formado por historiadores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Perry Anderson e Christopher Hill.

No Brasil, essas organizações negavam a visão estratégica do PCB tachada de reformista e pacificadora. Essa perspectiva foi reforçada após o sexto congresso do partido, depois da saída dos grupos dissidentes. Maria Paula de Araújo, em seu livro *A utopia fragmentada*, analisou o perfil dos grupos dissidentes. Segundo ela,

as lideranças das organizações de esquerda alternativa que dirigiram os movimentos de jovens radicais em todo o mundo em 1968 e ao longo da década de 1970 tinham, em sua maioria, um passado de ligação e rompimento com os partidos tradicionais de esquerda – comunistas ou socialistas. A maior parte delas já havia rompido com eles ou sido expulsa.<sup>63</sup>

Esses grupos tentaram, à maneira deles, reinventar o movimento de esquerda. Nesse debate residia o confronto entre o novo e o velho, entre a ação e a manutenção do imobilismo político. Porém, os grupos dissidentes negavam qualquer proposta pacífica ou que indicasse uma aliança com setores burgueses.

---

<sup>62</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 34.

<sup>63</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 35.

A divergência entre as organizações armadas e o PCB girava em torno do combate à ditadura. Foi da negação e fragmentação da estrutura partidária que surgiu a maioria das organizações que entrou na luta armada. Com exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Para as organizações dissidentes, “[...] a luta armada, não travada contra golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos”.<sup>64</sup>

Várias organizações nasceram nesse período, entre elas, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e as Dissidências Estudantis (DIS); e tinham em comum a valorização da ação. Renegavam a paralisia que deixou imóvel o PCB durante os acontecimentos de 1964.<sup>65</sup>

Jacob Gorender traçou o panorama das concepções revolucionárias que tiveram recepção na esquerda armada. Apesar do consenso quanto à necessidade da ação revolucionária, aqui entendida como ação armada, as organizações de esquerda que nasceram da crítica radical ao PCB discordavam quanto aos caminhos da luta armada. Três modelos revolucionários plantaram raízes no Brasil: a via insurrecional, mais próxima da experiência da Revolução Russa; a guerra popular das organizações maoístas; e o foquismo guerrilheiro, inspirado na Revolução Cubana.

Foi neste contexto que as organizações da esquerda brasileira tomaram conhecimento da teoria do foco. Foi através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray, que essas ideias fizeram a cabeça da esquerda, como assegurava Gorender. Deste último, a “Revolução na revolução” causou entusiasmo instantâneo. O folheto de Debray se transformou no texto oficial das organizações foquistas.<sup>66</sup>

Segundo Gorender,

o ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo do revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria *continental*, impondo-se por cima das diferenças nacionais secundárias, e *diretamente socialistas*. A simpatia inicial de forças burguesas, como se deu em Cuba, constituía excepcionalidade irrepetível. Tampouco se repetiria outra excepcionalidade: certa leniência do imperialismo norte-americano, que deixou enganar acerca das intenções e da integridade dos revolucionários da Sierra Maestra. [...] Se já existiram as condições

<sup>64</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 79.

<sup>65</sup> SILVA, Isabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada*: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). 2009. 337 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009. p. 53.

<sup>66</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 80.

objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo. Ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor – as massas.

O foquismo subordinava todo o processo revolucionário à guerrilha rural. Inicialmente, o foco seria obra de um número reduzido de militantes concentrados em locais geograficamente favoráveis à defesa dos ataques da repressão. O apoio entre os camponeses e o surgimento de colunas guerrilheiras em outros territórios criou as condições para a ação do exército rebelde.<sup>67</sup>

A saga de Che, Fidel e Camilo Cienfuegos era venerada pela esquerda mundial. O foquismo transportou o modelo da Revolução Cubana para a realidade latino-americana. A revolução tinha um significado especial para os grupos armados no Brasil. No imaginário das organizações armadas, era possível repetir o feito dos sobreviventes do Granma, que logo depois derrubaram Fulgêncio Batista e o imperialismo.

As organizações que defenderam o foquismo guerrilheiro não conseguiram desencadear a guerrilha rural e se detiveram a ações nos centros urbanos. Como veremos na parte final do segundo capítulo da dissertação, o MR-8, de maneira bastante incipiente, tentou encaminhar a guerrilha rural no interior da Bahia, mas foi rapidamente esmagado pelas forças de repressão.

Outro ponto referencial dos grupos armados no país foi o maoísmo. A experiência chinesa transportada para o Brasil considerava o campesinato como a força imprescindível no processo revolucionário. Em 1966, chegou ao país o folheto “Salve a vitória da guerra popular”, escrito por Lin Biao, e teve calorosa recepção em setores da esquerda armada. A luta armada partiu do campo para a cidade, sendo o trabalho nas áreas rurais prioritário.<sup>68</sup>

A guerra popular foi o caminho para a emancipação do povo brasileiro. De caráter prolongado, era necessário um trabalho político de longo prazo, no sentido de formar pequenos grupos guerrilheiros que, com o tempo, incorporariam grandes massas. Os trabalhadores agrícolas compuseram a maioria dos combatentes do exército popular.

Para Gorender, a via chinesa mantinha proximidades com o foquismo cubano. A aposta no campesinato e a centralidade dos povos terceiro-mundistas eram fatores de

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. p. 17. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas\\_Revolucionarias\\_e\\_Luta\\_Armada.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf)>.



aproximação entre a via chinesa e cubana. Entretanto, dois fatores apareciam como divergência entre os dois modelos de luta guerrilheira.

Não obstante, o folheto de Lin-Biao apresentou duas divergências fundamentais em face do foquismo. Em primeiro lugar, subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob *direção absoluta* do partido comunista. O partido procede à guerrilha, esta não surge e se desenvolve senão mediante ao trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da *guerra popular prolongada*. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução anti-imperialista e antifeudal.<sup>69</sup>

A manutenção da revolução em duas etapas era um elemento que indicava para a permanência do etapismo e da aliança com setores da burguesia. Apesar do maoísmo negar qualquer aproximação com as organizações reformistas, sua estratégia revolucionária se diferenciava do reformismo apenas pela adesão à luta armada.

A via insurrecional foi um polo alternativo à moda militarista das organizações de esquerda. As organizações trotskistas mantiveram-se distantes do foquismo e do maoísmo e continuaram fiéis à luta pela ditadura do proletariado. Tinham no modelo de insurreição da Revolução Russa o caminho para a luta revolucionária e, portanto, insistiam na necessidade de ir ao encontro das massas o que passava por desenvolver um trabalho junto aos operários. “Os trotskistas defendiam o caminho armado para a conquista do poder, porém recusaram o terrorismo e a luta armada isolada das massas”.<sup>70</sup>

## 2.4 A primeira fase da repressão e o movimento estudantil

A Dissidência da Guanabara (DI-GB) surgiu como uma fração<sup>71</sup> dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>72</sup> O grupo era basicamente constituído por estudantes comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade de Direito, pertencentes à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. O grupo era formado por jovens militantes que

<sup>69</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 83.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Grupo existente dentro de uma organização, cujo objetivo é questionar as posições de direção política estabelecidas.

<sup>72</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964*. Civilização Brasileira, 2007.

divergiam das posições da direção do PCB. Segundo Vladimir Palmeira, quem entrava para a fração comunista já sabia que em breve sairia do partido.<sup>73</sup>

Nos primeiros dias após o golpe, uma das medidas pioneiras da presidência foi a publicação do Ato Institucional de Número 1 – AI 1. A partir da chegada ao poder, o projeto dos militares precisava de uma estrutura eficiente, capaz de combater a oposição e o movimento social. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), o AI-1 colocou nas mãos do poder em exercício a autoridade sobre as decisões nacionais, retirando das mãos do povo. Além disso, caberia ao executivo decretar estado de sítio e não mais ao congresso. Dois artigos seus chamam atenção, pelo caráter repressivo. O artigo 7º permitia a interrupção das garantias institucionais e o 8º abria a possibilidade de Inquérito Policial-Militar (IPM) contra quem cometesse qualquer crime ligado ao patrimônio e à ordem política e social.<sup>74</sup>

O AI-1 colocou em prática as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, criando comissões especiais de inquérito para atuar em diversos campos de ação do governo, como as universidades federais, ministérios e companhias estatais, tendo como finalidade afastar possíveis revolucionários do interior do Estado. Com as mudanças ocorridas no interior do Estado, os militares deram início à Operação Limpeza. Moreira Alves destacou que a operação no campo militar estava voltada para afastar militares legalistas que se mantiveram fiéis ao governo Goulart. Dados apresentados na pesquisa dão conta de cerca de 50 mil presos nos primeiros meses após o golpe.<sup>75</sup>

Esse número não é preciso, mas indica a caça produzida pelos militares a fim de afastar as possibilidades de organização da resistência. “Improvisaram-se locais de detenção. O Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, e embarcações da Marinha como o ‘Custódio de Melo’ e o ‘Raul Soares’ foram transformados em gigantescas prisões”.<sup>76</sup>

As ações no movimento social marcaram a fase psicossocial da operação. O movimento estudantil e, em especial, a União Nacional dos Estudantes, foram alvos da truculência. Ainda no dia 1 de abril, tropas incendiaram a sede da entidade, logo depois a UNE foi extinta e passou a atuar na clandestinidade. Mesmo com a intensa repressão que

---

<sup>73</sup> SILVA, Isabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 2009. 337 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009. p. 56.

<sup>74</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. p. 64-75.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Idem.

abateu o movimento estudantil, foi o movimento operário-sindical e camponês que sofreu as mais duras perseguições.<sup>77</sup>

Ainda em 1964, o governo publicou a Lei 4.464/64 ou Lei Suplicy, em alusão ao então ministro da educação Flávio Suplicy Lacerda. Em seu conteúdo, a lei mantinha sob controle toda a estrutura do movimento estudantil, submetendo os diretórios acadêmicos e criando os diretórios estaduais e o diretório nacional dos estudantes, todos eles submissos ao Ministério da Educação.<sup>78</sup>

Para Daniel Aarão Reis, o ministro da educação “[...] entendeu logo que seria importante banir a UNE e as UEE’s. Criou uma nova estrutura: os diretórios estaduais de estudantes e diretório nacional estudantil. Essa coisa feriu profundamente as tradições dos estudantes”.<sup>79</sup>

Essa mudança na realidade do movimento estudantil abalou inicialmente a capacidade de ação dos estudantes. Porém, os acontecimentos que se desenrolaram ao longo de 1964 e início de 1965 vão colaborar para a retomada da capacidade de mobilização e organização do movimento estudantil. Segundo Ridenti (2010), a Lei Suplicy ajudou a mobilizar setores do movimento estudantil que se identificavam com o discurso moderado de direita e que não haviam sofrido com a repressão logo após o golpe.<sup>80</sup>

Daniel Aarão Reis acredita que o fato de a repressão não ter sido tão intensa sobre o movimento estudantil colaborou para uma rearticulação mais rápida do movimento, segundo ele:

Assim, as esquerdas se recompuseram muito rapidamente, inclusive porque foram pouco reprimidas, a rigor. Ao contrário do movimento operário, do movimento camponês, que sofreram muito pesadamente a intervenção e a repressão da ditadura. No movimento estudantil, tivemos alguns diretórios fechados. A UNE, naturalmente, foi limada e os seus dirigentes tiveram que correr para o exílio ou para a clandestinidade. Porém, na base, isto não aconteceu.<sup>81</sup>

Diferente de outros movimentos sociais, o movimento estudantil tem uma rotatividade elevada, por conta de seu caráter transitório. Apesar da caça às lideranças consolidadas, novos atores foram sendo incorporados à dinâmica do movimento, substituindo os antigos líderes.

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 78-79.

<sup>78</sup> BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 243 fls. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 123.

<sup>79</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 9.

<sup>80</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP. p. 123-124.

<sup>81</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 10.

Contraditoriamente, grupos liberais e militantes de esquerda atuaram juntos na luta contra a Lei Suplicy. Os termos da Lei retiravam a autonomia do ME, trazendo implicações à atuação dos grupos de diversas matrizes ideológicas. De acordo com Antonio Maurício Brito, a Lei Suplicy colaborou para a rearticulação do movimento estudantil que passou a se organizar para combater a Lei. A defesa da UNE se constituiu a prioridade do movimento.<sup>82</sup>

Em 1965, a UNE fez o seu primeiro congresso pós-golpe e o 27º de sua história. Em seu primeiro Congresso após o golpe civil-militar, a entidade adotou “como decisão mais importante o boicote à Lei Suplicy de Lacerda. Transformando o 16 de agosto no Dia Nacional de repúdio à política do Ministro da Educação”.<sup>83</sup>

A partir de 1966, o ME acompanhou o fluxo da crescente insatisfação social com a ditadura. A permanência da intervenção militar na política nacional deslocou setores que, *a priori*, tinha sido favoráveis ao golpe, mas não concordavam com a permanência da ditadura.

Entre 1964 e 1966, o governo manteve sob sigilo acordos de colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos. O acordo MEC-USAID foi uma série de convênios estabelecidos entre o governo brasileiro, através Ministério da Educação, e a *United States Agency International Development* (USAID), órgão estadunidense. O objetivo do acordo era implementar no ensino superior brasileiro o modelo educacional americano.

A publicação da continuidade dos acordos, em 1967, provocou reação imediata do movimento estudantil. Para os estudantes, esse acordo representava uma interferência direta do governo americano na educação brasileira. Várias manifestações ocorreram contra o acordo em todo o país. Segundo Maria de Paula Araújo:

Em muitas universidades fizeram uma ampla campanha política contra a implementação do Acordo MEC-USAID. Apesar do protesto estudantil, em muitos casos apoiados por intelectuais e professores universitários, vários pontos do acordo MEC-USAID foram implementados através da reforma universitária e do ensino, realizada em 1968. Entre eles: a junção do curso primário com o ginásio, formando o primeiro grau; a junção do clássico com o científico, formando o segundo grau; a referência ao ensino universitário como terceiro grau; a obrigatoriedade do ensino da língua estrangeira inglesa desde o primeiro grau.<sup>84</sup>

Em paralelo à imposição da reforma universitária dos militares, o movimento

---

<sup>82</sup> BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese de doutorado. 2008. 243 fls. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador. p. 123.

<sup>83</sup> Jornal do Brasil, APUD: SILVA, Isabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 2009. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2009. p. 73.

<sup>84</sup> ARAÚJO, Maria de Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007. p. 158-159.

estudantil ganharia as ruas cada vez com mais força. O ápice viria em 1968, com seguidas manifestações de massa que acompanhavam a contestação à ordem em todo o mundo.

## 2.5 Entre ameaças e sonhos

Os anos de 1960, no Brasil, foram marcados por movimentos políticos que envolveram significativa parcela da sociedade brasileira. Artistas, intelectuais, escritores, atores, cineastas, estudantes, sindicalistas e operários estiveram envolvidos com projetos revolucionários que tinham como objetivo transformar radicalmente a sociedade brasileira. Glauber Rocha, o Teatro de Oficina, a Tropicália de Caetano e Gil, as marchas estudantis e a luta armada são alguns dos expoentes desse período.

O ponto alto dessa escalada revolucionária aconteceu em 1968. “O espírito de 68 é uma bebida potente, uma mistura apimentada e desejável, um coquetel explosivo composto por diversos ingredientes”.<sup>85</sup> Esses diversos ingredientes foram o toque da receita revolucionária do final da década de 1960. Também denunciaram a submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos nesse acordo.

O mundo foi sacudido por um furacão revolucionário. No oriente ou no ocidente, nos países capitalistas ou socialistas, a utopia revolucionária se tornou habitual. Em Paris, trabalhadores e estudantes foram às ruas contra o governo do general Charles de Gaulle. Manifestações na capital francesa contaram com mais de 10 milhões de pessoas nas ruas. As mobilizações que tiveram início na luta contra a reforma universitária radicalizaram-se para o questionamento da sociedade capitalista e os padrões sociais impostos. “Maio de 68 foi também uma revolta de gerações, os jovens dizendo não às formas conservadoras e puritanas que os controlavam, no sistema escolar e nas famílias”.<sup>86</sup>

Na Tchecoslováquia, a primavera fez florescer a luta contra o autoritarismo do socialismo soviético. Operários, estudantes, artistas, intelectuais e o governo desejavam uma revolução mais livre e democrática. No Vietnã, os vietcongs e as tropas do norte tomavam a embaixada americana em Saigon. Na América Latina, a revolução estava na ordem do dia. Nos Estados Unidos, a juventude marchou contra a guerra e a discriminação. Em várias partes

---

<sup>85</sup> LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de Maio 68. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 84, maio de 2008.

<sup>86</sup> GOHN, Maria da Glória. Maio de 1968 na França e a Teoria Social Contemporânea, p. 5. *32º Encontro Anual da ANPOCS*.

do planeta, a contestação à ordem, aos valores do capitalismo e do socialismo do leste europeu externavam o sentimento da geração que resolveu ocupar as ruas. Segundo Daniel Aarão Reis:

O planeta tornava-se uma aldeia global: os tiros dos soldados norte-americanos nas selvas do Vietnã ecoavam nas salas de jantar das cidades brasileiras, assim como as mulheres norte-americanas queimando sutiãs, e os negros queimando cidades, e os protestos dos estudantes franceses contra a repressão sexual, e as pernas das garotas londrinas com suas ousadas minissaias, e os Beatles cabeludos com sua irreverência (hoje, face ao hard rock, como parecem tão bem comportados!) e os guardinhas vermelhos, no outro lado do mundo, agitando o livrinho vermelho do grande timoneiro. Eram barricadas por toda a parte: de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventuras, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela parece ao alcance da mão.<sup>87</sup>

Apesar de todo esse cenário revolucionário, os movimentos que sacudiram o mundo não eram de todo homogêneo. Seria exagero afirmar que todos os que, por algum motivo, foram às ruas em 1968 eram revolucionários. Na França, muitas pessoas assistiram aos acontecimentos a distância e, no segundo momento, foram às ruas e às urnas defender o governo de Charles de Gaulle.

No Brasil, 1968 foi o ano das grandes manifestações de massa protagonizadas principalmente pelo movimento estudantil. “O Brasil se viu rapidamente e intensamente atingido pelas mudanças irradiadas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.”<sup>88</sup> Utilizando a definição de Sebastião Velasco Cruz, 1968 é também um ano de contestação e ruptura. Aos estudantes brasileiros dessa época não eram estranhos os símbolos, as ideias – força, as esperanças e as fantasias que nutriam o imaginário de outros jovens em movimento, em outras partes do mundo.<sup>89</sup>

Não houve grandes diferenças entre os sujeitos que protagonizaram as lutas nas ruas da Europa e no Brasil. Os estudantes foram os grandes atores das manifestações que atravessaram o ano de 1968. Em grande medida, estas manifestações foram lideradas por dissidentes dos partidos comunistas tradicionais, conforme constata Maria de Paula Araújo:

As lideranças das organizações de esquerda alternativa que dirigiram os movimentos de jovens radicais em todo o mundo em 1968 e ao longo de toda década de 1970 tinham em sua maioria, um passado de ligação e rompimento com os partidos tradicionais de esquerda – comunistas ou socialistas. A maior parte delas já havia militado nesses partidos, tendo

<sup>87</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, Jan./Dez. 1998, p. 7.

<sup>88</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 146.

<sup>89</sup> VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968: Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, n. 2, p. 37-55, 1994.

rompido com eles ou sido expulsa.<sup>90</sup>

No Brasil, o estopim para as grandes manifestações de 1968 foi a morte do estudante Edson Luis, no restaurante estudantil Calabouço, no centro do Rio de Janeiro. Este era um restaurante popular, mantido pelo governo, com comida a preço acessível aos estudantes mais pobres – lá, constantemente, aconteciam manifestações contra a má qualidade da comida.

No dia 28 de março de 1968, policiais invadiram o restaurante Calabouço atirando e atingiram dois estudantes. Edson Luiz morreu no local. Inconformados com a atitude da polícia, os estudantes caminharam pelas ruas do Rio até a Assembleia Legislativa, local onde o corpo foi velado. “Enquanto isso, os policiais cercavam o prédio lançando bombas, exigiam que o cadáver fosse levado para o Instituto Médico Legal [...]”.<sup>91</sup>

A morte de Edson Luiz comoveu amplos setores da sociedade. O fato de ser um estudante comum, sem ligações com organizações de esquerda, pode ter colaborado para a comoção coletiva. O sepultamento se tornou um grande ato político contra a violência e a ditadura. “[...] Em 1968 o movimento estudantil estava reorganizado e se lançava em um confronto aberto com as forças do novo regime”.<sup>92</sup> A partir daí, houve um acirramento cada vez maior entre estudantes e a repressão policial.

O episódio do Calabouço, que desencadeou uma série de manifestações de protestos, culminou na lendária passeata dos 100 Mil, três meses depois, e entrou para a História como um marco.<sup>93</sup> As mobilizações estudantis se espalharam pelas grandes capitais, tendo o Rio de Janeiro como principal catalisador dos movimentos que questionavam o autoritarismo e a ditadura. Em paralelo, parte das organizações de esquerda que nasceram da crítica ao reformismo já estavam fazendo ações armadas.

O ponto alto das manifestações de rua foi a passeata dos Cem mil. “O ano, a rigor, foi curto, durou um semestre. Fechado pelas grandes manifestações ocorridas no Rio de Janeiro, a dos Cem Mil e dos Cinquenta Mil, em fins de junho e começos de julho”.<sup>94</sup>

No dia 13 de dezembro de 1968, o regime militar brasileiro promulgou o Ato Institucional de número 5 que mudou o rumo das lutas sociais no país. O Congresso assegurou plenos poderes ao governo que pôs fim a qualquer vestígio democrático no país.

---

<sup>90</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 35.

<sup>91</sup> VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 99.

<sup>92</sup> VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968: Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, n. 2, p. 37-55, 1994.

<sup>93</sup> VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 105.

<sup>94</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.11, n. 1-2, jan./dez. 1998, p. 9.

“Quase cinco anos depois do golpe de 64, com o AI-5 o regime autoritário brasileiro ingressava em sua fase abertamente ditatorial. Nessa época de trevas, o movimento estudantil se desarticula inteiramente”.<sup>95</sup>

Para Carlos Fico, Castelo Branco saiu do governo para dar lugar a Costa e Silva, representante do grupo mais conservador das Forças Armadas. Assim, a chegada de Costa e Silva ao Poder e o AI-5 confirmaram o triunfo da linha dura. Em seu conteúdo:

O Ato Institucional nº. 5, que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos Estados, reabriu cassações de direitos políticos, desta vez por tempo indeterminado, e aboliu o habeas-corpus para detidos por infração da Lei de Segurança Nacional.<sup>96</sup>

Segundo Adriano Codato, a ditadura viveu ciclos de “repressão” e de “liberalização”. O ciclo que se iniciou com o AI-5 foi o da construção de um aparelho repressivo-militar para enfrentar as esquerdas e a luta armada. O AI-5, em 13 de dezembro, simbolizou o ponto decisivo de inflexão do regime e o momento paradigmático do processo de reforço da centralização militar do poder de Estado. Desta forma, o ano de 1968 é, assim, uma data fundamental na evolução política do regime ditatorial-militar brasileiro.<sup>97</sup>

A solução para o crescimento da contestação política e social do regime foi o aprofundamento de sua lógica repressiva. Segundo João Roberto Martins Filho, no período imediato à promulgação do AI-5, o governo militar:

Nos primeiros meses após o AI-5, o governo militar buscou ao mesmo tempo aniquilar qualquer espaço de atuação legal de exercício da oposição civil e colocar sob seu estrito controle os setores do aparelho de Estado onde persistiam potenciais focos de resistência.<sup>98</sup>

Em fevereiro de 1969, o governo lançou mão do decreto lei 447 de janeiro de 1969. O decreto foi uma extensão do AI-5 dentro das universidades. Logo em seu primeiro artigo ficava claro o objetivo do governo em atacar a organização de professores e estudantes dentro da universidade.

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:  
I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralização de atividade escolar ou participe nesse movimento;

<sup>95</sup> VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968: Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, n. 2, p. 37-55, 1994.

<sup>96</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* 1987. São Paulo: Ática, p. 150.

<sup>97</sup> CODATO, Adriano Nervo. “O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas”. *Revista História: questões e debates*, n. 40, p. 11-36. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

<sup>98</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Tese de doutorado. 1993. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1993. p. 179.



- II – Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
- IV – Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V – Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

A partir do decreto, a universidade estava sob constante vigilância dos militares e qualquer ação fora dos padrões resultaria em severas punições. O decreto lei 447 praticamente esvaziou as possibilidades de organização docente e discente, transformando a universidade em um espaço de constante repressão.

Um dos desdobramentos do endurecimento do regime, através do AI-5, foi a estruturação da “Comissão Geral de Inquérito Policial Militar”, tendo como alvo a “guerra revolucionária e subversiva”. Logo depois o presidente modificou a Lei de Segurança nacional e assaltos a banco foram enquadrados nos crimes de ‘segurança’. Além disso, foram alargadas as penas e alternados os processos de julgamento”.<sup>99</sup>

Todas essas mudanças estavam baseadas na guerra contra as organizações revolucionárias, que antes do AI-5 já haviam iniciado de maneira incipiente suas ações armadas. As organizações da sociedade civil e movimentos sociais perderam os espaços de atuação e enftretamento sob pena de serem enquadradas nos novos parâmetros da segurança nacional.

Existia dentro da esquerda uma sensação de que era possível enfrentar as forças repressivas em condições de igualdade. Os triunfos iniciais mascararam a realidade, dando a impressão de ampla vantagem para os grupos armados. Após tal surpresa, as forças de repressão qualificaram sua intervenção a partir da Operação Bandeirantes e, então, a “maré muda a favor da ditadura”.

Os fatos mostraram que as projeções não condiziam com a realidade. A esquerda revolucionária acreditava na existência de um amplo segmento social revolucionário no Brasil, algo que nunca se mostrou verdadeiro. Com o AI-5, as condições de sobrevivência da militância de esquerda pioraram muito. Praticamente, todas as pessoas envolvidas na luta se tornaram clandestinas, escondidas em aparelhos com consideráveis custos de manutenção, como explica Maria Augusta Ribeiro:

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 182.

Então, você tinha que fazer mais ações para poder roubar mais banco para poder ter mais dinheiro, para poder manter o esquema...custava muito caro manter o esquema de clandestinidade. E isso é uma coisa que ninguém pensa. Custava muito caro. Você naquela época alugava um apartamento, então, em vez de fiador, você tinha que pagar três meses de aluguel, tinha que deixar... e às vezes você alugava um apartamento por três meses e tinha que sair no dia seguinte porque aquele apartamento já estava em perigo. Isso criava... imagina o rolo de grana que era para você manter uma estrutura dessas. Precisava muito banco para você manter. Então, começaram as ações mais seguidas. Isso também criava uma fragilidade. É a mesma coisa avião, você anda, anda, um dia ele cai. Você começa a fazer muita ação e começa a expor muito mais as pessoas.<sup>100</sup>

Nessa condição, a clandestinidade transformou-se em fato consumado. A vida cotidiana em aparelhos se confundia com as ações de guerrilha. Inicialmente, os objetivos da DI-GB eram a formação de uma estrutura mínima de funcionamento do grupo armado. As ações armadas da DI-GB se concentraram nas expropriações de sentinelas em quartéis e assaltos para levantar fundos para a compra de armas.

Enquanto isso, os investimentos no serviço de informação e espionagem qualificavam a intervenção dos órgãos militares de repressão. O ano de 1969 foi decisivo para a consolidação do aparelho repressivo do Estado. Logo no início do ano:

Em fevereiro de 1969 realizou-se o I Seminário de Segurança Interna em Brasília, que reuniu todos os secretários de Segurança Pública, os comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal, sob orientação do então ministro da Justiça, Luis Antônio da Gama e Silva e do General Carlos Meira de Mattos, chefe da Inspeção Geral das Polícias Militares.<sup>101</sup>

A escalada repressiva que começaria com a OBAN, expandir-se-ia com o trabalho conjugado das forças armadas e da polícia. “O objetivo era centralizar e coordenar de maneira mais eficiente as atividades de combate contra a oposição, mais especificamente contra os grupos da esquerda armada”.<sup>102</sup>

O principal desdobramento desse seminário é a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), dirigida pelo comando das Forças Armadas, com apoio de grupos empresariais interessados na eliminação das organizações de esquerda armada. Sem espaço para ações de massa, as organizações de esquerda nascidas da crítica ao reformismo do PCB mergulham na luta armada. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Ridenti:

A resistência armada teria sido o último recurso para aqueles que ficaram

<sup>100</sup> RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 14-15.

<sup>101</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*. Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de doutorado. 2008. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. p. 30.

<sup>102</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 16.

sem espaço de atuação institucional (política, sindical, profissional etc.) ou privados da própria atividade com que se expressavam ou ganhavam a vida, arrancados de suas raízes políticas e sociais, impedidos de se manifestar e até de existir como oposição.<sup>103</sup>

Mesmo que no horizonte político das esquerdas já estivesse colocada a luta armada como possibilidade de luta política, os acontecimentos no final de 1968 esvaziaram todas as alternativas de resistência não armada, acelerando a entrada na luta armada de organizações com atuação destacada no movimento estudantil.

As ações de expropriação e estruturação logística se tornaram cada vez mais comuns a partir do AI-5. Assaltos a banco e cofres particulares geraram vultuosos recursos nos momentos iniciais da luta armada. A esquerda fazia uso de outras ações como ataque a sentinelas para conseguir armas, a institutos oficiais para conseguir documentos de identidade e sequestros. Este último, como veremos no segundo capítulo, foi responsável pela ação mais espetacular da história da guerrilha

Para Daniel Aarão, a ditadura já apresentava uma perspectiva de endurecimento da repressão, mesmo sem o sequestro do embaixador. De modo que acelerou esse processo que já estava em curso, empurrando os grupos armados para o completo isolamento político.

Olha, eu tenho a impressão de que essa efervescia e tal, a OBAN, mesmo que não houvesse a ação do embaixador, eu tenho a impressão que na medida em que a guerrilha ganhasse força e ela estava ganhando, a tendência era evidentemente, isso aconteceu em outros lugares do mundo, era a centralização da repressão, a incorporação das forças armadas de uma forma sistemática para que tivesse êxito. Isso era uma lição que vinha da Guerra da Argélia, do Vietnã, de outras contra guerrilhas. Então eu penso que a ação do embaixador, embora tenha acelerado isso, a tendência era realmente com o desdobramento da guerrilha a repressão se centralizar e se aperfeiçoar, sofisticar.<sup>104</sup>

A partir de 1970, as Forças Armadas, ao qualificarem sua intervenção, tornaram o combate aos grupos armados cada vez mais desigual. A formação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) e o Centro de Defesa Interna (CODI) desequilibrou o confronto a favor do governo e de grupos empresariais. O DOI-CODI nasceu em janeiro de 1970, constituindo no exército um comando que incorporava as outras duas forças, a Marinha e a Aeronáutica. Em cada região de atuação, os CODI controlavam todos os órgãos de repressão que existiam no local.<sup>105</sup>

Em setembro de 1970, por decreto do Presidente Médici, a OBAN se integrou no organograma legal sob determinação de DOI/CODI II

---

<sup>103</sup> RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 63.

<sup>104</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 04/03/2015.

<sup>105</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 73-74.

(Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército). Assumiu o comando do DOI/CODI paulista o major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial de Estado-Maior. De maneira meticulosa, Ustra sistematizou as operações de investigação, captura, interrogatório, análise de interrogatórios, fichário, cruzamento de informações etc. Sob suas ordens, a tortura deixou de ser arbitrária e caótica e se tornou uma prática orientada e metódica, friamente executada<sup>106</sup>

A atuação combinada em diversas frentes possibilitou a chegada dos militares a áreas de atuação dos grupos armados distantes dos grandes centros. Foi comum o deslocamento de militares de uma região para outra, como no caso da Operação Pajussara e nos encontros à guerrilha no Araguaia, ambos os casos de ação guerrilheira no campo. O organograma repressivo atuou em praticamente todo o país. Do Rio Grande do Sul ao Pará existiram DOI-Codis.

Os grupos armados se transformaram no principal alvo do governo que buscava diminuir a capacidade de ação política de seus opositores. O extermínio e a tortura de adversários se tornaram uma prática recorrente, sob o pretexto do combate à luta armada. Médici, ao fim do seu governo, havia combatido com êxito grupos guerrilheiros na cidade e no campo. Nos primeiros anos da década de 1970, os números de mortos e desaparecidos pela ditadura mantiveram uma curva crescente.

Com o crescimento da economia nacional e o significativo aumento da repressão, a distância entre a esquerda armada, trabalhadores e estudantes tornou-se ainda maior. Com crescente cerco nos centros urbanos, as organizações armadas perderiam rapidamente os recursos advindos de ações de expropriação. Todo o dinheiro arrecadado era submetido ao sustento e manutenção da militância sem poder exercer uma vida legal.<sup>107</sup>

Os primeiros anos da década de 1970 foram de perdas e recomeço para as organizações que sobreviveram aos duros ataques da repressão. Para o MR-8, que protagonizou ações importantes e espetaculares em fins dos anos 1960, a década seguinte foi de autocrítica da luta armada. Neste momento, a percepção dos limites da ação da guerrilha, ao lado das derrotas acumuladas, entrou em cena e modificou, substancialmente, as opções políticas da organização no combate à ditadura.

---

<sup>106</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 157.

<sup>107</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 67.

### 3 DA DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA (DI-GB) AO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)

A entrada dos militantes da DI-GB na luta política antecedeu o golpe de 64. Uma parte da primeira direção da organização já tinha alguma vida militante antes do surgimento da Dissidência. Franklin Martins, por exemplo, entrou no movimento ainda no início da década de 1960. “A partir do terceiro ano do Ginásio, já na sessão sul do Pedro II, eu comecei a participar ativamente do grêmio”.<sup>108</sup> Cid Benjamin participou da gestão em que Franklin Martins foi presidente do Grêmio do Colégio de Aplicação. “Eu participei do grêmio na época com Franklin Martins, que foi presidente nessa gestão. Eu era o diretor de esportes”.<sup>109</sup>

Daniel Aarão Reis, assim como Franklin Martins e Cid Benjamin, antes de entrar na DG, já tinha experiência no ME secundarista brasileiro, onde morou até o golpe de 1964.

Foi ali que eu comecei a atuar no movimento e numa experiência muito particular, porque nós constituímos uma chapa. Havia centro acadêmico no Elefante Branco, chamado Diretório Estudantil do Centro de Educação Média, o DECEM. Era um diretório muito representativo e controlado por tendências de esquerda.<sup>110</sup>

Carlos Alberto Muniz, como Franklin Martins, foi presidente do Grêmio do Colégio Pedro II. “Rapaz, eu... Na verdade, eu comecei a minha militância política no período pré-64. Quer dizer, eu fui presidente do Grêmio do meu colégio, que aqui no Rio de Janeiro é um colégio muito tradicional, que é o Colégio Pedro II”.<sup>111</sup>

O movimento secundarista foi a porta de entrada para muitos ativistas que pegaram em armas na luta contra a ditadura. A ebulição social colaborou para uma participação mais efetiva da juventude na política. Os jovens participavam da cena política à direita ou à esquerda, difícil foi passar incólume pelos acontecimentos que marcaram os anos de 1960.

A fração que deu origem à DI-GB teve uma atuação quase que restrita ao ME universitário. Daniel Aarão Reis, que foi militante da fração que deu origem à DI-GB, elucidou, em depoimento ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, as razões que lhe fizeram se aproximar do PCB mesmo após a derrota de 1964.

E, ali, embora eu tivesse simpatias pela Ação Popular, acabo me aproximando do Partido Comunista por duas principais razões. Primeiro

<sup>108</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil.

<sup>109</sup> Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

<sup>110</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 3.

<sup>111</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2016.

lugar, porque o Partido, apesar de ter sido, aos nossos olhos, o grande campeão da derrota de 1964, ele era considerado, com razão, como o partido que tinha uma penetração maior na classe operária e nos segmentos populares. Então, isso era um critério. O segundo critério, é que eu estava convencido pelo Vladimir de que no Partido havia muitos segmentos contrários à direção, ao reformismo da direção, e iriam, mais cedo ou mais tarde, mais cedo do que tarde, rachar com o Partido. Então, eu já entro para o Partido Comunista na expectativa de que estou entrando para sair daqui a pouco. Estou entrando para acumular forças dentro do Partido para poder sair dele. Havia realmente, nesse momento, já constituída, como se dizia no jargão comunista, uma fração organizada, da qual eu não participei logo. Eu era neófito, entrei na base do Caco, mas a base do Caco toda já estava articulada com a fração, uns sabendo mais disso, como o Vladimir, uns sabendo menos, como eu, mas enfim, todo mundo compreendendo que estávamos no Partido apenas taticamente.

O depoimento deixa claro o objetivo da fração estudantil, buscar contatos no movimento operário e popular, ao mesmo tempo em que aprofundava a crítica ao reformismo pecebista. Esses dois objetivos acompanharam toda a trajetória da esquerda armada. Mesmo no pós-autocrítica da luta armada, continuou sendo objeto de calorosos debates no interior das organizações de esquerda.

Segundo Daniel Aarão Reis, Vladimir Palmeira, um dos líderes da fração estudantil, afirmava que “o Partido Comunista é ruim, mas tem penetração na classe operária, através dele nós podemos chegar à classe operária”. Uma organização revolucionária não conseguiria dar direção às lutas do proletariado sem enraizamento na classe operária.<sup>112</sup>

O papel preponderante da classe operária no movimento revolucionário brasileiro reforçava a necessidade de enraizamento nas lutas do operariado brasileiro. Mesmo com uma atuação de fôlego entre os estudantes, a fração, depois da DI-GB, não conseguiu expandir seu trabalho político para dentro da classe operária. Apenas no final dos anos de 1970, já como MR-8, é que, finalmente, a organização teve um trabalho amplo no movimento operário e popular.

A fração, apesar de atuar prioritariamente no ME, buscava ampliar seus contatos por dentro das estruturas do PCB. Após o golpe de 64 e a crescente radicalização do movimento estudantil, encontrou um extenso espaço político para fortalecer suas bases, e em pouco tempo controlou os centros acadêmicos da UFRJ, principal Universidade carioca, como veremos mais adiante.

A ruptura com o PCB foi questão de tempo. Nas eleições parlamentares de 1966, a DI-GB, ainda como fração clandestina do “Partidão”, resolveu convocar a população a votar

---

<sup>112</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 9.

nulo, mesmo o PCB tendo candidatos envolvidos no processo eleitoral. Essa divergência com a direção do Partido foi o ponto final da relação entre a DI-GB e o PCB. A partir daquele ano, a Dissidência CARIOCA passou a funcionar como uma organização revolucionária do ME e tornou-se conhecida como Dissidência Comunista da Guanabara.<sup>113</sup>

Em 66, tínhamos várias entidades estudantis controladas por nós, resolvemos defender abertamente o voto nulo e aí nos retiramos do partido. O partido nos expulsou ‘barra’ nos retiramos. E constituímos a dissidência universitária da Guanabara, uma organização político-revolucionária, que tinha como [...] objetivo fazer a política estudantil-revolucionária.<sup>114</sup>

A ruptura com o Partidão consolidou a crítica ao reformismo e à via pacífica da revolução brasileira. Como organização revolucionária e autônoma, nasceu a Dissidência Comunista da Guanabara – DI-GB. Fora do PCB, a DI-GB não precisava mais da tutela da direção partidária para tomar decisões políticas. A luta revolucionária passou a ser um princípio da organização e, em pouco mais de dois anos, entrou de vez na luta armada.

Ao rachar com o PCB a atuação prioritária da DI-GB passou a ser no movimento estudantil. Ainda antes do racha, a organização dirigia o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – CACO, um dos maiores centros acadêmicos do Rio de Janeiro. A partir do CACO, a DI-GB aumentou significativamente sua influência política no movimento.

### **3.1 Do Cândido de Oliveira para a União Metropolitana dos Estudantes (UME)**

O Centro Acadêmico Cândido de Oliveira foi fundado em 1916, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em homenagem ao conselheiro Cândido Luís Maria de Oliveira. Após sua fundação, foi protagonista em diversos momentos da história política dos estudantes cariocas. Esteve nas lutas pela casa estudantil e colaborou com a organização do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Rio de Janeiro. Teve participação nos grandes movimentos de massa do país, como é possível ver abaixo.

<sup>113</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 337fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>114</sup> Aarão Reis, Daniel. Entrevista concedida à Denise Rollemberg, APUD: SILVA, Izabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 337fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009 p. 1.

Dentre as numerosas campanhas estudantis e populares de que o CACO participou, destacam-se o movimento que pressionou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a mobilização em defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo no início da década de 1950 e, em 1959, o apoio à decisão do presidente Juscelino Kubitschek de não atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), por contrariarem a política nacional-desenvolvimentista de seu governo.<sup>115</sup>

Foi na década de 1960 que o CACO assumiu o posto de um dos centros acadêmicos mais representativos do país. Em 1966, Vladimir Palmeira e Daniel Aarão Reis foram os candidatos da DI-GB à direção do centro acadêmico. Mesmo tendo uma militância jovem e inexperiente, se comparada com as organizações mais consolidadas, como o caso da AP, a chapa de Vladimir e Daniel venceu o processo eleitoral. Daniel Aarão Reis descreveu assim o processo:

Bem, quando a gente foi discutir na base quem seria presidente, candidato a presidente, houve uma discussão muito acirrada, porque nós podíamos lançar eu mesmo. Eu já tinha sido secretário geral, mas eu era muito novo ainda, ainda não tinha experiência de falar para grandes públicos. Nós não tínhamos grandes lideranças. O próprio Vladimir não tinha uma experiência. Nunca tinha sido testado como liderança. Mas ele era muito valorizado entre nós como líder político, como articulador. A AP é que tinha os grandes líderes de massa. Tinha o Antônio Serra, mas que se recusava a participar da recuperação do diretório. A gente acabou escolhendo o Vladimir por suas qualidades políticas de articulador. Quando ele foi apresentado, a direita deu uma gargalhada: ‘Pipico, presidente da esquerda? Isso é piada’. Foi um sucesso, porque ele logo se revelou um grande orador e acabou encarnando essa política de revisão crítica das tradições, digamos assim, generalistas. Então, fui eleito vice-presidente. Atuei com ele até julho. As eleições, se não me engano, eram em março, para o diretório.<sup>116</sup>

A presença de Vladimir nos espaços de interação com estudantes foi importante para o êxito da candidatura à direção do CACO. Além disso, a capacidade de agitação e articulação foi efetiva na consolidação da chapa, que expressava uma crítica à visão política tradicional. As organizações estudantis defendiam as grandes bandeiras, como o combate à ditadura e a defesa da democracia. Segundo Daniel Aarão, Vladimir Palmeira foi fundamental no processo de enraizamento político da Dissidência, pois ele despertou uma visão crítica sobre a posição das grandes forças do movimento estudantil, propondo uma combinação entre luta específica e luta geral. “Essa vai ser a grande contribuição da Dissidência do Estado da Guanabara e do Vladimir. Porque ele é o grande líder dentro da nossa organização para que a gente faça essa mudança”.<sup>117</sup>

<sup>115</sup> <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-academico-candido-de-oliveira-caco>>.

<sup>116</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 12.

<sup>117</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 12.



As pautas específicas aproximavam as organizações dos estudantes. A luta por melhorias nas condições de ensino e por mais investimentos em educação estimulava uma participação mais ampla em torno dessas bandeiras. A grande política passou a ser acompanhada pelo debate sobre o funcionamento e o dia a dia das universidades.

O retorno à sala de aula foi um mecanismo importante nesta aproximação. Segundo Daniel Aarão Reis, “ninguém ia às aulas, ninguém participava das aulas ali e a coisa ia se alimentando. A grande política era o assunto e só podia continuar aquilo sendo alimentado”.<sup>118</sup> Esse mundo ao redor do centro acadêmico aumentou a distância entre direção e bases estudantis.

A compreensão de que a manutenção deste comportamento afastava os estudantes comuns da vida política foi importante para o retorno à sala de aula. Foi então que o grupo tomou a seguinte decisão:

A gente estava se afastando do conjunto. Como houve essa reversão, qual foi a diretiva que a gente deu na base? Todo mundo tem que assistir aula. Todo mundo tem que ir para as turmas constituir grupo de estudo. Os nossos militantes têm que ser bons estudantes. Era uma orientação que rompia com aquela mini-tradição que estava começando a se constituir de isolamento.<sup>119</sup>

Não bastava apenas a legitimação política. Ser bom aluno ajudava a consolidar as lideranças, além de diminuir as possibilidades de isolamento político. Os efeitos dessa mudança foram rapidamente sentidos. “Então nós conseguimos, no âmbito da Dissidência, ganhar a turma ou pessoal que vinha se estruturando para essa necessidade de conjugar grandes bandeiras políticas com um programa de reivindicação, de interesse imediato dos estudantes”.<sup>120</sup>

Essa forma de atuação rompeu com a tradição do PCB de subordinar a atuação política nas áreas em defesa das bandeiras do partido. A organização passou a “respeitar a autonomia das entidades representativas, rompendo com a tradição do PCB, e dos outros partidos de esquerda, de instrumentalizá-las como se fossem dependências secundárias, a serviço da política de Vanguarda”.<sup>121</sup>

Em 1966, a DI-GB controlava os principais centros acadêmicos do Rio de Janeiro e assumiu a presidência da União Metropolitana de Estudantes – UME – sob a direção de Daniel Aarão Reis. Através do trabalho desenvolvido no CACO, a DI-GB conseguiu ampliar

<sup>118</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 14.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>120</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 13.

<sup>121</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a Ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007. p. 135.

sua influência, garantindo a presidência da entidade em reconstrução. Sobre a escolha de seu nome para a presidência da UME, Daniel Aarão Reis relatou:<sup>122</sup>

Quer dizer, eu fui eleito presidente da UME muito mais pela força da Dissidência, que já tinha se espreado em várias faculdades do Rio, do que por minha capacidade de liderança, que, em termos estaduais, não tinha nenhuma. Eu era um candidato do aparelho. A organização tinha crescido. Inclusive, a nossa própria organização tinha outros candidatos muito mais interessantes do que eu. Porém, na hora da eleição, esses candidatos não quiseram participar. Alegaram motivos pessoais. Era um grande pepino assumir a União Metropolitana dos Estudantes naquela época, porque era uma estrutura inexistente, não tinha um local, uma sala, nada.<sup>123</sup>

Eleito pela força da organização, Daniel Aarão Reis contribuiu para a reconstrução da entidade, que logo depois foi uma das protagonistas das manifestações de massa de 1968. Sobre sua gestão à frente da UME, Daniel Aarão Reis declarou:

E eu fui eleito presidente da UME, em julho de 1966. Mandato de um ano. Julho de 1967. Bom, para a UME desse ano, eu me dediquei muito, praticamente me profissionalizei como dirigente estudantil. Eu mal ia à faculdade, porque o movimento estava muito desarticulado e a gente definiu que a tarefa da UME seria rearticular o movimento estudantil. Eu fui muito à Universidade Rural, que estava inteiramente desarticulada, incentivei a rearticulação. Fui à chamada UEG. Porque até o momento em que eu fui eleito, o movimento estudantil estava basicamente recomeçando. Então, foi possível estruturar alguns diretórios na PUC, na UEG, Rural, na Unirio (naquela época, ainda não havia Unirio, eram as faculdades independentes). Foi um trabalho interessante, todavia ainda muito marcado pelas palavras de ordens gerais e pela luta pela liberdade, contra a ditadura. No meu mandato, já começou a crescer essa perspectiva crítica ao discurso genérico, mas ele só vai ganhar mais sustância com a UME do Vladimir Palmeira – com Vladimir e Franklin Martins, que são os grandes líderes da União Metropolitana dos Estudantes, com Cid Benjamin, também importante dirigente da UME nesse momento.<sup>124</sup>

A reconstrução da UME foi fundamental para a expansão do trabalho político da DI-GB no movimento estudantil. Mesmo com todo o trabalho operativo para, praticamente, reconstruir uma entidade, as lideranças estudantis ligadas à DI-GB se afirmaram como lideranças da classe estudantil.

Mesmo defendendo a permanente interação entre estudantes e dirigentes estudantis, a DI-GB não conseguiu garantir a permanência de Daniel Aarão Reis na universidade. As inúmeras tarefas de reconstrução e ampliação da entidade consumiam praticamente todo o seu tempo livre, transformando-o em um dirigente profissional. Todas as suas atividades eram submetidas às definições políticas da organização.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>123</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 15.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 17.

Por outro lado, o trabalho na UME abriu uma frente de expansão do trabalho político da DI-GB. Vladimir Palmeira descreveu a atuação de Daniel Aarão Reis à frente da UME da seguinte maneira:

Ele fez um trabalho pioneiro com os estudantes. De 1966 a 1967, foi ele e outros companheiros, como Luiz Eduardo, como o gaúcho Cláudio, o primeiro preso no seqüestro do americano. Ele estava ali também e trabalhou. Então, o pessoal que trabalhava na UME fez uma grande gestão. Foi a gestão que estabeleceu as bases da nova entidade, que era ilegal, clandestina, abandonada, sem recurso. Foi isso. Eu fiz parte disso.<sup>125</sup>

Ocupar a direção da UME permitiu o grande salto da organização no movimento: a ocupação da direção de uma entidade estudantil viabilizando a aproximação com um número maior de centros acadêmicos e lideranças estudantis na capital Guanabara. Diante disso, novos contatos foram surgindo e, em pouco tempo, a organização disputou a direção do movimento estudantil nacional.

No XXIX Congresso da UNE, que aconteceu de maneira clandestina na cidade de Vinhedo, interior de São Paulo, a DI-GB quase elegeu Daniel Aarão Reis presidente da entidade. Perdeu por uma diferença de seis votos a favor da chapa de Luís Travassos, da AP. “Ainda assim, a AP foi obrigada a compartilhar a diretoria da entidade eleita no encontro com membros das Dissidências e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, mais conhecida como POLOP”.<sup>126</sup>

Vladimir Palmeira considera que a derrota para a AP no Congresso da UNE se deu por conta de problemas organizativos e operacionais. “Nós perdemos por seis votos. O Daniel perdeu para o Luís Travassos. Besteira, seis votos que nós perdemos por incompetência organizativa. Muita gente saiu antes, inclusive do Rio, e perdemos”.<sup>127</sup>

Esta derrota por uma margem tão apertada ilustra a dimensão do crescimento político da DI-GB no período. A negação do aparelhamento das entidades estudantis por parte da organização foi determinante para este crescimento e quase levou a DI-GB à direção da maior entidade estudantil do país. “No entanto, mesmo sem a presidência, as dissidências tiveram três representantes na direção nacional da UNE”.<sup>128</sup>

<sup>125</sup>PALMEIRA, Vladimir. Entrevista Concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. P. 8

<sup>126</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 337 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009. p. 89.

<sup>127</sup> PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 10.

<sup>128</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 337 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009. p. 89.

Mesmo não tendo a presidência da UNE, a DI-GB controlava a principal entidade estudantil da Guanabara. Cabe registrar que, mesmo a capital do país sendo Brasília, o Rio de Janeiro ainda era o principal centro político nacional, o que possibilitava a intervenção no ME de maneira mais ampla.

A gestão de Daniel Aarão Reis fez de Vladimir Palmeira seu sucessor. Na gestão de Vladimir Palmeira, a UME cresceu consideravelmente e avançou sobre áreas que ainda não estavam sob o controle da entidade. Esse avanço foi facilitado pelo trabalho da antiga gestão, que preparou o terreno para uma investida mais direta nas universidades cariocas.

Nós conseguimos entrar em algumas escolas, inclusive na direita. Então, o Daniel já tinha uma certa base quando nós pegamos. Mas, para você ver o tamanho da diferença, eu estou dizendo grosseiramente, o Daniel pode se lembrar melhor, são dados da época, tinham 23 escolas organizadas quando Daniel me entregou. Quando a gente entregou tinha umas 70.<sup>129</sup>

A partir de 1967 começou a amadurecer entre as organizações uma linha de massa para o movimento estudantil. Entendendo a multiplicidade de sujeitos envolvidos, a DI-GB compreendia que “o movimento estudantil não é um movimento de esquerda. É isso que tem que se entender, o movimento estudantil é um movimento dos estudantes, para defender os interesses dos estudantes”.<sup>130</sup>

As particularidades do ME foram levadas em conta na adoção da nova linha política. A luta reivindicatória ajudou a colocar o estudante na rua. A defesa da universidade e por mais verbas e vagas tinha um apelo bem maior do que a luta em defesa da democracia e contra a ditadura. No entanto, as palavras de ordem contra a ditadura não saíram de moda, estavam acompanhadas das bandeiras estudantis.

Essa inovação política reforçou os laços da organização com os estudantes de maneira geral. A pauta específica, combinada com o debate geral na sociedade, amadureceu uma visão mais crítica em relação à ditadura e às políticas educacionais propostas pelo regime.

Na contramão do crescimento no movimento social, a DI-GB, no final de 1966 e início de 1967, sofreu seu primeiro racha. Alguns militantes queriam incorporar a organização à corrente revolucionária, grupo que um pouco depois deu origem ao PCBR. Acreditavam que o novo partido poderia ser o partido revolucionário brasileiro. Além dos que migraram para o PCBR outros se aproximaram PCdoB. Para Daniel Aarão Reis,

quando ficou claro que a luta interna no partidão tinha se esgotado, uma boa parte dos nossos dirigentes da dissidência, achando que não havia muita alternativa de ficar ali naquela organização migraram ou para o PCdoB ou

---

<sup>129</sup> PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 10.

<sup>130</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto História do Movimento Estudantil, p. 16.

para a corrente partidária, que já nessa época, fins de sessenta e seis e início de sessenta e sete, já essa corrente vinha explicitando a perspectiva de sair também do partidão e constituir um PC alternativo, depois seria o PCBR.<sup>131</sup>

A DI-GB não entrou no PCBR, por discordâncias com a concepção de partido. Desejava construir um partido alternativo da classe operária, afastando-se da visão tradicional de partido. Como uma organização que nasceu da crítica ao reformismo pecebista, a DI-GB resistiu a qualquer possibilidade de aproximação com partidos comunistas clássicos. Para Carlos Alberto Muniz,

a Dissidência não entra porque ela considera que eles estavam ocorrendo no mesmo erro que nós combatíamos no Partidão, que era basicamente optar por uma forma, que na época, nós dizíamos, porra, “menos revolucionária” e mais uma busca por um Partido construído artificialmente, ou seja, nós dizíamos o seguinte... Nós já estávamos muito influenciados pelo movimento sem teorizar isso, mas pelos movimentos assim, libertário de Cuba, aquela ideia de, porra, fazer a revolução, pô, nós não éramos foquistas, nós não acreditávamos naquela tese do Debray, foco e tal, mas nós, entre a forma de construir o Partido, da maneira da União Soviética da época, aquela coisa ortodoxa e a maneira mais libertária de conseguir fundir. Assim, nós tendíamos a uma maneira muito mais libertária, sem aceitar as teses, a principal tese da época, que era a foquista, que era a tese do Debray. Então, essa era a razão principal, nós vimos que eles... E nós lutávamos muito mais por uma ideia de uma construção revolucionária nova.<sup>132</sup>

Outro fator de afastamento do PCBR foi à visão da luta armada. A rejeição ao foquismo e às teses de Debray por parte do PCBR foi outro aspecto importante para os dissidentes não se juntarem ao novo partido. A defesa de uma nova alternativa, com ligação com a classe operária, também não tinha correspondência na proposta do PCBR.

O racha dividiu a organização. A DI-GB, após duas conferências, realizadas, respectivamente, em fevereiro e dezembro de 1967. “Consolidou-se como organização autônoma, definindo sua linha política e ampliando seu papel nas manifestações estudantis”.<sup>133</sup>

Como uma organização autônoma e praticamente restrita ao ME, ainda assim, a DI-GB foi protagonista dos acontecimentos que se avizinhavam. 1968 consolidou a organização como a principal dirigente das mobilizações estudantis no Rio de Janeiro e uma das mais importantes do país.

<sup>131</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

<sup>132</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2016.

<sup>133</sup> SILVA, Izabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 2009. 337 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009. p. 91.

### 3.2 As flores não derrubam canhões

Segundo Franklin Martins, as lideranças estudantis foram consolidadas em 1968, e a passeata dos 100 mil foi a síntese da política de enraizamento das entidades nas escolas e universidades cariocas. “Foi o coroamento deste processo em que os estudantes foram se reconhecendo nas entidades. As entidades foram mobilizando para a rua. Combinando muito estreitamente as manifestações de rua com as manifestações dentro da escola”.<sup>134</sup>

Essa mobilização impulsionava a ampla participação estudantil. As lideranças ganharam autoridade política e transcenderam a barreira da organização interna do movimento, assumindo a direção da agitação de massa, questionando a ditadura e a política nacional. Para Franklin Martins, “a liderança estudantil passou a ser a liderança dos estudantes. Os estudantes reconheciam. Isso eles falam pela gente. Não é porque fala longe, é o tempo todo discutindo. É uma riqueza extraordinária de debates, de discussão”.<sup>135</sup>

O reconhecimento dos estudantes foi resultado do processo de consolidação das lideranças estudantis ao longo de 1967. As manifestações revelaram a identidade entre a liderança e o estudante comum. Concordando ou discordando, o que prevaleceu foi a aproximação entre os pares, a identificação com a liderança.

A presença quase que diária das entidades estudantis no espaço acadêmico colaborou para a afirmação de lideranças que teriam um papel central no desenrolar das manifestações. Franklin Martins chama a atenção para o debate que o movimento estudantil colocou para a sociedade brasileira, conforme demonstra o texto abaixo:

O movimento estudantil está pronto para se tornar um grande movimento de massas, de peso, de influência nacional, e de colocar em cheque aquela ditadura que estava ali. Não era capaz de substituir, mas ele era capaz de mostrar que aquela ditadura não se sustentava mais, que foi o que ele fez.<sup>136</sup>

De modo geral, como grandes protagonistas dos movimentos de massa de 68, os estudantes trouxeram à tona algumas contradições do regime político vigente. As reivindicações giravam em torno do ensino público e gratuito para todos, reforma democrática do ensino superior com melhoria do ensino, maior participação estudantil nos espaços de decisão e mais verbas para pesquisas, que deveriam ser voltadas para os problemas sociais brasileiros. “Na verdade, o movimento de 1968 ganhou consistência social porque soube aliar

<sup>134</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005, p. 19.

<sup>135</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005, p. 17.

<sup>136</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005, p. 17.

a crítica da ditadura à formulação de um programa de reivindicações que era a expressão da grande maioria”.<sup>137</sup>

A pauta de reivindicações, construída de baixo para cima, representava o desejo da imensa maioria dos estudantes. Mesmo com todo o apelo de massa que marcou as manifestações em 1968, as pautas estudantis não foram atendidas. Além disso, não houve nenhuma alteração significativa na realidade política nacional.

Cabe ressaltar que as passeatas estudantis representavam o desejo de amplos segmentos da sociedade brasileira. No entanto, o governo militar não atendeu a nenhuma das reivindicações estudantis “e [recusou] o diálogo, porque os planos para o país previam uma brutal elevação do arbítrio – a manutenção e o aprofundamento do Estado de exceção”.<sup>138</sup>

Com a proximidade do retorno às aulas, as passeatas ficaram menores, desenhando o quadro de refluxo que se avizinhava. Para Daniel Aarão, isso ficou evidente quando

a gente começou a perceber, sobretudo os nossos líderes estudantis que lidavam de mais perto com essa problemática, que havia um relativo processo de exaustão depois da passeata de junho de 1968. Em julho, houve uma segunda, também sem repressão, mas aí agrupando muito menos gente. E, a partir de agosto, começa um processo de descenso, quando voltam às aulas.<sup>139</sup>

Depois de um período de grande ascenso de massas em torno de uma pauta consistente de reivindicação, o movimento, sem resposta, começou a refluir. As lideranças tiveram cada vez mais dificuldades para mobilizar os estudantes. Outro fator foi o retorno às aulas, responsável pela diminuição do tempo livre do estudante comum. Por outro lado, a posição intransigente da ditadura revelou uma antecipação do modelo que seria implementado com o AI-5. O risco de atender, mesmo que parcialmente, às reivindicações estudantis era abrir a brecha para questionamentos mais profundos.

A segunda metade de 1968 foi de refluxo e aprofundamento da repressão. As manifestações estudantis sofreram os impactos da mudança de comportamento das forças militares. A repressão avançou de maneira expressiva sobre os estudantes e o medo passou a ser companheiro da rua. De acordo com Franklin Martins,

as manifestações estudantis no segundo semestre de 1968 passam a ser reprimidas, pelo menos no Rio de Janeiro, à bala. É uma mudança significativa ao primeiro semestre. Primeiro semestre era o quê? A cavalaria entrava, enchia a gente de porrada, ou a PM entrava, enchia a gente de porrada, nós fomos aprendendo, passamos a enfrentar, jogamos bolinha de

<sup>137</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1 – 2, jan./dez. 1998, p. 33.

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005, p. 22.

gude, os cavalos caíam, você enchia os PM, os cavalarianos caíam que caíam de porrada. Quer dizer, nós aprendemos. De um modo geral, nas últimas manifestações, a PM apanhava mais do que batia. O movimento estudantil tinha estruturas organizadas, as seguranças, e tinha um caráter de massa.<sup>140</sup>

No depoimento, fica perceptível um aspecto importante para a mudança na qualidade da repressão. Na medida em que a resistência dos estudantes foi ficando mais qualificada, o aparato coercitivo precisou de outros instrumentos de força para conter o ímpeto do movimento. Além disso, a resistência estudantil não contava com uma estrutura verticalizada, como a PM. De forma consciente, mas, muito mais determinada, os estudantes respondiam as investidas da repressão de forma desordenada e quase incontrolável.

Franklin Martins relatou que por duas vezes quase foi atingido à bala durante manifestações contra a ditadura, no segundo semestre de 1968.

Eu pessoalmente... Duas vezes me atingiram. Não atiraram assim não, atiraram para me acertar duas vezes. Eu puxando manifestação no Largo de São Francisco, começa um barulho, pipoco de bala, vem um cara e me agarra um poste, eu chuto a cara do sujeito, tiro comendo, vitrine caindo atrás, vidro de bala, entrou a minha segurança e conseguiu me arrancar das mãos dos caras. Mais tiro. Teve gente ferida aquele dia. No outro dia, fazendo manifestação em frente ao Iate Clube Federal, uma tropa de Fuzileiros estava lá dentro, mas um que nós prendemos. Nós percebemos que tinham policiais dentro da manifestação, nós fomos lá e pegamos os caras, os caras tiram o revólver. Não deu tempo, atiraram, mas passou a bala aqui assim, de ficar poste com furo de bala, etc.<sup>141</sup>

Daniel Aarão Reis compartilha da posição de Franklin Martins ao afirmar o seguinte:

[...] O AI-5 vai ser funesto para o movimento estudantil por duas razões. Primeiro, porque radicaliza a repressão, que já estava sensível. A repressão começa a atirar em cima dos estudantes no segundo semestre de 1968, coisa que ela não fazia antes, a não ser excepcionalmente, como foi o caso do Edson Luís. De um modo geral, eles vinham com gás lacrimogêneo, com patada de cavalo, com sabre. A partir do segundo semestre de 1968, começam a atirar, começam a matar gente na rua e isto começou a se banalizar. O Edson Luís foi aquele estouro. Depois, em toda parte, não só no Rio, em outros lugares do Brasil, começam a matar manifestantes.<sup>142</sup>

Nessa guerra desigual, “os estudantes apresentavam-se no campo de combate com sacos plásticos cheios d’água, pedras, paus, gelo, garrafas, vasos de flores, tampas de latrina, carimbos, cinzeiros, cadeiras, tijolos, bolas de gude, cortiça e umas pobres barricadas”. Do lado oposto, “[...] a polícia usava fuzis, revólveres, baionetas, sabres, pistolas 45, cargas de

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005, p. 23.

<sup>142</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 20.



cavalaria, bombas e granadas de gás lacrimogêneo. O espetáculo do medo ganhava sinais de terror”.<sup>143</sup>

O endurecimento da repressão esvaziou as manifestações de massa. A maioria dos estudantes não estava disposta a enfrentar o arsenal policial. Na medida em que a resistência foi ficando mais efetiva, o uso da força se tornou cada vez mais qualificado e comum.

### 3.3 O 30º Congresso da UNE e o AI-5

O XXX Congresso da UNE (CONUNE) ocorreu de maneira clandestina em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo, já no contexto de refluxo do ME. A partir de agosto de 1968, o movimento de massa foi perdendo fôlego, diminuindo a capacidade de ação das organizações estudantis.

Várias polêmicas cercaram a construção do CONUNE. A concepção de congresso foi uma das divergências políticas do encontro. As organizações não tinham acordo sobre a realização de um congresso clandestino ou aberto. No congresso anterior em 1967, mesmo com um espaço de atuação política menos vigiado que em 1968, as direções estudantis resolveram fazer o congresso de forma clandestina

As dissidências defendiam um congresso mais amplo, já que nos congressos anteriores o movimento estudantil estava em refluxo e não fazia sentido ter um grande congresso. Com as manifestações de 1968, teoricamente, não faria sentido ter um pequeno congresso, com pouco mais de 200 delegados. “Havia uma disputa no movimento estudantil. Não era fácil a situação. O movimento estudantil havia crescido a tal ponto, havia se transformado numa força tão grande nacionalmente que não era mais possível reproduzir o modelo de congresso [...]”. Para Franklin Martins, o debate em torno da organização do congresso era:<sup>144</sup>

O que é que aconteceu em 1965, 1966, 1967? Cento e poucos delegados, duzentos e poucos delegados de um movimento estudantil que ainda era marginal, se reuniam numa dependência próxima à Igreja, num seminário ou coisa assim. Era uma coisa semiclandestina. E discutir não era prioridade ali. O importante era eleger a diretoria. Em 1968, o movimento estudantil tinha adquirido um caráter tão importante que o que estava em jogo ali, no fundo,

<sup>143</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1 – 2, jan./dez. 1998, p. 9.

<sup>144</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005, p. 24.

repara só, eu havia sido pelo Presidente da República. Quando o Presidente da República me recebeu, me cumprimentou, eu falei: ‘Franklin Martins, vice-presidente da União Metropolitana de Estudantes. Da extinta UME’. Você tinha uma disputa. Nós não estamos extintos. Vocês podem dizer que acabaram com a UNE, acabaram com a UME, vocês não acabaram. Então, naquele ano o congresso era também uma afirmação, coroando aquele movimento de todo aquele ano, de que o seguinte: A UNE está reconstruída. Isso significa discutir questões pendentes, importantes.<sup>145</sup>

Fazer um congresso nesses termos demonstrava a força do movimento estudantil. Porém, não levaram em conta as condições da luta política no Brasil, ignorando o aumento da repressão às manifestações de rua no segundo semestre de 1968. Mesmo com a preocupação com o debate político, seria preciso um rigoroso esquema de segurança para garantir a funcionalidade de um congresso nesses termos.

A AP aceitava que o congresso fosse representativo, desde que fosse realizado no Conjunto Residencial da USP (CRUSP). A AP queria transformar o congresso em um fato político e secundarizar o debate, mantendo a mobilização estudantil no Congresso.<sup>146</sup>

Para o Congresso, a DI-GB fechou um acordo com as dissidências comunistas de São Paulo e da Bahia, formando o bloco das dissidências do PCB contra a direção da AP. José Dirceu era o candidato das dissidências e, possivelmente, seria eleito presidente da UNE. “Houve um acordo entre nós de que o presidente seria o Dirceu. O presidente..., um candidato natural à presidência era o Vladimir, mas o Vladimir não queria ser candidato. Não sendo ele o candidato natural depois era o Dirceu”.<sup>147</sup>

O movimento estudantil estava dividido em duas correntes: “[...] A primeira, capitaneada pela AP, privilegiava as ‘lutas de rua contra a ditadura’, a outra procurava vincular a luta antiditatorial às reivindicações específicas do estudantado”.<sup>148</sup> Três organizações disputavam a direção da UNE: AP, Dissidências e POLOP. Os dois campos rivalizavam pelo controle do movimento estudantil nacional.

Não foi apenas a organização do congresso que polemizou o evento. Outro ponto de conflito pairou sobre a forma de enfrentamento à ditadura. A AP e a POLOP subordinavam as lutas específicas dos estudantes no combate à ditadura. Enquanto as dissidências acreditavam que as lutas contra a reforma universitária tinham um apelo de massa maior do que apenas a luta contra o regime político vigente. No entanto, é importante registrar que os estudantes, muitas vezes, não estavam de acordo nem com um campo, nem com outro, eram motivados

<sup>145</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>146</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP. p. 128.

<sup>147</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 21.

<sup>148</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP. p. 131.

por causas relacionadas ao universo individual e que não diziam respeito à ação das lideranças estudantis.

Esse confronto de posições estava muito mais restrito ao debate das organizações do que ao cotidiano do estudante. Os estudantes que não acompanhavam a dinâmica das forças políticas lutavam contra a ditadura e por melhores condições de ensino. As posições defendidas pelas organizações não eram estáticas, podiam variar de acordo com o posicionamento das bases estudantis.

A organização do congresso ficou sob a responsabilidade da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, da qual José Dirceu era presidente. Franklin Martins revelou como se deu o congresso em Ibiúna.

Nós sabíamos que ia ser uma coisa de 700, 800 delegados do Brasil. Uma coisa Grande. E a UEE de São Paulo ficou encarregada de montar. [...] Na hora que eu cheguei e vi o que era eu disse: 'estão brincando', porque aquilo ali era... A UEE de São Paulo tinha em torno dela um pessoal muito já seduzido pelas idéias da guerrilha, do Marighella, etc. Em boa parte foi quem cuidou da montagem disso. E boa parte da ALN deu suporte aquilo. Então aquilo ali era meio um acampamento no meio do mato. Para você ter idéia, o auditório era numa colinazinha escavada nas montanhas os degraus. Quando aquilo ali chovia era um barro só, então você botava um naylon. Era uma coisa... Eu fiquei lá dois dias, não consegui dormir, eu dormi duas horas. Dormia por turno. Dorme duas horas, entra... Não tinha lugar para dormir. Eu olhei e disse assim: 'Isso aqui não vai dar certo'. Todo mundo olhou. Eu não fui um gênio, não. Qualquer pessoa que entrava ali dizia: 'Isso aqui não vai dar certo'. Aí, quando o congresso se inicia, ainda não erro o congresso, com uma discussão de procedimentos, não se chegava a um acordo. O pessoal da AP queria sair, desmobilizar o congresso, no que eles estavam certos. E nós, se desmobilizar o congresso, continua a atual diretoria, que era a deles. Isso não representa mais o Movimento Estudantil, nós temos que eleger uma nova diretoria. Então vamos tentar fazer ser um golpe deles para impedir. Havia uma radicalização, um sectarismo muito grande também. Embora, por exemplo, eu sempre tive relações extraordinárias, extremamente amigáveis com o Travassos. Travassos era muito legal, uma flor de pessoa. Com o Jean Marc, no Rio, que era um cara da AP no Rio, sempre tive relações ótimas, não era uma desconfiança pessoal, era uma coisa política. Então ficou aquela dúvida, desmobiliza, não desmobiliza, daí chegou a polícia e resolveu a dúvida para a gente.<sup>149</sup>

O congresso foi um desastre. Na chuvosa manhã de sábado, 12 de outubro de 68, a polícia invadiu o sítio Murundu, nas imediações da cidade, e prendeu um número de estudantes que variou, conforme a fonte, de 750 a mais de 1.500, pondo fim no congresso. A leitura dos desdobramentos do congresso variou, de acordo com a força política. Na verdade, mesmo que o congresso fosse na USP, isso não impediria a ação da repressão, que às vésperas do AI-5 já ensaiava o que estava por vir. As principais lideranças estudantis do país foram

---

<sup>149</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 21.

presas e a ditadura pôde montar um privilegiado banco de dados com os militantes presos em Ibiúna. Boa parte dos militantes que foram ao congresso compôs as organizações que participaram da luta armada.<sup>150</sup>

### 3.4 Beco sem saída

No dia 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar brasileira, para conter a força da oposição, lançou mão do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O AI-5 jogou a última pá de cal no que restava de espaço legal de atuação política das oposições, legitimando o terror e o arbítrio do Estado.

As decorrências do dia 13 de dezembro no ME foram catastróficas. As lideranças estudantis precisaram sair de cena. No movimento ficou cada vez mais difícil manter os estudantes mobilizados, uma vez que o Estado assumiu sua face mais perversa e ditatorial. Daniel Aarão Reis relatou que no momento em que o AI-5 foi anunciado, a direção da organização estava reunida.

Eu lembro que quando o AI-5 foi decretado, a direção da Dissidência estava reunida. Ouvimos o AI-5 e dissemos: ‘Pronto. Agora a ditadura não tem mais máscara. É tudo ou nada’. Não poderia dizer, talvez seja excessivo, que tenha se regozijado com o AI-5, mas a gente via no AI-5 uma radicalização e a gente ia enfrentar no tapa a tapa. Nós achávamos que a sociedade ia com a gente e que o AI-5 seria eficaz do ponto de vista de tirar qualquer véu. A repressão ia aparecer com toda sua medonha capa dura. Então, as massas iam se levantar contra, e nos estávamos ali para atear fogo na pradaria seca, como dizia Mão Tsé Tung.<sup>151</sup>

A expressão “tapa a tapa” dá a dimensão do que pensavam ser as organizações de esquerda, capazes, inclusive, de bater de frente com o poderio bélico das forças de repressão. As ações armadas serviram de propaganda e demonstraram a capacidade e disposição dos grupos armados no enfrentamento à ditadura.

Atos no movimento de massa constituíram a base de ação da DI-GB. Com o aumento da repressão e o esvaziamento do ME, a alternativa armada foi consolidando-se no interior da organização. Ainda assim, inicialmente, a DI-GB conseguiu manter a prioridade do movimento de massa até o aprofundamento da repressão. Dois fatores aparecem como

<sup>150</sup> VENTURA, Zuenir Carlos. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 239.

<sup>151</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 34.

definidores para a entrada da DI-GB na luta armada: o AI-5 e a prisão de Vladimir Palmeira no congresso de Ibiúna.

Em abril de 1969, a DI-GB organizou uma conferência para discutir os rumos da luta política no país. Nessa conferência, a organização concluiu que não havia mais espaço para a luta pacífica contra a ditadura, uma vez que todos os meios de oposição legal foram fechados, com o AI-5, e resolveu entrar imediatamente na luta armada. Definindo-se como uma organização comunista empenhada na luta armada.<sup>152</sup>

Vladimir Palmeira tinha uma posição contrária à aprovada na conferência, mas como estava preso, não pôde participar do debate. Sobre isso, ele falou:

Eu era a favor da luta armada, sempre fui, em toda minha vida. Mas sempre discordei que a luta armada era aquilo que estava sendo feito. Essa idéia de assaltar banco. Podiam até assaltar para fazer dinheiro, mas não formar um exército. Tinha que fazer luta política, luta de massa, para enfrentar a ditadura e, com o tempo, você podia construir um exército para ser alternativa. Então, discordava daquilo. Eu sempre digo isso. Quando eu fui preso, por exemplo, eu disse que era a favor da luta armada, mas que não achava que assaltar banco fosse o caminho.<sup>153</sup>

A atuação no movimento de massa era a discordância entre Vladimir Palmeira e o que foi aprovado na conferência. A deliberação da conferência colocou como imediata a entrada da organização na luta armada, enquanto Vladimir defendia a manutenção da luta de massas, sendo a luta armada uma possibilidade futura.

É difícil imaginar o que teria acontecido caso o ex-dirigente estudantil estivesse na conferência que decidiu sobre a imediata entrada na luta armada. O fato é que, em pouco mais de três anos, as organizações de esquerda estavam praticamente aniquiladas. O povo, como imaginava a esquerda, jamais participou das ações armadas e as organizações de esquerda se afastaram do conjunto da sociedade.

Traço marcante das organizações que aderiram à luta armada, o militarismo só alcançou a DI-GB na virada da década, quando praticamente a organização já não mantinha mais ligações com o movimento de massa, se tornando uma organização militar. A Dissidência da Guanabara resistiu ao foquismo e só em 1969 se tornou permeável a ele. Assim, o foquismo militarista atingiu todas as organizações armadas, umas mais, outras menos, mas não houve quem resistisse a ele.

O foquismo transportou para o modelo da Revolução Cubana a realidade latino-americana. A revolução tinha um significado especial para as organizações armadas no Brasil.

<sup>152</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 341.

<sup>153</sup> PALMEIRA, Vladimir. Entrevista concedida ao projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 20.

O fato de ter acontecido à revelia do Partido Comunista Cubano (PCC) e ter sido vitoriosa, estimulou movimentos em todo o continente. No imaginário das organizações armadas, era possível repetir o feito dos sobreviventes do Granma, que logo depois derrubaram Fulgêncio Batista.<sup>154</sup>

Inicialmente, entre as organizações armadas, a DI-GB foi uma das que conseguiu, num primeiro momento, resistir ao foquismo guerrilheiro. A defesa da associação entre luta armada e luta de massa consistente sempre foi uma preocupação para a direção da organização. Sobre isso, Daniel Aarão Reis afirmou:

Nós ficávamos ali nesse debate, partidários da luta armada, mas defendendo sempre a necessidade que a luta armada tivesse o caráter de massa. Éramos acusados, por isso, de massistas, era o jargão da época. Os massistas eram aqueles que, embora partidários da luta armada, ficavam estimulando tanto os movimentos de massa, que acabavam perdendo de vista o enfrentamento armado, ou seja, a gente manteve, portanto, a referência da luta armada, mas com essas defesas, com essas ressalvas.<sup>155</sup>

Os militantes que não foram lideranças das manifestações de massa mantiveram-se no limite da legalidade. Essa vida legal foi importante no abastecimento do grupo que realizava as ações armadas. Para ter acesso às armas, eram comuns os deslocamentos de militantes para áreas mais afastadas do Rio de Janeiro, onde o acesso às armas era mais fácil. Importante na montagem do aparato militar da organização, João Lopes Salgado lembrou-se de viagens que foram feitas à Bahia com o intuito de comprar armas para a montagem do grupo de fogo.

Bom, o trabalho no grupo nesse período, nesses primeiros meses, foi de juntar armas, quer dizer... Me lembro, a gente saía pela Rio Bahia até a Bahia para comprar armas. Chegava na casa de arma dizendo: 'Quero comprar quatro revólveres'. Impressionante, comprava. Eu fui com Cid (Benjamin) até na divisa da Bahia, voltamos com umas 20 armas, na loja, legalmente.<sup>156</sup>

No documento Linha Política, de 1969, a DI-GB discutiu o caráter da ditadura e os caminhos da luta armada. A guerra revolucionária era entendida como expressão de um processo político e não apenas militar e estaria combinada a formas não armadas de enfrentamento à ditadura. Essa posição era uma demarcação com a visão essencialmente militarista da luta armada. Para a DI-GB, a imersão na luta armada não significaria um abandono da luta de massas.<sup>157</sup>

---

<sup>154</sup> <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas\\_Revolucionarias\\_e\\_Luta\\_Armada.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf) p13>.

<sup>155</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

<sup>156</sup> Entrevista de João Lopes Salgado para esta pesquisa, concedida em 08/03/2015.

<sup>157</sup> Idem.

A estratégia para a luta armada revolucionária era a guerra combinada na cidade e no campo, em níveis variados de região para região, com formas principais e secundárias de enfrentamento, levando em conta os seguintes aspectos:

- a) a importância político-ideológica do proletariado urbano e o fato de que as cidades são o ponto forte militar da burguesia;
- b) a importância estratégica do campo onde se formarão os contingentes mais importantes do exército revolucionário, e o fato de que, em vários momentos e lugares, os revolucionários não poderão trabalhar politicamente e militarmente com a classe social mais importante da revolução – o proletariado urbano e rural;
- c) o desenvolvimento desigual do ponto de vista político-econômico-social das diferentes cidades e nas zonas rurais;
- d) a combinação da luta revolucionária nas diferentes regiões do país, nas diferentes cidades e nas diferentes zonas rurais;
- e) a combinação da utilização das formas armadas de luta entre elas e também entre as formas armadas e não armadas de luta.<sup>158</sup>

Os aspectos definidos pelo documento para a guerra revolucionária levaram em conta a estrutura social brasileira e as condições de reprodução do capitalismo no Brasil. Apontou, ainda, para a necessidade do envolvimento de amplas parcelas da população exploradas com o exército revolucionário, além da combinação entre formas armadas e não armadas na luta. Além dos aspectos gerais da guerra revolucionária, o documento dividiu a guerra revolucionária em quatro fases:

A primeira fase da guerra revolucionária (GR) é caracterizada pela utilização de formas armadas de luta que não têm capacidade de se converterem em instrumentos estratégicos de luta, e pela montagem do foco guerrilheiro, forma principal da fase seguinte. As formas armadas utilizadas são auto-defesa, a propaganda armada e a sabotagem das massas. [...] A segunda fase da GR se caracteriza pela utilização de um instrumento estratégico, o foco guerrilheiro, mediação para a formação do Exército dos Trabalhadores, que é a forma principal desta fase. Além disso, acentua-se a combinação das diversas formas de luta armada no campo e na cidade, tais como a propaganda armada, a sabotagem de massas e de vanguarda, a auto-defesa, etc. No fim desta fase é que se coloca a formação de outros centros guerrilheiros, que não se originam, necessariamente, do primeiro foco, mas também a partir das condições políticas mais acirradas das demais regiões. A isso junta-se a guerra de guerrilhas irregular, levada a efeito pelas milícias rurais, ainda ligadas à produção. [...] A terceira fase é a formação dos exércitos dos trabalhadores, que se forma a partir de 3 fontes básicas: (1) guerra de guerrilhas, desenvolvida em torno dos focos guerrilheiros, (2) insurreições táticas na cidade e no campo e (3) o desenvolvimento de comandos urbanos. [...] A quarta fase se caracteriza pela ofensiva estratégica, que não deve ser entendida por asfixia das cidades pelo campo, mas como um processo intensamente combinado de ação revolucionária

---

<sup>158</sup> Dissidência Comunista da Guanabara, Linha Política, abril de 1969, p. 5.

urbana e rural, onde se dá a marcha do exército dos trabalhadores sobre os últimos redutos da burguesia que são isolados, internamente, pela violência e pela força política das insurreições do proletariado urbano, dando o golpe de morte no poder burguês.<sup>159</sup>

Chama atenção a predominância do foco guerrilheiro em toda a estratégia revolucionária da DI-GB. Mesmo resistindo no primeiro momento, a organização acabou cedendo à perspectiva que virou moda entre os grupos que aderiram à luta armada. Todas as fases da guerra revolucionária estiveram subordinadas à ação do foco guerrilheiro. O foco guerrilheiro foi uma ação de vanguarda, com aprovação das massas organizadas em luta contra a ditadura. A DI-GB e, posteriormente, o MR-8 se concentraram na primeira fase da guerra revolucionária. As ações se restringiram à propaganda e autodefesa, a exceção foi rápida experiência no interior da Bahia.

A construção de um aparato militar, minimamente, sólido era condição básica para o início das ações armadas. A ausência de uma fiscalização rigorosa facilitava a compra de armas. Outro fator importante foi a concentração de ações armadas nos centros urbanos e, em especial, no sudeste. São Paulo e Rio de Janeiro, de imediato, concentraram as ações armadas, que logo depois chegaram a outras regiões do país.

Após a montagem da logística, a organização começou as atividades com a presença de militantes armados, para garantir a segurança das ações nas portas das fábricas. Maria Augusta Ribeiro contou sobre algumas panfletagens nas portas das fábricas acompanhadas pelo grupo de fogo.

Eu ia para porta de fábrica distribuir panfletos, e esse negócio tinha que ter cobertura armada mesmo, não podia ser assim de festa. Porque nas áreas fabris... dava impressão que São Cristóvão era uma área muito difícil, muito barra pesada para você fazer algum tipo de distribuição de panfletos, tentar fazer algum tipo de contato, porque era o exército que reprimia na época. A gente fazia basicamente isso, ia para porta das fábricas, tentava falar com os caras. E começava, falava como é que estava a situação, como é que não estava. Tentava ganhar os caras para começar a fazer uma base política, de organização, para entrar dentro daquele coletivo.<sup>160</sup>

Cid Benjamin, assim como Maria Augusta Ribeiro, lembra das primeiras ações da organização com o objetivo de fazer propaganda da luta armada contra a ditadura entre os operários na porta das fábricas.

O militante fazia um trabalho externo de panfletagem, pregava mais do que fazia, não chegamos a fazer tantas vezes... Propaganda armada seria você, proprietário, com armas, chegar e panfletar e etc. E precisamente em fábricas que nós tínhamos contatos prévios, a gente fazia aquilo e depois contatos.

<sup>159</sup> Dissidência Comunista da Guanabara, Linha Política, abril de 1969, p. 5.

<sup>160</sup> RIBEIRO, Maria Augusta. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 11.



Eram militantes ou quadros da organização, simpatizante, pessoal de contato com a organização começava a fazer um trabalho de conversar sobre o panfleto, aquela atividade, aí, nós fazíamos e etcetera, para a gente crescer nesse sentido. [...] A gente fez muita panfletagem em porta de fábrica e a partir de um certo momento, o próprio pessoal que não era do setor armado tinha o preparo militar para usar revólver e tal, em algumas situações pesadas quadros do setor armado eram convocados para dar uma ajuda, estar lá presente, etcetera e tal.<sup>161</sup>

Com a diminuição das ações estudantis, a militância queria participar dos atos do grupo de fogo ou das panfletagens nas portas das fábricas, consideradas as atividades mais representativas do movimento revolucionário. Àquela altura, era difícil continuar no movimento estudantil, praticamente, sem vida política.

### 3.5 Agora é para valer

1969, Rio de Janeiro, esquina com a Voluntários da Pátria. O carro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick cruzou a avenida. Franklin Martins e Cid Benjamin acompanharam a passagem do carro oficial com bandeiras americanas tremulando e nenhum outro automóvel fazendo a segurança do embaixador. Enquanto olhavam, Franklin Martins e Cid Benjamin tiveram a brilhante ideia de sequestrar Charles Burke Elbrick.

Os sequestros foram uma saída para libertar militantes presos e causavam grande alvoroço na mídia, dando ampla visibilidade às ações armadas, inclusive, no exterior, já que a ditadura negava reiteradamente a existência da resistência armada no Brasil. O sequestro do embaixador americano deu ampla visibilidade à luta armada na imprensa brasileira e internacional. Sobre o plano do sequestro do embaixador, Cid Benjamin relatou:

Essa foi ideia minha e do Franklin. Nós estávamos aqui em Botafogo, mais pra cima, perto de onde é a COBAL, que é um conjunto que é no centro comercial. Estávamos fazendo um ponto de rua, nós dois semiclandestinos, que a gente já tinha, eu tava direto na força armada, o Franklin não, uma vez, a gente tava se encontrando lá, fazia tempo que a gente não tinha um contato direto, quando passou o carro do embaixador americano, com bandeirinhas, porque a casa do embaixador era paralela a São Clemente, e ele, para ir para o centro da cidade, tinha que dobrar direita, subir, depois pegar uma rua chamada Marques, subir e depois descer para ir para cidade. Passou por nós e eu lembrei que poucos meses antes na Guatemala, na guerrilha urbana, tinha metralhado o embaixador americano, lá na capital da cidade, e depois, o cara dando essa sopa... [...] E já havia da nossa parte uma preocupação de

---

<sup>161</sup> Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

libertar o Vladimir Palmeira, que era, na prática, o principal quadro da organização, o principal líder de massa, era um cara um pouco mais velho, tinha formação política, teórica, e ele foi preso, ele tinha sido preso no congresso de Ibiúna e acabou não sendo solto. Ele seria solto, tinha um habeas corpus já para sair, mas aí veio o AI-5, daí, ficou em cana. E essa preocupação de libertar o Vladimir, nos fez inclusive fazer levantamentos em quartéis que ele tava preso. Felizmente... eu cheguei a ir a São Paulo para dar uma olhada num quartel da PE, no Ibirapuera, ver as ações de comando e, infelizmente, uma porraloquice dessa. Mas era uma coisa que a gente se preocupava, libertar o Vladimir, tal, e quando passou o embaixador, eu lembrei da história da Guatemala, começamos a conversar os dois e surgiu essa ideia: “Pronto, tá aí, podemos sequestrar esse cara e trocar pelo Vladimir.”<sup>162</sup>

A decisão de sequestrar o embaixador atendia à necessidade de libertar Vladimir Palmeira, que havia sido preso no Congresso de Ibiúna, meses antes. Vladimir havia se consolidado, ao longo de 1968, como a principal liderança da DI-GB e uma das mais representativas do movimento estudantil.

Em tempos de guerra fria, sequestrar o embaixador da maior potência capitalista do planeta foi uma ação de extrema ousadia. A DI-GB, inicialmente, estabeleceu conversas com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), mas não caminharam, por conta do processo interno que a VAR-Palmares enfrentava. Foi então que a DI-GB procurou a Ação Libertadora Nacional (ALN), que topou participar da ação.<sup>163</sup>

Vera Silvia Magalhães ficou responsável por fazer o levantamento das condições do sequestro e constatou o frágil esquema de segurança do embaixador. O aparelho para onde foi levado o embaixador, em Santa Teresa, era o local onde funcionava a gráfica da organização e servia de morada para o jornalista Fernando Gabeira e o jardineiro Antônio Freitas Silva, o baiano.

Na manhã do dia 04 de setembro de 1969, na Rua Marques, em Botafogo, foi sequestrado o embaixador estadunidense Pela DI-GB, participaram da ação: Vera Silvia Magalhães, Franklin Martins, João Lopes Salgado, Cid Benjamin, Cláudio Torres e Sérgio Rubens. Pela ALN: Paulo Venceslau, Manoel Cirylo e Paulo de Tarso. Militarmente, a ação foi simples.<sup>164</sup> Daniel Aarão Reis considerou a ação um sucesso.

Não perdemos nenhum militante, ninguém morreu, o motorista foi empurrado pro lugar do carona, depois largado na rua do jardim botânico. Quer dizer, o embaixador levou uma pancadinha aqui na cabeça, mas é coisa

<sup>162</sup> Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

<sup>163</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 166.

<sup>164</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 168. Ver também: DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 299.

pequena, um arranhão. Ele estava muito assustado e, quer dizer, foi uma ação limpa, sem perdas, de nenhum lado. Todas as exigências aceitas, a ditadura ficou destruída. Foi obrigada a divulgar na cadeia de rádio e televisão, foram manifestos extremamente agressivos, críticos a ditadura, contundentes.<sup>165</sup>

A organização lançou um documento exigindo a libertação e envio para o exterior de quinze presos políticos, além da divulgação de um manifesto nos principais meios de comunicação do país. As organizações deram um prazo de 48 horas para o governo responder. Pressionados pelo governo norte-americano, os militares cederam às exigências feitas pelos revolucionários. Um dia após o sequestro foi divulgado o manifesto.

Segundo Herler (2015), as divergências com a estratégia do PCB levou um grupo de militantes do estado do Rio de Janeiro a fundar a Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ) logo após o golpe. A DI-RJ iniciou suas atividades em Niterói e em pouco depois chegaria ao Paraná. No Paraná, em 1967, assumiria a sigla MR-8 em homenagem a morte do revolucionário Ernesto Che Guevara pelas forças de repressão bolivianas. Partidária do foquismo e influenciada pelas teses de Régis Debray e Che Guevara se instalou no oeste do Paraná pretendendo dar início ao foco guerrilheiro na região.<sup>166</sup>

A organização não teria tempo para por em prática o foco guerrilheiro. Em 1969 a repressão alcançou os militantes no Rio de Janeiro e em Curitiba e rapidamente chegaria ao oeste do Paraná, pondo fim ao sonho do foco guerrilheiro no oeste paranaense.<sup>167</sup>

A ditadura, através dos meios de comunicação, anunciou o desmantelamento do MR-8 no país com o fim do trabalho dela no oeste do Paraná a repressão que abateu o primeiro MR-8 teria iniciado nos centros urbanos e logo depois chegaria às bases da organização no oeste paranaense. No processo de construção do manifesto, a Dissidência Comunista da Guanabara assumiu a sigla MR-8, a fim de desmoralizar o regime. Cid Benjamin descreveu como ocorreu a adoção da sigla.

No nosso caso do MR-8, nós éramos uma organização pouco conhecida da repressão, até porque, eles achavam que MR-8 era que eles já tinham destruído e a gente começou a usar esse nome quando no final, quando no final, usou no sequestro, porque a gente não queria assinar dissidência, porque poderia facilitar a identificação dos nossos militantes – não interessava isso –, mas queria assinar, afinal, nós não só tínhamos, mas demos a ideia, entregamos o prato feito para a ALN. Então, a gente queria capitalizar politicamente e tal e quando eu sugeri essa coisa da gente assinar MR-8 para meio que, esvaziar a propaganda que a ditadura tinha feito com a

<sup>165</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 04/03/2015.

<sup>166</sup> HERLER, Thomaz Joelzer. *Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político militar (1964-1969)*. 2015. 264 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNOESTE, 2015.

<sup>167</sup> Idem.

destruição do primeiro MR-8, que era o MR-8 do estado do Rio, então, assinamos MR-8.<sup>168</sup>

O manifesto tratava o sequestro do embaixador como mais um ato da guerra revolucionária, afirmava que Charles Burke Elbrick era o representante dos interesses imperialistas no país. Além disso, buscava demonstrar que era possível derrotar a ditadura através do fortalecimento da luta contra ela. Incluiu, ainda, as duas exigências das organizações para a liberação do embaixador estadunidense: a libertação de 15 presos políticos e a publicação do manifesto em rede nacional. Nos itens finais, as organizações afirmavam que estavam dispostas a enfrentar a ditadura de frente.

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisível por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas. [...] Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente. (MR-8, ALN, 1969).<sup>169</sup>

Os presos foram libertados no Dia da Independência de 1969 e a imprensa de todo o país noticiou e deu ampla visibilidade ao fato. Os quinze revolucionários libertos foram: Leonardo Rocha, Agonalto Pacheco, Vladimir Palmeira, Ivens Marchetti, Flávio Tavares, Gregório Bezerra, Mario Zanconato, Luís Travassos, José Dirceu, José Ibrahim, Onofre Pinto, Ricardo Vilas Boas, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Ricardo Zarattini e Rolando Frati. Todos eles embarcaram no avião da Força Aérea Brasileira – FAB, o Hércules 56. Após a chegada dos revolucionários no México, MR-8 e ALN cumpriram sua parte no acordo e libertaram Charles Burke Elbrick.<sup>170</sup>

O sequestro do embaixador foi considerado uma grande ação de propaganda da luta armada. A publicação do manifesto em cadeia nacional deu visibilidade à luta das organizações revolucionárias brasileiras. Os efeitos do sequestro do embaixador caminharam em sentidos opostos. Se por um lado, a reputação do MR-8 cresceu em nível nacional, aproximando vários ativistas, por outro, aprofundou a lógica repressiva da ditadura. Um grupo de ex-estudantes que há pouco tempo tinha liderado grandes marchas estudantis contra a ditadura, passou a ter que enfrentar a ira de um adversário cruel. Para Daniel Aarão Reis,

<sup>168</sup> O MR-8 tem origem na Dissidência Comunista do Rio de Janeiro, que havia rompido com o PCB, ainda no início de 1964. No contexto do sequestro do embaixador, a organização estava completamente desarticulada. Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2016.

<sup>169</sup> “Manifesto da ALN e do MR-8”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 229. Documento enviado ao governo militar com reivindicações do MR-8 e ALN (Aliança Libertadora Nacional) em troca do embaixador norte-americano.

<sup>170</sup> Para maiores informações sobre o sequestro do embaixador, ver: DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 299.

o nível de repressão em termos nacionais radicalizou-se muito, houve os boicotes à reformulação da Lei de Segurança Nacional, então, aquela ação que tinha sido extraordinária, foi importante. Outro subproduto negativo daquela ação foi criar a ideia de que nós éramos muito fortes, nós da organização que tínhamos feito a ação e nós esquerda armada. Criou a ideia de uma organização supra profissional, capaz de capturar o embaixador americano e conseguir libertar os presos e conseguimos também que eles lessem os manifestos e isso tudo foi conseguido, muita sorte, em termos práticos e imediatos a vitória foi em toda linha.<sup>171</sup>

Para a ditadura, o sequestro do embaixador americano representou uma desmoralização da ditadura, mas a reação à “ousadia” revolucionária foi eficaz. A ditadura aprofundou a tendência de combate aos grupos armados; e em resposta à tática dos sequestros, a repressão substituiu a prisão pelo extermínio.

Com o sequestro do embaixador estadunidense, a repressão, segundo Daniel Aarão Reis começar a assassinar revolucionário para evitar a troca por novos embaixadores. “A partir do embaixador americano e dos demais, é que, inclusive para evitar ficar estocando revolucionário que poderia ser trocado por novos embaixadores, a polícia começa a ter uma perspectiva de matar quadros mais experientes”.<sup>172</sup>

O extermínio virou política de Estado, a fim de evitar a efetividade de novos sequestros contra diplomatas e embaixadores. Ainda assim, mais três expressivos sequestros aconteceram no curso da luta armada. O aumento da repressão diminuiu significativamente a capacidade de atuação política e influência social das organizações armadas. Nesse meio tempo, em 1970, na tarde de 13 de setembro, pouco mais de um ano após o sequestro do embaixador, o MR-8 foi assaltar a churrascaria Rincão Gaúcho, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Sobre o assalto, João Lopes Salgado disse:

Então, o que aconteceu é o seguinte, a gente queria fazer uma ação que seria ao mesmo tempo uma ação de repercussão pela semana da pátria, ou seja, protestando por aquele ‘Brasil Grande’, ‘Ame-o ou deixe-o’, aquele negócio. E essa churrascaria ‘Rincão Gaúcho’, ao que parece, entrava nessa, entendeu?! Fazia show comemorando esse momento do Brasil, entendeu?! Tanto é que lá tinha, realmente, uma área cheia de bandeira do Brasil, de coisas. Símbolos do exército, entendeu?! Eu sei que eu entrei na ação foi logo pra comandar, e com esse objetivo, pegar o dinheiro. O pessoal tinha feito um levantamento e o dinheiro do final de semana todo ficava lá, e tal. E chegando lá, passando algum tempo, a gente conseguiu, tinha muita gente ainda na churrascaria, apesar de, esperou sair bastante, mas tinha ainda bastante gente. Só que ao mesmo tempo que eu rendi o gerente pra poder ele abrir o cofre, o pessoal já foi jogando uma bomba lá no lugar onde tinha o símbolo do exército em comemoração da semana da pátria e tal. E eu fiquei tentando, e o gerente, ia matar o gerente, e eu me lembro que uma das

---

<sup>171</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 04/03/2015.

<sup>172</sup> Idem.

peças que tinha vindo do VPR, disse: ‘Porra, dá um tiro no pé dele’. ‘Pô, não vou dá um tiro, tá claro que o cara não tem a chave, não adianta, ele vai morrer. Vão matar aqui e não vai adiantar nada, vai ser pior para nós’. Eu tomei essa decisão, que na hora inclusive, os caras não gostaram não. Os companheiros não gostaram muito, e achavam que eu tinha que ter dado um tiro nele pra poder ele abrir o cofre. Depois, inclusive, ficou claro, eu tive razão, o cara não tinha acesso ao cofre. Só tinha dinheiro ali do dia, o dinheiro do dia anterior já tinha sido guardado no cofre, ele não tinha dinheiro puxado do cofre.<sup>173</sup>

Com o crescimento das ações de arrecadação urbana, cada vez mais estava difícil conseguir fundos para manter as organizações, uma vez que os grupos comerciais já não davam mais sopa para o azar, guardando quantias significativas em espaços pouco seguros. Nesse contexto, as organizações guerrilheiras embarcaram no círculo de ações de arrecadação para garantir a manutenção dos aparelhos, cada vez mais volúveis à ação dos militares. Em um curto período, as organizações armadas sofreram contínuos ataques da repressão. Ações como o sequestro, expropriações aos bancos, assaltos a churrascarias tentaram furar o cerco imposto pela ditadura, buscando garantir a sobrevivência dos militantes profissionalizados e os que estavam presos.

As organizações vão sendo desarticuladas. 1970 e 1971, são dois anos de massacres das organizações de luta armada. E para você ter idéia, quando eu estou em Cuba, há um sequestro do embaixador alemão, e várias pessoas que participaram comigo do sequestro do embaixador americano já estavam saindo da prisão. Ou seja, num período de um ano aproximadamente, quatro ou cinco pessoas que participaram ali já tinham sido presas, torturadas, quase mortas, algumas ficaram com seqüelas por muito tempo e já estavam sendo soltas por outro sequestro. Quando chego ao Chile há cinquenta brasileiros que estão saindo, com outro sequestro, o sequestro do embaixador suíço. Isso demonstrava que o sequestro era uma arma eficaz, mas mostrava o seguinte: como tinha gente presa no Brasil e as organizações sendo desarticuladas, basicamente através do uso muito eficiente da tortura e, posteriormente, alguma infiltração.<sup>174</sup>

Mesmo deixando de ser uma novidade, o sequestro continuou abrindo a possibilidade de libertar revolucionários que estavam nas mãos da repressão. Mesmo que parcialmente, os sequestros criavam a sensação de alteração na correlação de forças a favor dos grupos armados, que rapidamente eram desfeitas pela eficácia da repressão. Esse contexto de diminuição da influência social da esquerda deu início a tímidas revisões na tática de enfrentamento à ditadura. Em 1971, o MR-8 começou a assimilar timidamente novas possibilidades de luta política e militar contra a ditadura.

<sup>173</sup> Entrevista de João Lopes Salgado para esta pesquisa, concedida em 08/03/2015.

<sup>174</sup> Sobre o processo de isolamento político das esquerdas, ver: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP. MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2005. p. 31.

### 3.6 A repressão no encalço

Em meio à crescente repressão, o MR-8 integrou uma frente de organizações. Faziam parte desta frente: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A frente se constituiu numa tentativa de unificação das forças revolucionárias no contexto de isolamento político das organizações armadas. As primeiras ações aconteceram em 1970, em denúncia ao que chamavam de “farsa eleitoral” e a favor do voto nulo.<sup>175</sup>

A frente de organizações era uma tentativa de unidade contra a fragmentação da esquerda armada. O critério de participação reforçava, mais uma vez, a negação do reformismo e da via pacífica, admitindo apenas grupos que estavam envolvidos com a luta armada.

A análise da prática anterior (últimos dois anos) da esquerda revolucionária nos levou à conclusão acerca do seu espontaneísmo e empirismo. Sabemos que grande parte desses ‘ismos’ tem, entretanto, a sua razão histórica. Cabe, então, um esforço concentrado visando a sua ruptura. Poderíamos tentar isso de duas maneiras, a primeira seria através de uma proposta de organização de frente, baseada principalmente na identificação (grande proximidade) das linhas políticas das organizações, a segunda seria ainda a aproximação entre as organizações, mas cujo critério principal seja sua concordância com a luta armada e principalmente sua disposição e experiência prática sobre a luta armada. Observando bem, vemos que os dois caminhos podem ser também abordados sob o seguinte prisma: discutir depois praticar e aprofundarmos as discussões. A segunda hipótese é a mais correta, pois a discussão longe da prática não constrói e hoje praticar é desenvolver a luta armada. Nesse sentido, a atual frente entre as organizações está sendo um passo correto. Entretanto, essa proximidade de prática e discussão tem demonstrado mais claramente as debilidades de cada organização está sendo é só o que devemos aprofundar o comportamento que cada um deve ter na frente.<sup>176</sup>

Apesar do avanço no sentido de unificar as organizações em uma frente, o critério de participação estava baseado na relação com a luta armada. Não havia espaço para as organizações que adotaram formas não armadas de combater contra a ditadura. O exemplo mais emblemático foi o PCB, que mesmo estando no campo das organizações que lutavam contra o regime, estava no campo de enfrentamento à ditadura que não poderia participar da frente.

---

<sup>175</sup> Sobre a frente das 5 – MR-8, VPR, PCBR, MRT e ALN. Documento de circulação interna, p. 4.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 37.

Como princípio organizativo, o MR-8 defendia o direito de maioria como mecanismo de funcionamento da frente. Desta forma, o profundo debate deveria ser respeitado; e não havendo consenso, seria mantido o caráter decisório da maioria das forças.

Consideramos que o distanciamento existente entre as organizações, quer seja por falta de prática mais sistemática, quer seja por debilidades da discussão política não permite a criação de um comando único ao qual cada organização deve obediência, ou seja, a instalação de centralismo democrático. Essa deficiência não deve servir, entretanto, para que as organizações encarem a discussão de frente como mero exercício teórico. Consideramos que cada posição aprovada na reunião tem um peso político importante, pois na pior das hipóteses reflete a posição da maioria das organizações. Assim sendo, o conjunto da frente deve zelar pela sua aplicação. A decisão de uma organização que tenha tido sua posição derrotada na frente e mesmo assim coloca em prática, deve ser analisada em cada circunstância e deverá ser exercida uma crítica radical.<sup>177</sup>

A frente deveria funcionar a partir do exercício do poder da maioria. As organizações derrotadas no debate político não poderiam passar por cima das decisões da frente, sob o risco de serem duramente criticadas. Para garantir o mais amplo debate, as direções deveriam defender posições que tivessem circulado no interior das organizações.

Outra forma de fortalecimento da frente é fazer com que a direção das organizações procurem defender posições que na sua maioria tenham circulado no interior das organizações. Só assim nos interpenetraremos politicamente e conseguiremos dar passos seguros no desdobramento da prática, quer seja para um planejamento nacional, com a consequente divisão de áreas, quer na prática de campo e outras mais. [...] A circulação de documentos das diversas organizações deverá se tornar um hábito e não uma exceção.<sup>178</sup>

A frente era uma espécie de vanguarda dentro da vanguarda. Buscou ser a força capaz de unificar os grupos armados em torno de uma agenda de ações. Apesar das divergências quanto à estratégia, o MR-8 defendia um comando nacional das organizações armadas que pudesse amadurecer uma prática conjunta dos grupos armados. Carlos Alberto Muniz, representante do MR-8 na frente, nos revelou que defendeu a suspensão das ações armadas e de imediato a reconstrução do movimento de massas, estudantil e operário sindical.

Sai uma perspectiva de articulação entre as forças, os grupos que estavam na luta armada, de uma frente de organizações com a luta armada. Cada um ali via de uma maneira essa... No início era, aí, as discussões se davam, eu pelo o MR-8, o Joaquim Câmara Ferreira, o velho, pela ALN, hora o Fujimori, depois passou a ser o Lamarca pela VPR e os irmãos pela MTR (sic), MTR (sic) era o Movimento Tiradentes, não tô lembrando o nome, tô vendo ele assim, mas não tô lembrando o nome agora. E dentro dessa discussão, do saldo disso aí... Primeiro, o MR-8, nós formamos opinião, prevalecendo essa ideia que eu fui um dos caras, não fui sozinho, mas que ajudou a construir,

---

<sup>177</sup> Idem, p. 34.

<sup>178</sup> Idem.



pararmos imediatamente de partir para ações armadas, nós passamos todos a defender uma ideia de que se reorganizar no movimento de massas e ao mesmo tempo, reorganizar no movimento estudantil, no movimento operário, sindical.<sup>179</sup>

Sobre o debate acerca das condições da luta armada, a frente não teve tempo de discutir qualquer proposta de recuo da luta armada. O aprofundamento do cerco às organizações acelerou a diluição da frente. Segundo Muniz,

a frente ainda não tinha, ela num chegou a esse grau de definição, digamos assim. Não chegou. Ela ainda via o processo como um processo complexo, quer dizer, o máximo que ela chegou a discutir como frente era a ideia do recuo, a ideia do recuo, mas a teorização do desdobramento do processo ela não conseguiu, não conseguimos que prevalecesse, tanto que o que vai começar a haver? Vai começar a haver um movimento ali dentro, quer dizer, o pessoal, o Lamarca com o grupo da VPR, vem, ver que há um grupo da VPR que quer continuar fazendo aquilo, com a mesma visão de política, aí ele rompe, por essa razão, aí ele começa a incorporar os outros valores e políticas mais gerais. [...] Da mesma maneira o MTR (sic), quer dizer, por exemplo o Joaquim Seixas, que era companheiro também, vem nos procurar para nos juntarmos, então começa a aparecer esse fenômeno que ela..., aí a VPR o passa a representar a VPR, aí eles entram, mas aí cada vez mais isolados. E nessa altura o Joaquim Câmara Ferreira já tinha sido preso e assassinado. Então, a Frente, ela não se constitui numa alternativa teórica política, ela vai se diluindo.<sup>180</sup>

Foi nesta frente que Lamarca se aproximou do MR-8. O ex-capitão do exército e dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária foi seduzido pelas novas posições do grupo. Ele, Iara Iavelberg e Zequinha entraram na organização com o objetivo de construir um trabalho com perfil mais de massas.

Além de ele estar convencido de que a nossa linha política continha elementos que era mais justa que as linhas dos movimentos que ele conhecia, mas ele queria saber por que ele achava que o campo era um trabalho principal, ele tinha essa visão. E todos nós tínhamos na verdade, uns com maior clareza, outros com menor clareza, mas todos nós achávamos que o campo, até pela história das revoluções, com exceção da Rússia, quer dizer, era o Vietnã, era a Argentina, era China, era Cuba, a gente achava que o campo era realmente a área prioritária. Então, o Lamarca veio para nossa organização muito em cima de buscar um conceito político menos militarista do que ele estava vivendo.<sup>181</sup>

A defesa de um trabalho em médio prazo, de camponês para camponês, com implementação da guerrilha em médio prazo, ajudou na aproximação. O MR-8 já esboçava alternativas ao cerco nos centros urbanos. Os primeiros sinais de crítica à luta armada surgiram no início de 1971. O documento de circulação interna, escrito por Cíntia Ledur,

<sup>179</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2015.

<sup>180</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2015.

<sup>181</sup> Entrevista de João Lopes Salgado para esta pesquisa, concedida em 08/03/2015.

considerava que depois do sequestro do embaixador o cerco à luta armada ganhou terreno e a alternativa viável era o recuo.

Após o sequestro do embaixador americano, a repressão que vinha crescendo deu um salto de qualidade e foi neste momento que erramos, porque estacionamos, porque não compreendemos que a correlação de forças não estava mais a nosso favor; enfim, porque continuamos na ofensiva, quando o momento exigia recuo. A conclusão foi que as quedas se sucederam e só depois de muitas quedas é que a organização compreendeu a nova realidade, se auto-criticou e formulou a posição de recuo.<sup>182</sup>

De maneira incipiente, este documento começava a questionar as condições da luta armada e a participação do MR-8. Como vimos, a partir de 1968, com o AI-5, as condições da luta política sofreram uma alteração radical. O fortalecimento e qualificação dos órgãos de repressão dificultaram a ação dos grupos de esquerda. O relativo crescimento econômico, que proporcionou um respectivo aumento de consumo da sociedade brasileira, melhorou a imagem da ditadura. Paralelo a isso, as organizações de esquerda, praticamente, não tinham mais nenhuma vinculação com o movimento de massa, favorecendo o trabalho da repressão. O isolamento social a que as organizações de esquerda estavam submetidas dificultava a aproximação de novos militantes comprometidos com a luta contra a ditadura e a revolução socialista.

A compreensão deve ser: a realidade é de distanciamento entre vanguarda e a massa, nosso dever enquanto revolucionários era e é o de transformar essa realidade, ver que, então erramos por não ter conseguido transformá-la e, ao mesmo tempo, temos sofrido grandes derrotas (manifestas nas grandes perdas qualitativas e quantitativas que sofremos).<sup>183</sup>

Inicialmente, a idéia era romper o cerco nos centros urbanos com um trabalho de fôlego no campo, com centralidade nas ações de massa. O documento indica um cenário de defensiva, resultado do afastamento entre vanguarda e massa. Contudo, a organização não sugeriu o afastamento completo da luta armada, mas amadureceu críticas ao espontaneísmo e o isolamento social e político que estavam submetidos. “No entanto, a defensiva estratégica não impede que em determinados momentos lancemos uma ofensiva tática”.<sup>184</sup>

Diferente da compreensão defendida no processo de entrada na luta armada, o recuo buscava uma sintonia com os acontecimentos históricos em curso. Seja na economia, na música ou no esporte, a ditadura vendia aos brasileiros a ilusão de que seríamos o país do futuro.

---

<sup>182</sup> Documento de balanço sobre a conjuntura política após a escalada da repressão, 1971, p. 2.

<sup>183</sup> Idem, p. 1.

<sup>184</sup> Idem.

A continuidade das derrotas levou a organização a aprofundar a crítica à opção pela luta armada. A aparição, ainda no contexto do confronto contra a ditadura, de análises sobre a dificuldade de manutenção da luta armada já indicava o que estava por vir. “O MR-8 constatou a redução das bases sociais da esquerda armada e a dificuldade de recomposição dos quadros perdidos”.<sup>185</sup>

### 3.7 Buriti cristalino

Em janeiro de 1971, a direção nacional publicou o texto “Orientação para a prática”. Esse documento fazia uma leitura da realidade da luta guerrilheira nacional e internacional, assim como da relação entre massa/vanguarda, apontando as fragilidades da luta na cidade e no campo. Foi o mais significativo escrito dessa tentativa inicial de propor outros caminhos à luta armada. Defendia o retorno ao trabalho de massa combinado ao enraizamento social da luta armada, tendo como finalidade possibilitar o arranque da guerrilha rural.

É certo que a esquerda revolucionária tem um passado de subestimação do trabalho no campo. De 1967 para cá isso ficou cabalmente demonstrado, quando empregamos mal muitas forças na cidade, enquanto os trabalhadores rurais continuavam demonstrando seu imenso potencial nas lutas espontâneas. No Nordeste, a esquerda está assistindo hoje a utilização da violência pela massa em desespero, sem conseguir, no entanto, ir lá e dar consequência à luta daquelas populações. É muito importante estabelecer isso para que consigamos encontrar as formas para superar esta falha de caráter político-ideológico – subestimação da massa camponesa. Mas a saída desse erro não pode significar a caminhada para outro que, se verificando, levará a consequências talvez mais desastrosas ainda. Tal é o perigo que alguns companheiros correm na tendência afeita de definir a principalidade rural. [...] Hoje queremos evitar a questão da principalidade, no âmbito da definição campo-cidade. E isso porque, no caso da guerra revolucionária no Brasil a manifestação do caráter combinado tem de se dar desde o início. Além dessa afirmação estratégica que fazemos para não definir principalidade cidade-campo vemos que, na atual conjuntura, a esquerda tem tarefas essenciais na cidade, e não só no sentido do próprio encaminhamento da logística para o trabalho rural. Estamos buscando uma implementação para a guerrilha urbana, que aqui no Brasil adquire uma roupagem nova, não podendo ter as conotações dúbias que lhe dávamos, anteriormente.<sup>186</sup>

Desencadear a guerrilha no campo era o principal objetivo das organizações armadas. Com exceção do PCdoB, praticamente todas as outras organizações estavam limitadas à ação

<sup>185</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 199.

<sup>186</sup> Documento de circulação interna. MR-8: Orientação para a prática, 1971, p. 27.

nos centros urbanos. No caso do MR-8, como veremos mais à frente, a tentativa de um trabalho de fôlego no campo não se concretizou a tempo.

A formação de um trabalho rural em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia, foi a principal repercussão dessa tentativa incipiente de olhar criticamente a luta armada e o cerco nos centros urbanos. Situado em uma região de caatinga, com baixo desenvolvimento e pobreza extrema da população, Brotas de Macaúbas atendia aos critérios estabelecidos pela direção do MR-8 para dar início a um trabalho de fôlego no campo. Além disso, o fato de não haver a presença constante da repressão colaborava. Em texto publicado no *Jornal Resistência*, em 1972, o MR-8 destacou os critérios que levaram à escolha da região.

O primeiro critério para a escolha da região foi a situação objetiva da população, sua miséria extrema, sua fome crônica, suas doenças e seu abandono por qualquer governo. Outros critérios estiveram presentes na escolha como as boas condições militares do ponto de vista topográfico, a ausência de centros de concentração e a existência de uma liderança já firmada. Nessa liderança destacamos o papel de Zequinha (José Barreto), nascido e criado na região exerceu grande influência sobre a população.<sup>187</sup>

O trabalho de massa era o ponto de partida para a formação da coluna guerrilheira, parte da estratégia revolucionária do MR-8. A formação de grupos táticos regulares que tiveram rápido funcionamento em municípios próximos a Brotas de Macaúbas, como Seabra, era uma parte deste processo.

Nossa visão de campo é uma visão que levava em conta o que a gente chamava que não abandonava a idéia da coluna guerrilheira, estratégica e tradicional, que seria o grande eixo da revolução brasileira, a revolução armada da luta revolucionária. Mas a gente achava que para chegar na coluna guerrilheira existiam muitas etapas anteriores, inclusive uma que era a mais importante que era a que a gente chamava de ‘formar os grupos táticos regulares’.<sup>188</sup>

A pretensão da organização era simultaneamente construir grupos regulares nas diversas regiões, ganhando a simpatia dos trabalhadores e em uma década desencadear a coluna guerrilheira, como destacou João Lopes Salgado:

A coluna estratégica vai ficar sendo arrumada aí durante dez anos, enquanto esses grupos vão acumulando força, ganhando a simpatia e a confiança dos trabalhadores. Porque na verdade o que os trabalhadores nunca tiveram no Brasil foi confiança na luta armada, nunca apresentamos isso para eles. Nunca teve uma organização que apresentasse para o movimento operário camponês uma opção. Essa aqui é viável? Entendeu?! E esse momento em que tudo estava regulado no Brasil inteiro, ou pelo menos as regiões

<sup>187</sup> *Jornal Resistência*, ano 4, série 2, n.1, p. 2-3, fev. de 1972.

<sup>188</sup> Entrevista de João Lopes Salgado para esta pesquisa, concedida em 08/03/2015.

estratégicas principais, tivessem acumulado bastante força, bastante respeito, aí sim, a gente partiria para a coluna guerrilheira.<sup>189</sup>

Zequinha e Lamarca se integraram no cotidiano da população com pequenas atividades educacionais, como a alfabetização dos camponeses, numa escola construída em um mutirão que envolveu trabalhadores rurais e os revolucionários. Luiz Antonio Santa Barbara, militante do MR-8 que também havia sido deslocado para a região, era o responsável pela escola. Nesse período, existiu inclusive um caderno semanal que tratava da condição do camponês, estimulando sua participação na luta contra o poder.

Como instrumento de educação, editávamos um caderno de educação, o 'Luta camponesa', que tinha um caráter formativo. Saía semanalmente e partia do horizonte ainda restrito dos camponeses, para ir ampliando aquela visão menor para a visão maior da guerra revolucionária. Como a maioria dos habitantes era analfabeta, agíamos em dois níveis. Primeiro lendo e discutindo muito pacientemente cada parágrafo, sempre exemplificando com fatos existentes no horizonte intelectual do camponês. Conseguimos eliminar quase completamente a situação professoral e pedagógica neste tipo de relacionamento. O fato do trabalho conjunto estreitava a amizade e confiança dos camponeses, proporcionando-lhes uma participação menos inibida nas reuniões. Concretizavam sua participação no movimento, aplicando-se às tarefas com grande zelo, conseguindo ler com pouco tempo de aprendizado e aplicando rigorosamente à sua vida diária os temas discutidos.<sup>190</sup>

As atividades formativas começaram a dar resultados. Os moradores das comunidades mais próximas passaram a circular no espaço da escola. Feiras, partidas de futebol, festas e brincadeiras faziam parte do ambiente, reforçando os laços entre os revolucionários e os camponeses.

A escola passou a ser um ponto de reunião de toda população nos seus momentos de folga. Assim, desde as crianças aos velhos, passaram a ter uma vida que diariamente os levava a se reunir naquele ambiente que eles construíram coletivamente. As festas passaram a ser lá e até o campo de futebol foi puxado para as proximidades da escola. É muito comum a população de outros lugarejos se concentrar numa ou noutra área, para festas que incluíam uma feira extra, jogo de futebol (baba), arrasta pé, comida e etc. Um fim de semana em Brundué, outro no Buriti, na lagoa, no Rio do Peixe, Saco D'Anta, Palmeira, Zabelão e etc., e sem muito critério de revezamento se repetiam num local na dependência só de ter o que comer naquele lugarejo.<sup>191</sup>

As atividades formativas colaboravam com o amadurecimento político da comunidade. A escola virou o ponto de encontro para o convívio coletivo e o debate permanente. Para além das atividades na escola, o teatro foi outra maneira de contribuir para o amadurecimento político da comunidade. Lamarca escreveu uma peça que tratava da

<sup>189</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>190</sup> *Jornal Resistência*, ano 4, série 2, n.1, p. 2-3, fev. de 1972.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 5.

realidade local e do comportamento da população. Santa Barbara foi responsável por dirigir o espetáculo que tinha como atores trabalhadores locais que relatavam, através dos personagens, as condições de vida da população local.

Na peça procuramos ligar os impostos extorsivos e ausência de qualquer assistência à região; mostrar a injustiça daquela situação de pobreza agravada pelos impostos; caracterizar a truculência e a violência feita no ato da cobrança por um fiscal ladeado por dois policiais de metralhadora.

Em pouco tempo, a população incorporou o diálogo vivido pelos personagens e participava ativamente dos ensaios todas as noites, dizia que a peça era do Buriti para os outros lugarejos. O dia da apresentação materializou o estreitamento de relações entre trabalhadores rurais e os revolucionários. A arte ganhou ares de engajamento político.

O dia da apresentação se transformou num dia de consagração, para os moradores e para nós. Para eles, porque concretizava mais uma criação coletiva; para nós, porque víamos comprovada a força da construção coletiva e a intimidade da população com os primeiros passos do trabalho revolucionário. Como a idéia do teatrinho da massa havia entusiasmado e influenciado outras áreas, discutíamos um aprofundamento do nível de novas peças e sua extensão.<sup>192</sup>

Mesmo com muitos obstáculos, o trabalho rural do MR-8 apresentava avanços em relação à prática da organização nos centros urbanos. O elemento central era a formação política permanente e o enraizamento na comunidade, que teria como desdobramento a guerrilha em médio prazo. Além disso, expressou uma nova leitura sobre as condições da luta contra a ditadura, mesmo que de maneira embrionária.

Poucos meses após o início do trabalho político na região, Zequinha, Lamarca e Santa Barbara foram descobertos pela repressão. Com a ajuda de um militante do MR-8 de Feira de Santana, apelidado de “Pacote”, que passou a colaborar com a repressão, começou uma das perseguições mais violentas da história recente do Brasil.

A morte de Lamarca e Zequinha encerrou as ações armadas do MR-8 no país. O balanço sobre o desfecho do trabalho em Brotas de Macaúbas indicou o completo isolamento social e político em que se encontrava a esquerda. Resultado disso foi o aprofundamento da autocritica ao militarismo. “Inconsciente desde o começo, o projeto de guerrilha rural se esfumava. Os dirigentes do MR-8 migraram para o exterior e, através de discussões e rachas no exílio, reciclaram a organização já definitivamente afastada da perspectiva de luta armada”.<sup>193</sup>

<sup>192</sup> Idem, p. 5.

<sup>193</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 200.

O novo já nasce velho. A realidade se encarregou de mostrar o grau de isolamento em que se encontravam as organizações de esquerda armada e mesmo a aposta numa alternativa menos militarista se mostrou ineficaz. Derrotada militarmente numa guerra desigual, a direção nacional do MR-8 saiu da incipiência e aprofundou seu olhar crítico e autocrítico sobre a realidade da luta revolucionária no Brasil.

### 3.8 Autorretrato

Os efeitos de Buriti Cristalino seriam bastante significativos. O processo de autocrítica inicia logo após a morte de Lamarca apontaria como um dos fatores da derrota do projeto armado do MR-8 a ausência de vinculação com a classe operária e o movimento popular. Textos mais exaltados classificam a luta armada como produto de uma visão equivocada da classe média pequeno burguesa no interior das organizações.

Nas próximas páginas, analisaremos o perfil social da militância do MR-8. Marcelo Ridenti,<sup>194</sup> a partir dos processos da Justiça Militar disponíveis nos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais, envolvendo militantes das mais diversas organizações que lutaram contra a ditadura, analisou dados e produziu oito quadros estatísticos sobre: ocupação, sexo, escolaridade, naturalidade e perfil social dos militantes das organizações armadas que enfrentaram a ditadura militar.

Quanto à participação feminina, apenas 18,9% de militantes do MR-8 eram mulheres, percentual um pouco maior do que os 18,3% da média geral das organizações. No caso do MR-8, 66% das mulheres processadas eram estudantes e 11% eram professoras.

“As ‘renovações’ efetuadas a partir dos anos 60 tiveram maior impacto em uma significativa parcela da sociedade: as mulheres”.<sup>195</sup> Romper a barreira do lar e adentrar o espaço da política acompanhou outras conquistas das mulheres brasileiras. O maior acesso ao trabalho e ao estudo fortaleceu o sentimento de independência e protagonismo, estimulando a participação cada vez mais numerosa das mulheres na vida política do país. Sem dúvida, “as transformações culturais e políticas ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir

---

<sup>194</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 275-283.

<sup>195</sup> SILVA, Izabel Priscila. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969)*. Rio de Janeiro: UFF, 2009. p. 46.

dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político”.<sup>196</sup>

No entanto, este movimento não foi fácil. No caso das organizações revolucionárias, a geração que ousou questionar os padrões de família, da vida sexual e das artes foi a mesma que reproduziu o discurso moralista contra qualquer transgressão que não estivesse de acordo com os princípios defendidos pela organização.

As mudanças de comportamento feminino dialogam com o maior acesso ao ensino superior. A entrada na universidade possibilitou o contato com o debate público em um contexto de grande efervescência social. Ainda assim, “muitas mulheres ficaram restritas às atividades nos aparelhos, não sendo designadas para ações de rua e poucas conseguiram chegar aos cargos de direção”.

Mesmo pretendendo mudar radicalmente a sociedade, os militantes que combateram a ditadura, com ou sem armas na mão, reproduziram traços culturais predominantes na sociedade brasileira. O machismo, por exemplo, se manteve firme na forma de funcionamento das organizações que tinham como objetivo a construção de outra sociedade, baseada em novos critérios sociais, culturais e políticos. Entre os anos 70 e 80 do século passado, o movimento feminista ampliou significativamente o debate em torno das questões de gênero.

A trajetória da militância do MR-8 se confunde com os setores médios. Segundo Décio Saes,<sup>197</sup> a classe média não seria uma classe, mas uma construção ideológica que ajuda a escamotear as contradições da relação capital-trabalho. O acesso à boa educação garantiria a distância da classe operária e a entrada no serviço público ou no trabalho técnico mais qualificado, afastando qualquer possibilidade de proletarização. Diferente da classe operária, que convive diariamente com a contradição capital-trabalho. Na verdade:

A classe média é a única classe social cujos membros consideram que a reprodução de sua situação econômica e social através dos filhos depende essencialmente da educação escolar, pois é esta que permite no mínimo, à geração seguinte, manter a condição de trabalhadores não-manuais, superiores, dentro da hierarquia do trabalho, aos trabalhadores manuais.<sup>198</sup>

Assumir-se enquanto classe média ou pequeno burguês era um problema para a militância de esquerda. Para superar esta condição, “os militantes da classe média terão que

---

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> SAES, Décio. “Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)”. *Contraponto*, Ano 2, n. 2, dez. de 1977. p. 96-102.

<sup>198</sup> SAES, Décio. Classe média e escola capitalista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 21, 2005. p. 102.



eliminar suas características de origem, o que se efetuará pelo chamado ‘suicídio de classe’: dele o militante emergirá transfigurado num revolucionário”.<sup>199</sup>

Abdicar das origens e se aproximar do movimento operário e popular se constituiu em um entrave político para as organizações revolucionárias. “Viveriam com grande intensidade, em consequência, a problemática da ‘penetração’ na classe operária, tentando, como as demais organizações, construir pontes com os setores populares e a classe operária”.<sup>200</sup> Essa constatação ganha força no debate sobre a vinculação de massa da organização no documento sobre formação de quadros.

No momento atual, praticamente, todas as organizações revolucionárias estão tentando criar as condições para um maior nível de vinculação com a massa. Será preciso negarmos cada vez mais radicalmente nossa origem de classe, a origem de classe de tantos de nós, a assumir sempre mais profundamente, nossa condição de vanguarda marxista-leninista.<sup>201</sup>

Os ativistas que se aproximaram das organizações de esquerda após as grandes manifestações de massa de 1968 tinham origens nos setores médios ou na pequena burguesia, salvo algumas exceções. O debate sobre origem e enraizamento político do MR-8 foi tema do processo de autocrítica. O documento resolutivo do Pleno de 1972<sup>202</sup> reforça esse aspecto.

Toda uma geração de militantes se inicia na vida política no movimento pequeno burguês, distante do proletariado ainda em refluxo, e num momento de ruptura com o passado, que não resgatou o que esse passado tinha de experiência, de riqueza, de distintos e de combatividade proletárias. O universo político dessa geração permanece, portanto, reduzido ao universo político de sua classe de origem.<sup>203</sup>

No caso do MR-8, foram encontrados 159 militantes processados, destes, cerca de 111 eram pertencentes às camadas médias intelectualizadas, representando mais de 72% do total. Os dados sobre ocupação profissional reforçam essa perspectiva. Dos 159 militantes processados, 49,3% eram estudantes, seguidos pelos profissionais liberais com formação superior completa, que representavam 15,7% do total, quase dois terços do número de processados.

Das organizações que aparecem na pesquisa, apenas o COLINA tem um percentual de estudantes superior ao MR-8, com 51%. O fato do MR-8 ter sido uma organização estudantil que entrou na luta armada não pode ser desprezado e revela uma tendência de baixa capacidade de inserção no movimento operário e popular. Chama atenção, ainda, o fato de

<sup>199</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990, p. 120.

<sup>200</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990, p. 149.

<sup>201</sup> Documento de circulação interna. Recrutamento – formação de quadros.

<sup>202</sup> Reunião de militantes da organização.

<sup>203</sup> Resoluções Políticas do Pleno, MR-8, 1972, p. 14.

que 96,8% dos militantes do MR-8 que foram processados tinha até 35 anos, o que reforça também o perfil majoritariamente jovem da militância.

Embora quase 60% dos componentes das esquerdas em armas fossem originários de camadas sociais intelectualizadas, não se pode dizer que essas organizações políticas fossem compostas por intelectuais propriamente ditos, que não se confundem com o conjunto dos trabalhadores intelectuais (por oposição aos manuais).<sup>204</sup>

Ridenti apresenta outros dados sobre o perfil social dos processados pela Justiça Militar: “55,7% (2.491) dos denunciados pela ditadura perante a Justiça por atividades de oposição tiveram acesso ao ensino superior”.<sup>205</sup> Se contabilizarmos a população atingida, esse número cresce um pouco mais. “Dentre as 7.871 pessoas que compunham a ‘população atingida’ nos processos, com instrução conhecida, 58,7% tinham até o terceiro grau completo”.<sup>206</sup>

Analisando o Censo de 1970, Daniel Aarão Reis reforça a conclusão de Ridenti sobre o perfil social das organizações de esquerda. “[...] O quadro nos apresenta um volume de diplomados e estudantes universitários de 1.149,036 pessoas correspondente a 1.4% da população alfabetizável, 2.4% dos que sabiam ler e escrever e 3.9% da população economicamente ativa”.<sup>207</sup> O percentual de militantes das organizações de esquerda com acesso ao ensino superior, algo em torno de 62,7%, era muito superior à média nacional, segundo Reis.<sup>208</sup>

Os dados demonstram a distância entre os militantes das organizações de esquerda e a média da população brasileira. Das entrevistas que tivemos acesso, ou foram produzidas por esta pesquisa, apenas João Lopes Salgado não tem origem na classe média. Em todos os outros casos, a família tinha uma boa estrutura, o que possibilitou o acesso ao estudo em escolas de qualidade reconhecível.

Investigando a trajetória familiar dos militantes do MR-8 foi possível notar a ocupação de cargos de destaque no serviço público. Além disso, todos tinham uma formação superior à média da sociedade brasileira. Até mesmo as mães que foram donas de casa tinham alguma formação, situação pouco comum à realidade brasileira. Maria Augusta Ribeiro<sup>209</sup>, em entrevista ao projeto “Memória do Movimento Estudantil”, contou que seu pai foi engenheiro e professor, enquanto sua mãe era dona de casa. Já Vera Silva Magalhães era filha de família

<sup>204</sup> Idem, p. 156-157.

<sup>205</sup> Idem, p. 116.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990. p. 170.

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Militante do MR-8.

de classe média alta. Seu pai foi assessor do Ministério da Viação e Obras Públicas do Governo Dutra. Sua mãe foi dirigente do movimento estudantil gaúcho e chegou a presidir uma mesa no VII Congresso da UNE.<sup>210</sup>

Sobre a atividade do pai, Franklin Martins assim descreveu: “meu pai foi jornalista, foi político também, foi deputado, senador, foi cassado”.<sup>211</sup> Já sua mãe, “embora fosse formada em Direito e em farmácia, nunca exerceu a profissão”.<sup>212</sup>

Daniel Aarão Reis definiu o pai como um liberal fervoroso que era contra a UDN e detestava a tradição getulista. “Ele foi funcionário do Supremo Tribunal Federal. De início como está aqui, depois como diretor da biblioteca”.<sup>213</sup> E sua mãe, mesmo voltando a estudar quando ele já tinha dez anos, foi professora primária.

Juca Ferreira classificou o pai como um estudioso, característica que teve grande valor na sua formação. “Meu pai se chamava Ayrton Silva Ferreira, era engenheiro, construtor de estradas. Isso vai ter uma relevância para minha formação. Ele era um intelectual, uma pessoa que passava o tempo inteiro estudando”.<sup>214</sup> Sua mãe era dona de casa, mas professora de formação.

Apenas João Lopes Salgado teve uma trajetória diferente. Foi camponês e militar de baixa patente antes de assumir a medicina como carreira. Foi para o Rio estudar e tentar melhorar de vida, ainda assim não poderia ser considerado pobre, uma vez que sua família tinha uma pequena propriedade rural. “Eu sou de Minas Gerais, meus pais eram camponeses, tinham uma propriedade, um sítio, de cinco alqueires, e que hoje é metade do que é proposto para reforma agrária”.<sup>215</sup>

Chama atenção o fato de existir uma trajetória familiar de engajamento político. Podemos considerar este elemento bastante significativo, pois serviu de estímulo para a participação dos filhos. Em alguns casos, foi possível notar a ocupação de cargos importantes da política nacional, como o pai de Vera Silvia Magalhães.

A partir da ocupação dos pais é possível refletir sobre o lugar social destes indivíduos. O divórcio era um tabu e as famílias mantinham um convívio de longo prazo. As mulheres, mesmo em sua maioria sendo donas de casa, tinham o “privilégio” do acesso ao estudo e, em alguns casos, até a formação no ensino superior.

---

<sup>210</sup> <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&PagFis=21806](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&PagFis=21806)>.

<sup>211</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil.

<sup>214</sup> FERREIRA, Juca. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil.

<sup>215</sup> Entrevista de João Lopes Salgado para esta pesquisa, concedida em 08/03/2015.

Ridenti chama atenção para a nova classe média que se fortalece e se apropria dos serviços básicos garantidos pelo Estado. “Os setores de classe média vinculados à apropriação realmente coletiva do fundo público são aqueles originados pelos gastos sociais do Estado como saúde, educação e cultura para a população globalmente considerada”.<sup>216</sup>

Um dos espaços de formação da militância que participou da luta armada, ocupada, principalmente, pela classe média, foi o Colégio de Aplicação, no Rio de Janeiro. A Dissidência da Guanabara, depois MR-8, teve vários militantes que iniciaram a militância na escola. Considerado um dos colégios mais importantes do Rio, tinha uma forte presença dos setores médios que desejavam uma formação de qualidade.

O Colégio de Aplicação, após os primeiros anos de sua fundação, em 1948, obteve grande número de aprovações de alunos no vestibular. Isso certamente o tornou um objetivo bastante almejado por parcela desse setor social. A aplicação de provas como critério de seleção de alunos, associada à necessidade de frequentar cursos preparatórios, e a localização do colégio, sempre próximo aos bairros mais abastados do Rio de Janeiro, certamente foram elementos que contribuíram para a preponderância da classe média na composição do corpo discente.<sup>217</sup>

O investimento em educação era um passo importante para a permanência ou ascensão social. Entrar no Colégio de Aplicação era diminuir a distância para a universidade, garantindo um futuro profissional estável. “A escola pode ser considerada como uma extensão da autoridade familiar, dado que a família de classe média considera que uma boa educação é um investimento, e, como tal, deve ser acompanhada de perto”.<sup>218</sup>

Para a classe média, a educação é o melhor investimento para diminuir as possibilidades de incorporação de um membro da família à classe operária. Com isso, ela passa a defender o método como critério de acesso ao trabalho não manual. Desta forma, “o elemento determinante para a manutenção do estágio de relação com trabalho não manual está na defesa da meritocracia”.<sup>219</sup>

Assim sendo, “o apelo aberto e explícito à ideologia do mérito individual pode ocorrer nos espaços institucionais onde a vitória da classe média nos processos de aferição de competência está assegurada de antemão”.<sup>220</sup>

Mesmo buscando uma aproximação política com setores da classe operária, os militantes do MR-8 deram continuidade à trajetória da família e mantiveram o curso “natural”

<sup>216</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 156.

<sup>217</sup> MAFRA, Patricia Henriques. *Uma escola contra a ditadura: a participação política do CAP-UFRJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>219</sup> SAES, Décio. Educação e socialismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 18, 2004, p.75.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 108.

de um indivíduo de classe média, que após o curso secundário entra na universidade em busca de uma carreira estável.

Apenas 4,7% dos militantes do MR-8 executavam trabalhos técnicos médios, no universo de 159 processados, segundo Marcelo Ridenti.<sup>221</sup> Geralmente, esses militantes oriundos da classe operária que passaram a ter uma militância orgânica nas organizações de esquerda foram se transfigurando e se afastaram de suas origens.

Os poucos trabalhadores manuais que têm acesso a postos de responsabilidade destas organizações perderão rapidamente ligação com suas raízes sociais, tornando-se militantes em tempo integral, organizadores profissionais utilizando as mesmas referências – e assumindo o mesmo padrão de vida e de pensamento – que as demais: um verdadeiro suicídio de classe através do qual o operário se metamorfoseia em intelectual.<sup>222</sup>

Essa mutação colaborava para aumentar a distância entre organização e classe operária. Apesar de algumas tentativas de construir um trabalho sistemático no movimento operário, o máximo que o MR-8 conseguiu foram algumas ações de propaganda. Essa ausência de vínculo orgânico na classe operária foi objeto de calorosos debates no interior da organização durante o processo de autocrítica.

---

<sup>221</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>222</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990. p. 171.

## 4 CONSTRUINDO NOVAS FORMAS DE LUTAR

A autocrítica da luta armada teve como principal expressão a luta pelas liberdades democráticas e a formação do Partido dos Trabalhadores (PT).<sup>223</sup> Ao longo da década de 1970, a luta pelo retorno dos direitos democráticos foi ganhando terreno entre as organizações armadas que sobreviveram no exílio. “O elemento democrático, problematizado e destacado no contexto de transição dos anos oitenta, serviu de baliza para crítica e autocrítica da experiência passada”.<sup>224</sup>

Para Daniel Aarão Reis, as organizações comunistas autoproclamaram-se estados maiores. Alicerçadas na teoria marxista, produziram uma leitura particular da realidade brasileira, baseada no papel político da vanguardista como grande dirigente do movimento revolucionário brasileiro. Porém, para o autor, “os comunistas prepararam-se para a revolução afastando-se da sociedade que pretendem revolucionar, adquirem coesão interna em troca do afrouxamento dos laços com a sociedade”. Entretanto, vale ressaltar que tendo sido membro do MR-8, Daniel Aarão rememora a luta armada de maneira a ressignificar o período, tentando se afastar do seu passado.<sup>225</sup>

Os comunistas se encontravam em um profundo isolamento. Os primeiros anos da década de 1970 fortaleceram a ditadura. A economia internacional, entre 1960 e 1973, alcançou níveis satisfatórios de crescimento. No Brasil, o final da década de 1960 e o início da década de 1970 acompanharam o panorama mundial. O governo de Garrastazu Médici acreditava na possibilidade de um ciclo de aceleração da economia de longo prazo. Entre 1968 e 1973, o PIB nacional superou os 10%, mantendo uma taxa de crescimento médio em torno de 11,16%, mesmo com elevados índices inflacionários.<sup>226</sup>

De acordo com Prado e Earp,<sup>227</sup> era inadiável crescer para esvaziar a oposição ao regime, frustrada com a manutenção da ditadura militar. A burguesia, para manter seus

---

<sup>223</sup> Uma parcela significativa dos militantes que sobreviveram ao fim da luta armada se organizou no Partido dos Trabalhadores (PT) no final da década de 1970.

<sup>224</sup> CARDOSO, Lucileide. *Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil História. Revista da FLUP Porto*, IV Série, v. 4, 2014. p. 48.

<sup>225</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990. p. 19.

<sup>226</sup> GIANNAZI, Carlo. *A doutrina da segurança nacional e o milagre econômico (1969/1973)*. São Paulo: Cortez, 2013.

<sup>227</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. In: FERREIRA, Jorge; SALGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 223.

interesses predominantes, precisava de um Estado forte, repressivo, centralizado e capaz de combater seus opositores.

Os anos de ouro do sistema capitalista no Brasil possibilitaram a expansão de segmentos do capital associado a atividades econômicas que estiveram sob risco de democratização. A ditadura reprimiu qualquer possibilidade de reforma agrária, estimulou a mecanização do campo, mantendo o caráter histórico agroexportador da economia brasileira.

A retomada do crescimento e algum nível de controle inflacionário elevaram os índices e foram na contramão da tese da estagnação econômica, que se mostrou equivocada. “Os comunistas recusavam-se a perceber a vitalidade e a capacidade de recuperação do capitalismo brasileiro que, protegido pela sombra armada dos militares prepara um novo ciclo de crescimento”.<sup>228</sup>

A ausência de um balanço crítico sobre a realidade nacional manteve as organizações de esquerda num ciclo fechado de combate direto com a ditadura. Mesmo neste contexto, as organizações de esquerda continuaram acreditando que as derrotas militares que sucederam após o sequestro do embaixador norte-americano eram parte do processo de luta política em curso e não pertenciam ao conjunto de derrotas político-militares que estavam submetidas.

Para enfrentar esse contexto, bastaria apenas reorganizar as forças, melhorar a logística e, rapidamente, a ofensiva revolucionária recolocaria a ditadura contra a parede. O que se viu, na realidade, foi o fortalecimento da ofensiva militar do regime e a crescente debilidade das organizações de esquerda, cada vez mais envolvidas numa espiral contínua de derrotas e ações de sobrevivência.

As derrotas militares são atribuídas a diversos fatores que não diziam respeito ao isolamento social do período. “De início, as quedas, os trabalhos desarticulados, as perdas materiais e o debilitamento da capacidade de interferência, na realidade, são explicados a partir de insuficiências técnicas”.<sup>229</sup>

A derrota não seria resultado da desconexão política com a realidade, mas de falhas operativas. Dessa maneira, crescem explicações que enxergam o insucesso no campo militar como resultado do retalho de erros de segurança e fraqueza operativa.<sup>230</sup>

Para maioria dos críticos da luta armada, uma das características do militarismo é a desconexão com a realidade. A luta armada, que a princípio foi uma resposta ao reformismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinha um conteúdo militarista. Para Gorender, “o

---

<sup>228</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990. p. 53.

<sup>229</sup> Documento de circulação interna: Resoluções do Pleno, MR-8, 1972, p. 37.

<sup>230</sup> Idem, p. 18.

termo *militarismo*, dicionarizado como um indicativo da preponderância dos militares na vida política recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata”.<sup>231</sup>

As organizações, cada vez mais, aprofundaram o perfil militarista e foram se isolando socialmente, facilitando o trabalho da repressão. Além do profundo isolamento social, os números da economia colaboravam para a construção do consenso social que favorecia a ditadura.

Após sucessivas derrotas militares, a esquerda brasileira deu início ao processo de autocrítica da experiência armada. Entre 1971 e 1972, as organizações que sobreviveram à repressão aprofundaram a crítica à experiência armada. No caso do MR-8, as críticas ganharam força logo após a morte de Lamarca no interior da Bahia. Enfraquecidas organicamente, muitas delas foram obrigadas a refazer o caminho no exterior.

Os grupos foram se refazendo, tecendo críticas às formas de luta do passado. Para os que continuaram no Brasil, a movimentação se dava em sentido inverso, buscavam fortalecer a rede de contatos, tentando reconstruir o trabalho, mantendo a resistência armada contra o regime. “No exílio e no Brasil, mesmo entre muitos que haviam se envolvido diretamente no processo, crescia uma profunda revisão crítica de avaliações, estratégias e métodos”.<sup>232</sup>

A segunda metade da década de 1970 marcou a guinada do processo de adesão a um campo de oposição amplo. Para tornar este campo visível, romper com a vida clandestina era fundamental. Retornar aos movimentos sociais só seria possível com a possibilidade de uma relativa vida legal.

Se a derrota possibilitou a retomada das lutas sob uma nova forma, quais fatores levaram a ela? Para Daniel Aarão Reis, o Brasil não vivia uma crise pré-revolucionária como fez crê a esquerda armada, isso explica os “constantes desencontros entre comunistas e a realidade social”.<sup>233</sup> Porém, se olharmos atentamente os eventos que antecedem o golpe de 1964 percebemos que esta afirmação não condiz com a realidade. A sociedade brasileira estava polarizada por dois projetos diametralmente opostos, saindo vencedor o projeto conservador.

A vitória da revolução cubana e derrota americana no Vietnã foram poderosas demonstrações da capacidade dos povos de derrubar o imperialismo e seus aliados. No

---

<sup>231</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>232</sup> REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru – SP: Edusc, 2004. p. 44.

<sup>233</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990. p. 105.



entendimento destas organizações o país vivia um processo revolucionário e caberia às vanguardas organizadas, com capacidade de direção política, o desafio de dirigir o processo revolucionário brasileiro.<sup>234</sup> A terceira edição do *Jornal Arma da Crítica* em 1970 indica a relação de aproximação do MR-8 com referências terceiro mundistas.

A China e a Coréia, Cuba e o Vietnã, a Argélia, são exemplos que a história registrou de luta contra o imperialismo, ‘o inimigo número 1 do gênero humano’. São integrantes do que se convencionou de terceiro mundo. Um mundo constituído por nações exploradas, submetidas à violência institucional e armadas de classe dominantes minoritárias; um mundo dividido e em guerra permanente. Um mundo que vai se erguendo, da América à África, do Oriente Próximo ao Extremo Oriente, até o norte da Europa, de armas nas mãos, reencontra sua humanidade combatendo pela libertação nacional e pelo socialismo.<sup>235</sup>

A pujança do movimento de massa manteve-se até o início do segundo semestre de 1968, amenizando o desejo militarista das organizações armadas. Entretanto, a partir do AI-5 e do refluxo do movimento de massa, as posições favoráveis às ações vanguardistas se fortaleceram e ganharam projeção no interior das organizações.

A perspectiva militarista tem diante do AI-5 uma resposta. A lógica militarista não se impressiona se as massas entram em refluxo. Ao contrário, faz parte de seus cálculos e de sua teoria, pois ‘no começo é assim mesmo’. As outras tendências políticas integrantes da esquerda revolucionária não conseguem apresentar alternativas que têm mostrado um mínimo de vigência na realidade, imediatamente posterior ao AI-5.<sup>236</sup>

No MR-8, as posições contrárias à luta armada ganharam corpo em 1971, antes do desfecho de Buriti Cristalino que culminou com o assassinato de Lamarca e Zequinha Barbosa. “Em 1972 a situação do MR-8 era crítica. Muitos de seus militantes tinham sido presos, torturados, assassinados. As redes de apoio no país encontravam-se minadas, quase todas desbaratadas”.<sup>237</sup>

A morte de Lamarca pôs fim às ações armadas do MR-8 no país. Diante das condições em que sucederam os acontecimentos, os militantes da organização que estavam no Brasil sofreram um profundo impacto. Pelo simbolismo que carregou, a morte do capitão da guerrilha fortaleceu o sentimento de autocrítica e posições contrárias à luta armada ganharam força dentro da organização. Podemos considerar a morte de Lamarca como marco do movimento autocrítico do MR-8.

---

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>235</sup> *Arma da crítica*, 1970, n. 3.

<sup>236</sup> *Resoluções do Pleno*. 1972. p. 13.

<sup>237</sup> *Idem*.

Os efeitos da morte do capitão foram sentidos de maneiras distintas dentro da organização. Perguntado sobre o impacto da execução de Lamarca no interior da organização, Daniel Aarão Reis afirmou que representou uma incitação à autocrítica em curso.

É, foi mais uma incitação, como eu te disse, a autocrítica ela vinha se esboçando, inclusive porque, como eu te disse antes, a dissidência/ MR-8 sempre foi uma organização que tinha um histórico de resistência ao foquismo e ao vanguardismo, em função de suas referências teóricas marxistas e leninistas ou maoístas, haviam alguns maoístas entre nós, a gente tinha uma certa prevenção contra o vanguardismo na luta armada, depois fomos arrastados por ela. E o nosso isolamento, cada vez evidenciado mais, foi gerando restrições, ressalvas, era muito difícil você ter uma, ali cercados, caindo toda hora, não era fácil você ter um processo de elaboração política. O momento alto das elaborações políticas na esquerda armada é o movimento anterior ao fortalecimento da repressão e é o momento anterior ao nosso isolamento mais agudo. A gente quando se encontrava era ponto muito rápido, porque a preocupação era evitar.<sup>238</sup>

Carlos Alberto Muniz, que também estava no exterior, discordou de Daniel Aarão Reis. Para ele, o simbolismo político da morte de Lamarca repercutiu diferente e de forma mais intensa nos militantes que estavam no Brasil.

É um momento que impacta muito mais a organização que tá lá dentro. [...] Os companheiros que estavam no exílio, eu acho que pelo decorrer do próprio processo do Pleno, isso impacta, acho que impacta, acho que eles, o Pleno, você vai ver que... a... que... o que predomina na visão desses companheiros era uma visão de... tanto que é uma visão de que a polêmica nossa é o Pleno da volta versus Pleno do recuo, entendeu?! Então, um impacto, ao contrário, eles não deglutem isso como processo de, eu acho que isso impacta dentro, a mim profundamente.<sup>239</sup>

O Jornal Resistência,<sup>240</sup> periódico do MR-8 de circulação nacional, trouxe em sua edição de fevereiro de 1972 críticas ao vanguardismo e à forte presença de indivíduos dos setores médios nos quadros da organização, elementos que, segundo a análise, distanciaram o MR-8 do movimento operário e popular.

A análise do perfil social dos militantes do MR-8 confirma esta tese. As organizações de esquerda não conseguiram construir um trabalho de fôlego no movimento operário, limitando-se apenas aos movimentos hegemônicos pelos setores médios da sociedade, como o movimento estudantil.

No texto *Perspectivas da esquerda*, a direção que estava no Brasil fez uma leitura da realidade da luta política no país que levou à derrota da luta armada e ao distanciamento cada

<sup>238</sup> Ibidem, p. 17-18.

<sup>239</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2015.

<sup>240</sup> *Jornal Resistência*, ano 4, série 2, n. 1, fev. de 1972.

vez maior do proletariado. Discutiu ainda as autocríticas que desembocaram em posições espontaneístas.

Na verdade, o vanguardismo não foi capaz de entender seu isolamento por que não conseguiu ver-se como movimento de classe média. Pretendeu ser vanguarda do proletariado, quando não tinha com o proletariado nem os mais elementares laços políticos. Foi necessário que sofresse um enorme número de derrotas para que começasse a perceber a profundidade de seus erros políticos gerais. Pode-se considerar, infelizmente, que o que criou as condições para o surgimento de algum questionamento mais sério foi o enfraquecimento extremo em nossas fileiras.<sup>241</sup>

Uma tentativa de compreensão da derrota estaria na incapacidade de dirigir o proletariado. Vale ressaltar que até o final dos anos 1970 o movimento sindical e popular estava em refluxo, as exceções ficaram por conta das grandes greves de Contagem e Osasco.

Para o MR-8, a luta armada cometeu os mesmos erros do movimento estudantil no final de 1968, sendo um movimento de classe média, pequeno burguês, sem enraizamento no proletariado.

De fato sendo uma proposição nascida das classes médias, e circunscrita por suas características de classe, o vanguardismo teria que esbarrar nos mesmos obstáculos que o próprio movimento de massa anterior. Seu isolamento obedeceu as mesmas leis que determinaram o descenso do ME. Como esperar que a pequena burguesia que tinha recuado a partir do fim de 68 se mobilizasse em seguida em condições semelhantes? Na verdade, o vanguardismo não foi capaz de entender seu isolamento porque não conseguiu ver-se como movimento das classes médias. Pretendeu ser vanguarda do proletariado, quando não tinha o proletariado nem os elementares laços políticos.<sup>242</sup>

Os militantes que saíram por último do país amadureceram uma posição contrária à permanência na luta armada. Como tinham acabado de enfrentar um período de perdas acumuladas, os militantes propuseram a reconstrução do trabalho político na classe operária e no movimento popular. Entretanto, os que tinham saído nos sequestros dos embaixadores americano e alemão, como Daniel Aarão Reis, Cid Benjamin, Vladimir Palmeira, dentre outros, continuaram defendendo a tese de que o Brasil vivia uma situação revolucionária e desejava voltar o quanto antes para retomar o confronto armado. A exceção foi Franklin Martins.

Algumas tentativas foram feitas no sentido de garantir a unidade do grupo, porém, as relações pessoais e políticas chegaram a um ponto crítico e as tentativas se mostraram ineficazes. Carlos Alberto Muniz nos relatou que fez viagens a Cuba e ao Chile para tentar

---

<sup>241</sup> *Jornal Resistência*, ano 4, série 2, n. 1, fev. de 1972.

<sup>242</sup> *Idem*.

convencer os militantes mais antigos da necessidade do recuo e encerramento das ações armadas, mas encontrou grande resistência.

Quando eu, então, eu começo as exposições das posições nossas e pá... eu encontro ali um terreno assim, um pessoal muito mais... com uma posição é... mais eufórica do que a nossa. Quer dizer, aquilo que nós estávamos refletindo sobre a conjuntura, a realidade e tal, lá fora a cabeça não era igual a nossa, quer dizer, uma cabeça de achar que... porra, que a ditadura tá enfraquecida, o milagre econômico está começando a se esgotar, e blábláblá, blábláblá, blábláblá.<sup>243</sup>

Segundo Daniel Aarão Reis, Carlos Alberto Muniz e Franklin Martins mudaram de posição, incorporando as formulações defendidas por Juca Ferreira. As posições trazidas pelos dirigentes que saíram após a morte de Lamarca tiveram um impacto profundo no conjunto da organização.

De repente chega os dirigentes da organização dizendo: A organização acabou no Brasil. Aquilo foi um choque tectônico, a gente não tinha sido informado que a situação estava tão precária assim. Muniz tinha ocultado essa coisa da gente. Mas aí dá-se a luta interna, os caras muito firmes e liderados pelo Juca, que articula então o Muniz e o Franklin, que até então eram partidários da luta armada nessa perspectiva de fazer uma radical mudança. E eu, Vladimir e outros achando que aquilo tudo tava parecendo muito o renascimento da POLOP, um obreirismo, assim, delirante que o Juca tinha. Aquele messianismo operário. A gente não tava mais nessa cartilha. A gente disse: Não, aí não dá.<sup>244</sup>

Esse clima de abatimento não foi capaz de diminuir a hostilidade entre os dirigentes e a disputa pelos rumos da organização deu o tom de aprofundamento do sectarismo e estigmatização que marcaram a primeira fase do processo de autocrítica no Chile.

A situação de derrota e isolamento político fez aflorar as amarguras e desilusões que, somadas ao calor dos acontecimentos, impulsionaram a rejeição e desconfiança, polarizando as relações internas. As relações afetivas foram perdendo espaço para a troca de acusações.

Então, o que é que aconteceu? Só pra te dizer qual foi o clima que a gente chegou lá e encontrou. Chegamos, fomos para o hotel e tal, e eu saí para ir jantar, saí com a moça que tirou a gente daqui e outro companheiro, fomos jantar juntos. E indo para o jantar encontramos uma militante, chamada Maria Augusta, Maria Augusta que saiu no sequestro do embaixador. Morreu há pouco tempo. E a Maria Augusta olhou e disse: ‘Mas, companheiro, até você? A reserva moral, ideológica da organização’. Querendo dizer os caras estão muito atrasados. Mas deu uma certa vontade de pegar o ônibus e voltar na hora pro Brasil, entendeu?! Quer dizer, tudo que eu esperava era um abraço, que bom que você está vivo, né?! E o cara chega, e era uma pessoa importante a Maria Augusta, a gente tinha militado junto na base do Rio, sabia que... mas então encontramos um clima muito

<sup>243</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2015.

<sup>244</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 04/03/2015.

hostil, porque os caras lá do exterior, até a gente apelidou eles de os voltistas, que chamavam a gente de os recuados.<sup>245</sup>

Parte do trecho citado acima revela o nível de estigmatização e sectarismo. João Lopes Salgado, ao reencontrar os camaradas, esperava o reforço das relações estabelecidas no Brasil, baseadas no afeto e na relação próxima entre os militantes. Porém, a disputa interna pela estratégia revolucionária da organização colocou as relações afetivas em segundo plano.

Os espaços de crítica e autocrítica deveriam ser lugares de debate fraterno, com o intuito de corrigir rumos e diminuir as tensões internas, mas no caso do MR-8, o que aconteceu foi a exacerbação dos conflitos que levaram ao racha. Segundo Daniel Aarão Reis, esse foi um dos aspectos das sessões de crítica e autocrítica.

As sessões de crítica e autocrítica têm como objetivo os próprios militares, corrigir os erros, superar os desvios. Para as direções trata-se de conter a cisão, a dissidência, o ‘racha’: de forma geral, atacar o ‘subjetivismo’, o ‘voluntarismo’, o ‘aventureirismo’. Para os adeptos do ‘racha’ trata-se de criticar o ‘burocratismo’, a ‘passividade’, o ‘espírito de rotina’, ‘liberalismo’, o ‘reboquismo’ etc.<sup>246</sup>

No caso do MR-8, o nível de tensão interna e o distanciamento dos grupos aprofundaram o embate entre os que divergiam dos caminhos da luta revolucionária. Na medida em que o debate sobre a realidade brasileira acontecia, as contradições internas do grupo ganhavam força.

#### **4.1 Entre as cicatrizes do tempo**

Esse conflito de posições dividiu o MR-8 em dois grupos: voltistas e recuístas. O primeiro havia realizado treinamento de guerrilha em Cuba e estava pronto para voltar ao Brasil, já o segundo, defendia a saída imediata da luta armada, a retomada de contatos e o enraizamento no movimento operário e popular.

O treinamento de militantes de esquerda em Cuba antecedeu o golpe de 1964. Segundo Rollemberg, os cubanos, no período anterior ao golpe, já havia disponibilizado treinamento guerrilheiro a brasileiros. Militantes das Ligas Camponesas e do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) participaram da primeira etapa de treinamentos na ilha. “O treinamento era, basicamente, o mesmo para todas as organizações. [...] Ou seja, os

<sup>245</sup> Entrevista de João Lopes Salgado para esta pesquisa, concedida em 08/03/2015.

<sup>246</sup> REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. 1990. p. 125.

militantes ficavam um período de cerca de cinco meses no ponto zero, um quartel do exército, próximo a Havana”.<sup>247</sup>

O treinamento era voltado para as práticas de tiro, produção de explosivos e à montagem e desmontagem de armas. A segunda etapa era o treinamento na serra e a parte final “[...] uma simulação, durante a qual os guerrilheiros enfrentavam militares do exército cubano”.<sup>248</sup>

Os militantes que faziam treinamento guerrilheiro em Cuba ansiavam voltar ao Brasil e colocar em prática o aprendizado na Ilha, situação que nunca se viabilizou. Internamente, o fato de dirigentes mais antigos estarem preparados para dar continuidade à luta armada aprofundou a crise na organização, contribuindo para a crescente polarização em curso.

Os voltistas acusaram os recuístas de retomarem as posições da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), que no início dos anos de 1960 combatia o reformismo do PCB e a visão etapista da revolução brasileira. Como alternativa, defendiam que os revolucionários investissem no movimento de massa e o foco poderia surgir para acelerar o processo revolucionário. Mattos aponta que para a POLOP o Brasil já era um país plenamente capitalista, inserido na fase imperialista. Portanto, a revolução brasileira deveria ter um caráter socialista sem mediações com segmentos da burguesia.<sup>249</sup>

Cid Benjamin considera que os militantes que chegaram primeiro ao exílio estavam atrasados em relação aos que saíram por último do Brasil, porém, não concorda com a aproximação com as posições históricas da POLOP. Essa aproximação estava na contramão do que defendiam os militantes que saíram primeiro.

Então, quando o pessoal abdica da luta armada foi um choque para a gente, foi um choque. E era natural, porque o pessoal aqui de dentro, mais espremido pelas circunstâncias tivesse mais sensibilizado para com uma reformulação radical daquela linha política. Uma coisa que também não ajudou, com que a gente se sensibilizasse rapidamente por aquilo, foi que num primeiro momento, a influência das teses da POLOP eram muito fortes, eram uma coisa muito academicista, muito obrerista, muito era algo... e a POLOP, no nosso, certa ou errada, sem fazer juízo de valor, na nossa cabeça na época, era um exemplo do que um obrerismo puricista que não ia à prática... porque a POLOP não tinha expressão nenhuma, nem no movimento estudantil, nem no movimento operário, formulava algumas teses e funcionava um pouco como grilo falante da esquerda, ou então, quando chegam os primeiros documentos lá que não eram documentos

<sup>247</sup> ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 41.

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas – SP: Edunicamp, 2002. v. 5. p. 185-212.

oficiais ainda, eram documentos assinados de discussão interna, assinado pelo Candeias, que era o Juca Ferreira, aquilo nos impactou muito negativamente.<sup>250</sup>

Benjamin argumenta que seu grupo queria retornar ao Brasil e dá início a um trabalho nos moldes do que Lamarca havia feito na Bahia.

Porra! Não só nós estávamos muito mais na onda da luta armada, do militarismo e achando que um trabalho como o do Lamarca era a saída para o militarismo para o qual estaríamos impregnados e tal. Quando a alternativa para aquilo aparece numa organização pequena não, mas era maior que a POLOP, mas imagina uma organização maior que a POLOP, mas seguidora de seus posicionamentos, foi uma coisa que repercutiu muito mal na gente.<sup>251</sup>

Benjamim, mesmo reconhecendo que politicamente os voltistas estavam atrasados em relação aos recuístas que saíram depois, fez uma demarcação com a aproximação política dos recuístas e a POLOP. Entre as questões que afastavam os dois grupos estava o debate sobre construção partidária. Os voltistas acreditavam que o partido surgiria com o avanço da luta guerrilheira, já os recuístas colocavam como uma das tarefas prioritárias a unificação da esquerda revolucionária e a construção do Partido Revolucionário. Enquanto “a POLOP defendeu, desde as suas primeiras manifestações, a necessidade da formação do partido revolucionário”.<sup>252</sup>

Para os voltistas, existia uma redefinição das condições da luta guerrilheira e o limite da autocrítica que estavam dispostos a fazer era dentro dos contornos da luta armada, como descreve Daniel Aarão Reis.

Já havia uma redefinição. Era o que Lamarca queria fazer lá, a ideia que ele ficasse ali, que constituísse um grupo e começasse a ativar lutas pelos interesses dos camponeses recorrendo às armas, em defesa das lutas camponesas ou liquidando capataz mais malvadão ou latifundiário, quer dizer, uma ideia de luta armada que ia apoiar o movimento social. Radicalmente diferente do foquismo debraysta, porém, essa perspectiva não teve tempo histórico de se realizar, o Lamarca foi morto. Outros, o grupo primavera também tinha essa perspectiva, lá a dissidência da ALN que foi toda trucidada. Eles também não tinham tempo histórico, a ideia deles era suspender aquelas ações urbanas, ir pro campo e no campo desenvolver lentamente, como fizeram os militantes do PCdoB no Araguaia. Essa era mais ou menos a perspectiva, ficar ali articulando relações sociais, sendo querido pela população, até que chegasse o momento de você começar a aticar o movimento social, e aí, junto com o movimento social, em defesa do movimento social, fazer a luta armada. Essa era a perspectiva que a gente tinha e que o Lamarca tentou fazer lá e não deu. E eu ia voltar, e outros

<sup>250</sup> Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

<sup>251</sup> Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

<sup>252</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas – SP: Edunicamp, 2002. p. 185-212. v. 5. p. 210.

também, com essa perspectiva. Era o máximo de autocrítica que a gente estava disposto a fazer.<sup>253</sup>

Juca Ferreira constituiu um pequeno grupo interno, conhecido no vocabulário da militância de esquerda como uma fração que tinha como objetivo ir ganhando terreno e afirmando as posições dos dirigentes que saíram por último do Brasil. No contexto de ressentimentos e acusações de lado a lado, a existência da fração aprofundou ainda mais a crise interna.

O cara que tinha mesmo o ‘tucupi’ como fala lá no norte na cabeça era o Bacalhau, tinha a coisa toda mais ou menos organizada. Eu tinha feito alguns documentos e tal, mas eu não era o cara mais, teoricamente, mais preparado para poder argumentar com os caras. Bom, qual foi a ideia do Bacalhau? Justa, justa, mas um erro. A gente devia ter aberto o negócio. É que naquele tempo tinha um negócio chamado fazer fração, naquele tempo fazer fração, não sei se você é comunista, fração era um troço imperdoável, assim que o Trotski morreu você não podia fazer fração. Fração é chamar o companheiro e falar, ‘a você’, ganhar você com essa ideia e começar a corroer por dentro, pra ganhar essa a ideia dentro da organização.<sup>254</sup>

A existência de uma fração interna reforçou o sentimento de negação do grupo oposto, desestruturando quase que completamente as relações políticas e pessoais do grupo. Cid Benjamin reforça essa visão quando diz:

Ligado a isso, pesava também uma sensação quase geral de derrota. E então, quando em certo momento se constatou que a direção – que era uma direção que era aceita, mas não era vista inteiramente legítima, porque não incorporava elementos de direção que tinham sido eleitos em outro momento, e alguns daquela nova direção tinha sido cooptados pela própria direção. Quer dizer, a legitimidade ali tava... quando se descobre que a direção que veio de dentro, tava se reunindo como um organismo secreto para o resto da organização incorporando mais 2 ou 3 pessoas que estavam fora que concordavam com as teses delas, era uma direção paralela, na verdade, um fator se houvesse mais maturidade, menos desgaste, menos emocionalismo, talvez pudesse ser resolvido de outra maneira, mas isso acabou de azedar as relações.<sup>255</sup>

A negação da direção política que saiu do Brasil por último pelo grupo mais antigo revela a disputa pelo posto de comando baseada no tempo de participação na organização. A sensação geral de derrota, a troca de acusações, reforçada pela desconfiança e deslegitimação de ambas as direções políticas, apontavam um quadro de esgotamento político da organização.

Então havia uma distinção muito clara entre, embora ambos os grupos fizessem crítica radical ao foquismo guerrilheiro, ao vanguardismo

<sup>253</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 04/03/2015.

<sup>254</sup> Entrevista de João Lopes Salgado para esta pesquisa, concedida em 08/03/2015.

<sup>255</sup> Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.



guerrilheirista, eu penso que se fossem em outras circunstâncias, nós estivéssemos no Brasil, num outro contexto, talvez até fosse possível a gente manter uma organização única com alas diferentes, mas ali naquele quadro de derrotas, amargura, de exílio, o racha foi quase que inevitável.<sup>256</sup>

Sem acordo sobre a autocrítica e as concepções que orientariam a prática da organização no futuro e diante da convicção da derrota, recuístas e voltistas não tinham mais condições de continuar no mesmo grupo e dividiram a organização ainda no início do Pleno em 1972.<sup>257</sup>

A organização era pequena, quer dizer, do ponto de vista de quem decidia efetivamente. Com a reunião que se deu o racha... não sei quantas tinham, mas acho que não chegava a 20 pessoas, em um quadro que alguns dirigentes históricos estavam fora, não tinham sido instruídos a direção, não tinha tido um comportamento na tortura que os abonasse, então chegava o pessoal de dentro mudando inteiramente o rumo e isso não poderia ser decidido na base de 11 ou 10 ou 11 a 11 numa votação deste tipo, até porque havia gente que participou disso aí, que era gente que tinha saído por conta própria do país, eram companheiras de alguns militantes. E a gente tinha uma determinação de que quem fizesse isso, saísse por conta própria, tinha que se desligar da organização, deixar de estar em um estágio inferior, não podia, então era uma coisa, estava muito rachado ao meio ali, para se decidir numa votação, no voto e haver esses questionamentos aí e tal.<sup>258</sup>

## 4.2 Racha

A decorrência da reunião foi o racha que resultou em dois grupos, que disputaram o legado e o nome do grupo. “O MR-8 Direção Geral/MR-8/DG, em torno do núcleo dirigente que havia deixado o Brasil, inspirado nas teses leninistas da PO [POLOP]; e o MR-8 Construção Partidária/MR-8/CP, reunindo alguns militantes exilados”.<sup>259</sup>

A ausência de contatos no Brasil e a situação dos exilados pós-golpe no Chile aceleraram o fim do MR-8/CP, que “não conseguiu manter vínculos e laços de coesão. Em fins de 1973, com os quadros dispersos em vários países de diversos continentes, autodissolveu-se”.<sup>260</sup>

Nós repudiávamos veementemente aquele obreirismo delirante, aquele leninismo delirante. [...] O Vladimir ajudou muito a gente aí nesse sentido,

<sup>256</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 04/03/2015.

<sup>257</sup> Reunião de militantes de uma organização política.

<sup>258</sup> Entrevista de Cid Benjamin para esta pesquisa, concedida em 05/03/2015.

<sup>259</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a Ditadura à luta eleitoral no PMDB (com Daniel Aarão Reis Filho). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 138.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 138.

porque ele tinha sempre feito muitas restrições à luta armada, essas ações armadas. Então, ele continuava muito aferrado àquela perspectiva de construir um partido revolucionário alternativo, daí o nome construção partidária. Ele tinha essa perspectiva de investir na construção de um partido revolucionário alternativo. Sem negar completamente, disposto a avaliar, mas sem negar completamente aquelas propostas de voltar ao Brasil através de áreas designadas e ali começar a estimular um processo de luta armada. Não era propriamente a perspectiva dele, mas ainda era a minha e do meu irmão e de outros que estavam na construção partidária.<sup>261</sup>

O MR-8/DG conseguiu realizar um Pleno antes do golpe no Chile, encerrando as ações armadas e tentando rearticular o trabalho de massas na classe operária. “Ativando bases e contatos ainda existentes, a organização conseguiu sobreviver e rearticular um trabalho político no interior do país”.<sup>262</sup>

As resoluções do Pleno afastaram o MR-8 da perspectiva da luta armada e reforçaram as posições defendidas pelos membros da direção que chegaram por último ao Chile. Os comunistas teriam como tarefa a continuidade da autocrítica e a resistência à ditadura.

As organizações de esquerda, incapazes de entender a própria essência do processo que deveriam dirigir, demonstraram praticamente sua ineficácia. Como resposta à pesada derrota, a esquerda inicia um processo de debate interno, a fim de precisar a causa dos erros e extrair as lições dos acontecimentos. As tarefas que se colocam, então, para os comunistas, são a realização de uma autocrítica profunda, a superação do reformismo e a formulação do programa do proletariado, sua estratégia e sua tática, a construção/reconstrução do partido da classe e a organização dos trabalhadores para resistir a ofensiva da contra-revolução.<sup>263</sup>

O documento de resoluções do Pleno começa fazendo um balanço sobre as razões que levaram à derrota do PCB e seu projeto reformista. Diante da transição do capitalismo no país para sua fase mais avançada e as repercussões na luta política, considerou-se a ausência de uma alternativa política dos trabalhadores um equívoco conjuntural.

Guiado por uma vanguarda que não entende cientificamente a essência do processo de desenvolvimento da sociedade e da luta de classes, e que ideologicamente está dominada pela perspectiva pequeno-burguesa, não abre qualquer alternativa. O desenvolvimento da sociedade dava condições históricas a apenas duas classes de apresentarem alternativa à crise. A burguesia, através de sua fração mais poderosa e consciente – o grande capital; e o proletariado. E essas alternativas seriam: a aceleração do desenvolvimento capitalista, ou seja, a alternativa monopolista; e aquela que encaminhasse a supressão da propriedade privada dos grandes meios de produção e o poder político para os trabalhadores, isto é, a alternativa

<sup>261</sup> Entrevista de Daniel Aarão Reis para esta pesquisa, concedida em 04/03/2015.

<sup>262</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a Ditadura à luta eleitoral no PMDB (com Daniel Aarão Reis Filho). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 138.

<sup>263</sup> Documento de circulação interna: Resoluções do Pleno, MR-8, 1972, p. 8.

socialista. No entanto, o proletariado não abriu sua alternativa, devido ao baixo grau de consciência política de seus próprios interesses e permaneceu submetido ao processo anti-histórico reformista dos setores não monopólicos da burguesia.<sup>264</sup>

O principal efeito da incapacidade da vanguarda política dos trabalhadores de dar direção ao proletariado no momento do acirramento da luta de classe foi a ausência de uma alternativa que unificasse os explorados.

As divisões internas no bloco dominante e a vitalidade do movimento de massas configuram um acirrar do enfrentamento no interior da sociedade e uma situação revolucionária que não é transformada numa crise revolucionária pela inexistência de uma classe proletária consciente de seus interesses estratégicos e capaz de abrir uma alternativa que unificasse o conjunto dos explorados.<sup>265</sup>

Desta forma, “o Golpe de 64 representa o fortalecimento do grande capital dentro do bloco dominante”. Surge, então, um novo Estado, “dele emerge um Estado burguês de novo tipo: centralizado, hierarquizado, altamente repressivo e operacional”.<sup>266</sup>

O novo governo promoveu um ataque contra as organizações de vanguarda, em especial, em sua força hegemônica, o PCB, “quebrando assim sua espinha dorsal, na qual havia se sustentado o ascenso do movimento popular”.<sup>267</sup>

A ruína do projeto político do PCB impôs uma autocrítica da derrota pós 64. A superação do reformismo, a formulação de um programa do proletariado, sua estratégia e tática e a construção de um partido da classe aparecem como os principais desafios da esquerda revolucionária para resistir à ofensiva burguesa através da ditadura.

No entendimento da direção do MR-8, a autocrítica pós-golpe se limitou ao debate interno. “Assim, a negação do reformismo desvia-se para a negação da executiva do PCB”. Nesse sentido, a esquerda revolucionária, “no plano prático, não irá as massas fazer uma autocrítica, conduzir suas lutas, organizar a resistência à contra-revolução, desmitificando a consciência reformista e formando sua consciência revolucionária”.<sup>268</sup>

“Em função de tudo isso, a esquerda se revelará incapaz de organizar a resistência dos trabalhadores”.<sup>269</sup> A falta de resistência ao golpe estaria na deficiência da esquerda brasileira em dar sentido a luta de massas contra a ditadura e o reformismo.

<sup>264</sup> *Resoluções do Pleno, MR-8, p. 7.*

<sup>265</sup> *Idem.*

<sup>266</sup> *Resoluções do Pleno, MR-8, 1972, p. 8.*

<sup>267</sup> *Idem.*

<sup>268</sup> *Ibidem, p. 9.*

<sup>269</sup> *Idem.*

As análises que sucederam o golpe de 64 indicavam a adesão ao reformismo, principalmente pelo PCB, como grande culpado pela derrota das forças progressistas. No entanto, a crise do movimento comunista internacional deu substância às críticas que tinham como alvo preferencial o PCB.

Ao longo do século XX, outras referências internacionais ganharam força entre os comunistas, sendo as mais significativas a Revolução Cubana e a Revolução Chinesa. Antes do golpe, a direção do PCB já enfrentava forte desgaste por conta da visão etapista do processo revolucionário brasileiro.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, deu início a uma profunda crise no movimento comunista internacional, com a publicação dos crimes políticos cometidos por Stalin. Por aqui, “a luta interna e anti-reformista no Brasil é profundamente influenciada pela crise de direção que atravessa o movimento comunista nível internacional”.<sup>270</sup>

A negação do reformismo para uma parte da esquerda que rompeu com o PCB teve forte influência da Revolução Cubana. “Na América Latina, a Revolução Cubana havia derrotado na prática os mais respeitosos postulados revisionistas”.<sup>271</sup>Essa aproximação talvez resida no fato da Revolução Cubana ter acontecido na revelia do Partido Comunista Cubano.

A forma como o exemplo da Revolução Cubana foi apropriado pelas organizações de esquerda latino-americanas não leva em conta a realidade local e “aceitarão também como válidas em seus respectivos países as particularidades próprias do processo cubano”.<sup>272</sup> O caminho não pacífico da revolução teve no militarismo das organizações de esquerda, nos anos finais da década de 1960, a negação prática da política do PCB e o reforço de modelos críticos do socialismo soviético.

Como alternativa, o militarismo teve vida curta e se mostrou um meio historicamente inviável de se alcançar o socialismo. Não obstante, o crescimento da repressão após o AI-5 e o esvaziamento do movimento de massa fortaleceu a saída pela via armada que parecia ser a única alternativa para muitas organizações.

As ações urbanas vão ocupando o lugar deixado pelo movimento de massas em refluxo e a visão que domina a tendência militarista, então, é de que a ampliação do volume da qualidade das ações criaria vínculos políticos com as massas, que o exemplo despertaria seu ardor combativo e sua consciência,

---

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>271</sup> *Resoluções do Pleno*, MR-8, p. 10.

<sup>272</sup> *Idem*.

e a partir daí, se estabeleceriam vínculos orgânicos sólidos com os explorados.<sup>273</sup>

O sucesso inicial das ações armadas fortaleceu o sentimento de avanço da luta revolucionária e defensiva do regime ditatorial. “O segundo semestre de 1969 se caracterizou pela acentuação do vulto das ações armadas, principalmente na Guanabara e em São Paulo”.<sup>274</sup>

Esse ardor combativo serviu para embaçar a realidade e adiar a autocrítica das opções em curso. O sucesso inicial das ações armadas escondeu as debilidades existentes que apareceram na medida em que as forças contrarrevolucionárias qualificaram e intensificaram a repressão.

A partir de 1970, a esquerda passou a conviver com constantes derrotas. O Estado e os mais variados segmentos do capital se organizaram para combater o inimigo em comum.

Recuperando-se da surpresa que as ações lhe haviam causado, a ditadura lança sua contra-ofensiva política e militar: contra-ofensiva que se sustenta na sua força real na coesão das classes dominantes, no apoio do capital estrangeiro, na neutralização de setores ponderáveis da pequena burguesia e na contenção do proletariado e do campesinato. Se no campo político, seus êxitos serão mais lentos e sempre limitados, no campo militar, suas vitórias serão quase imediatas.<sup>275</sup>

Segundo o documento, “as derrotas sofridas a partir de [19]69, e que se acentuam no primeiro trimestre de 70, não foram corretamente apreendidas pelas diversas organizações e agrupamentos que conformavam a tendência militarista da esquerda revolucionária”.<sup>276</sup>

A cada nova ofensiva militar, as organizações militaristas percebiam sua crescente debilidade. Sem construir um programa de massas que aumentasse a base social, as organizações de esquerda se viram cada vez diante de fragorosas derrotas, prisões e saídas para o exílio.

A partir de fins de 70, na medida em que respostas técnicas e operativas vão se desmoralizando, em que a crise vai se agudizando no seio da tendência militarista, em que a ditadura militar vai se afirmando conjuntamente nos planos econômico, político e militar, em que vai se aprofundando o desligamento político e orgânico entre as massas e as organizações de vanguarda, em que as derrotas se acumulam, a defensiva perpetua-se e a luta política cede definitivamente seu lugar à mera sobrevivência física, ascende-se no interior da própria tendência militarista um debate político-ideológico que visa encontrar os rumos para a superação dos problemas.<sup>277</sup>

---

<sup>273</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 17.

As conclusões sobre a experiência da luta armada caminham no sentido da negação do passado. As críticas à linha política de adesão geral ao militarismo demonstram uma tendência de afastamento. “Transformamos nossa perspectiva de penetrar no proletariado e no campesinato para dar direção a suas lutas na atividade de montagem de redes de apoio para os grupos armados”.<sup>278</sup> As organizações de esquerda só vão assumir a necessidade de uma autocrítica profunda quando beirar a inexistência.

A tendência militarista somente entrará nessa autocrítica radical quando a derrota já tiver assumido proporções muito grandes e quando a contradição entre a prática militarista e o trabalho político nas massas chegar a um grau muito agudo, exigindo para sua resolução um questionamento para a própria essência do militarismo.<sup>279</sup>

Para o MR-8, a esquerda vivia um contexto de crise aguda depois da derrota da luta armada. Apesar de negar o reformismo do PCB, as organizações revolucionárias terminaram isolando-se socialmente, reforçando ainda mais as debilidades existentes.

O momento atual da esquerda brasileira é, portanto, de uma crise bastante aguda, na medida em que os seus setores revolucionários não só conseguiram romper a contradição existente no plano da direção política, gestando e praticando uma linha revolucionária que negasse a perspectiva reformista; como, só enveredou por caminhos incorretos, aumentaram ainda mais sua debilidade.<sup>280</sup>

A reinserção no movimento social foi resultado de um trabalho que levou algum tempo. As organizações de esquerda estavam diante de uma conjuntura de amplo crescimento econômico, que beneficiou os setores monopolistas do grande capital e um relativo aumento de consumo pelos trabalhadores.

Como saída para enfrentar a derrota do militarismo, o MR-8 defendeu a negação do reformismo e a construção de uma linha de massa capaz de aproximar a organização do movimento operário. O centro da atuação política do MR-8 era a classe operária, essa posição se aproximava da zona de influência da POLOP. “O terreno essencial em que esse trabalho seria feito era, portanto, a classe operária: conselhos e comitês de fábricas, construídos no espaço deixado demasiadamente das cúpulas sindicais reformistas [...]”.<sup>281</sup>

---

<sup>278</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>280</sup> Documento de circulação interna. *Resoluções do Pleno*, MR-8, 1972, p. 37.

<sup>281</sup> COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Para o MR-8, a repressão à organização da classe operária, através da proibição das greves e a perseguição às lideranças, e o alto grau de exploração física dos trabalhadores não foram capazes de impedir a organização e resistência.

A classe operária está submetida a uma brutal exploração e repressão. O arrocho salarial, a situação no limite da sobrevivência física. As condições de trabalho e de vida pioram dia a dia. A repressão ao movimento operário é intensíssima: é a proibição da greve, é a perseguição sem trégua as organizações políticas proletárias, é o impedimento da livre circulação da imprensa dos trabalhadores, é a caça aos mais destacados líderes da classe, é o controle e a intervenção ditatorial sobre os próprios sindicatos legais. Diante de tudo isso, a classe operária tem resistido de forma débil, dispersa e desorganizada. Suas lutas geralmente se dão localmente e se mantêm nos marcos reivindicatórios; além disso, não tem gestado um nível de consciência e de organização superior. O obstáculo central que enfrenta a classe operária para superar suas deficiências de mobilização, de consciência de organização se situa precisamente na carência de uma direção política revolucionária que a vanguardeie em suas lutas de resistência, dentro das enormes dificuldades da atual conjuntura.<sup>282</sup>

A classe operária, na ausência de uma vanguarda organizada e com capacidade de direção política, manteve sua organização através de grupos independentes, demonstrando vitalidade e caminhos alternativos na luta contra a ditadura. Entretanto, existem limites consideráveis nesse tipo de intervenção.

Os grupos independentes e organizados existentes no interior da classe operária são demonstrações de vitalidade da classe, na busca de um caminho alternativo. Na ausência de um partido de vanguarda que os direcione, os eduque e unifique politicamente, pouca condição terão de organizar uma resistência ativa da classe, limitando-se a serem importantes reservas e bases para classe preparar sua acumulação de forças para ofensivas posteriores.<sup>283</sup>

Acumular forças e politizar a relação com os trabalhadores passava pela necessidade de se construir uma alternativa de direção de suas lutas econômicas. “Os comunistas, compreendendo essa realidade, devem buscar dirigir as suas classes em suas lutas econômicas e localizadas, organizando as parcelas mais avançadas da classe e educando-as para o verdadeiro valor e para as limitações dessa luta”.<sup>284</sup>

Além da penetração na classe operária, a construção do partido revolucionário seria uma das tarefas prioritárias da esquerda após a derrota da luta armada. A combinação entre luta política, ideológica, ação prática e unificação do movimento comunista seria determinante para a construção do partido.

<sup>282</sup> Documento de circulação interna. *Resoluções do Pleno*, MR-8, 1972, p. 34-35.

<sup>283</sup> Documento de circulação interna. *Resoluções do Pleno*, MR-8, 1972, p. 35.

<sup>284</sup> *Ibidem*, p. 52.

Hoje, o esforço de construção partidária ainda está numa fase marcada pelo pleno espontaneísmo, já que não está formulado o programa, a estratégia e a tática do proletariado. Mas, já se concentra numa etapa onde, convencidos de sua necessidade, os militantes assumem, na luta teórica, na luta ideológica em sua atividade prática, a disposição de construir o partido. Não como quem arranja um novo fetiche, a cuja simples visão a luta se ‘simplifica’ e se mistifica. Mas, como encaminhada uma autocrítica radical, define um plano de ataque que abra por sobre nós mesmos, rumos claros e precisos do partido do proletariado.<sup>285</sup>

A construção do partido revolucionário estaria baseada em quatro princípios orientadores. O primeiro dá conta do caráter comunista e proletário do partido. No entanto, “isso não quer dizer que o partido proletário não possa defender em seu programa interesses de outras classes sociais, não quer dizer tampouco que as filas do partido estejam compostas apenas por proletários”.<sup>286</sup>

O segundo ponto é a combinação entre teoria revolucionária e prática revolucionária. Desta forma, “o partido é a fusão orgânica da teoria e da prática”. Não seria resultado de uma ação espontânea dos trabalhadores, mas a combinação de suas lutas com a teoria. Teoricamente, o MR-8 definia-se pelo marxismo-leninismo e tinha no partido bolchevique russo anterior à revolução sua fonte de inspiração.

O terceiro princípio é de caráter organizativo, baseado na hierarquia partidária. O ponto mais alto dessa escala de ocupação seria a direção partidária, lá estaria o núcleo dirigente do proletariado, tendo o centralismo democrático como método de organização e direção partidária.

O terceiro princípio é do centralismo democrático. O proletariado se defronta com um inimigo que, além de forte, centraliza em suas mãos os poderes econômicos, políticos, o Estado e os meios de produção. O proletariado somente pode vencê-lo na medida em que consiga um nível elevado de coesão. Por isso mesmo, o partido proletário precisa de um núcleo central, do qual dependam as demais organizações de base para não dispersar força diante do inimigo de classe.<sup>287</sup>

Por último, o caráter profissional do partido. O objetivo de dirigir o proletariado não poderia ser executado por um comitê operacional. A capacidade de ação e direção seria decorrência da força organizativa e profissional do futuro partido revolucionário.

Assim como a burguesia forma homens que se colocam a seu serviço na condução da luta política, e nela se especializa, o proletariado necessita de destacar seus melhores elementos para uma dedicação integral a suas lutas. O partido profissional não é um partido de assalariados, embora conte com inúmeros militantes que são sustentados pelo partido. O partido é

---

<sup>285</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>287</sup> Ibidem, p. 43.



profissional enquanto todos seus membros consagram-se como profissionais e como pessoas capacitadas a desenvolverem uma atividade bem determinada: dirigir a política da classe proletária.

Mesmo negando o reformismo do PCB, a concepção de partido defendida pelo MR-8 não trazia nenhuma novidade em relação ao partidão. Sua concepção baseada no marxismo-leninismo, na manutenção das hierarquias partidárias e no centralismo democrático, historicamente, teve sua experiência mais significativa no velho partido comunista.

A autocrítica radical da luta armada alicerçava o projeto de unificação dos comunistas e a construção do partido revolucionário. A União Comunista foi um instrumento intermediário entre a aproximação das organizações e a unificação do futuro partido.

Nesse sentido, propomos a todos os verdadeiros comunistas que buscam a construção de uma alternativa proletária, a formação da União Comunista, instrumento intermediário e acelerador de uma unificação posterior. A União Comunista não é uma consignação de propaganda, mas uma proposição política que encaminhamos às organizações comunistas comprometidas com uma autocrítica radical da prática passada com a necessidade de construir hoje o partido do proletariado e a alternativa socialista pra a sociedade brasileira e com a tarefa de organizar os trabalhadores para a resistência à ofensiva da contra-revolução, para que iniciemos um projeto político conjunto visando possibilitar unificações posteriores. Com as organizações que realmente se comprometem política e ideologicamente com a essência política desta nossa proposição, estamos dispostos a aprofundar o debate e encontrar conjuntamente as formas orgânicas para dar passos posteriores no sentido da construção da União Comunista.<sup>288</sup>

O centro tático definido pelo MR-8 significava uma compreensão da defensiva política a que estavam submetidas as organizações revolucionárias no Brasil, em um momento de baixa mobilização. Isso foi o ponto de partida para a retomada da influência política sobre os trabalhadores, invertendo a correlação de forças desfavoráveis.

O centro tático democrático, anti-ditadura e anti-imperialista materializa-se num programa tático onde se inscrevem lutas pela liberdade de organização, manifestação e expressão, pelo direito de greve, pela aplicação e ampliação da legislação trabalhista no campo, pela terra, contra o arrocho, contra o AI-5, contra a repressão policial-militar e as torturas e as outras.<sup>289</sup>

A mudança de eixo na concepção tática do MR-8 expressava uma variação na orientação política. A defesa dos direitos democráticos assumiu a centralidade na luta, numa tentativa de ampliar a influência social perdida durante os anos de luta armada. Liberdade de expressão, manifestação e organização foram bandeiras incorporadas ao discurso da organização.

---

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 52.

Por isso, o MR-8 defendia uma frente de resistência à ditadura. Essa frente teria um caráter defensivo e interesses de classe distintos, aglutinando as forças que eram contra a ditadura, buscando enfraquecer, isolar e desgastar o regime. Mesmo sem condições de dirigir a frente, o avanço democrático interessava ao proletariado. “A frente de resistência não é uma etapa da revolução brasileira e não encaminha um poder alternativo, não se confunde com a frente única de classes ou com seu embrião”.<sup>290</sup>

A frente de resistência seria o polo de aglutinação de forças opositoras na luta contra a ditadura. “Nesse sentido, o centro tático político geral, capaz de expressar os objetivos táticos para o momento, coloca-se nas lutas democráticas, anti-ditadura e anti-imperialista”.<sup>291</sup>

A defesa de uma frente de resistência com amplos segmentos sociais aponta para a compreensão de que as contradições existentes na sociedade brasileira envolviam diversos setores da sociedade que tinham uma postura crítica em relação à ditadura militar e interesses comuns no campo democrático. Essa heterogeneidade proposta pelo MR-8 é a antítese do militarismo.

Entretanto, mesmo admitindo a ampliação do leque de alianças, o MR-8 não se afastou do horizonte socialista. Na verdade, essa ampliação tinha como objetivo acumular forças no movimento social criando as condições de direção política que a organização ansiava.

Apesar dessa ampliação política não estava colocado para o MR-8 o abandono da perspectiva socialista. Defendiam um programa para frente que estivesse dentro da luta contra a ditadura e o imperialismo. ‘O programa da frente deve ter como centro a luta anti-ditadura e anti-imperialista. Na medida em que na frente deverão existir interesses de classes sociais distintas, a própria concepção da luta anti-ditadura e anti-imperialista será heterogênea’.<sup>292</sup>

Essas novas orientações políticas foram colocadas em prática ao longo da década de 1970. A autocrítica do militarismo pôs a luta democrática como a principal bandeira da organização no decorrer dos acontecimentos políticos. Com o golpe no Chile, o processo de autocrítica continuou na Europa e concentrou-se em Paris, através da Revista *Brasil Socialista*. “Um conjunto de organizações [...] tentou se articular, primeiramente em torno de uma publicação clandestina, rodada no Chile, nos anos 70 (a revista ‘*Brasil Socialista*’); e, depois, em torno do jornal EM TEMPO”.<sup>293</sup>

---

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Ibidem.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 60-61.

<sup>293</sup> ARAÚJO, Maria. “Memória e história: estudos de caso no Brasil e na Argentina”. *XXIII Encontro anual da ANPOCS*, p. 12.

A imprensa alternativa foi uma das formas de aproximação das organizações de esquerda que estavam no exílio. No caso da Brasil Socialista, três organizações estruturavam a revista: MR-8, POLOP e APML. As publicações que circularam na Brasil Socialista reforçavam o discurso crítico em relação ao passado. “Através dela, pode-se acompanhar o processo, em meio às tradições passadas, de um embate entre a permanência e a mudança”.<sup>294</sup>

As revistas produzidas no exílio tinham como elemento comum a crítica ferrenha ao militarismo. Influenciadas pela derrota, condenavam o próprio passado, buscando encontrar caminhos que possibilitassem a reconstrução política no Brasil. Várias publicações apareceram durante o exílio. Publicações como “*Brasil mês a mês na imprensa*”, “*Reflexo da realidade brasileira*” e “*Correio brasiliense*” são alguns exemplos. A circulação de notícias sobre o Brasil mantinha a colônia brasileira no exílio informada. Além disso, “esta via alternativa de informações permitia repercutir no exterior aquilo que era proibido de circular na imprensa nacional, como por exemplo, os nomes de desaparecidos políticos, os casos de tortura e outras formas de repressão policial”.<sup>295</sup>

A imprensa alternativa combinava textos das organizações, estudos sobre a realidade brasileira, conjuntura e formas de organização para o trabalho político no país, com objetivos revolucionários. “A grande pretensão da revista Brasil Socialista (BS) era configurar, no Brasil, um campo de organizações de esquerda com o objetivo de conduzir a luta pela revolução socialista no país”.<sup>296</sup>

Essas publicações atendiam aos exilados que queriam estar informados sobre a realidade nacional, “[...] mas há relatos de que este material tenha sido colocado à venda em bancas de jornal e livrarias freqüentadas por brasileiros”.<sup>297</sup>

A revista mantinha as críticas ao reformismo do PCB e se aproximava das posições teóricas da POLOP. Não existiam dúvidas quanto ao caráter da sociedade brasileira essencialmente capitalista e com Estado burguês.

As bases sobre as quais a revista buscava a unificação das tendências eram claramente referenciadas nas elaborações da POLOP: definem ‘o caráter

---

<sup>294</sup> ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio: em busca da renovação. In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. *História do marxismo no Brasil*. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 2007. vol. 6. p. 291.

<sup>295</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart.; AMARAL, Tatiana. Militantes e jornalistas: a imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura. Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. p. 7.

<sup>296</sup> ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

<sup>297</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart.; AMARAL, Tatiana. Militantes e jornalistas: a imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura. Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. p. 7.

capitalista dependente da sociedade brasileira e o caráter burguês do Estado’, afirmam que a revolução brasileira ‘por suas tarefas, por seus inimigos e pelas forças sociais nela interessadas, é socialista – ou será socialista ou não será revolução’, que ela não se dará pela via pacífica e que o ‘proletariado industrial é sua força principal e dirigente’.<sup>298</sup>

Completando dez anos, o regime militar sofreu a primeira grande derrota nas urnas desde o golpe. Entre 1968 e 1973, o Brasil viveu um período de forte crescimento econômico. No entanto, “em outubro de 73 no quadro de mais uma guerra árabe-israelense, os países árabes exportadores de petróleo resolveram suspender as entregas”.<sup>299</sup> Como importador de petróleo, o Brasil viu o preço do barril aumentar significativamente, colocando a economia numa situação praticamente incontornável. “Houve pânico nos mercados. Os preços dispararam quadruplicando de valor. Instaurou-se uma crise de caráter mundial”.<sup>300</sup>

A partir de 1974, o país sofreu os impactos da crise do petróleo, comprometendo a manutenção do modelo econômico. Entretanto, “para financiar os investimentos o Estado brasileiro recorreu a empréstimos e capitais internacionais”, à custa de um aumento excessivo da dívida pública.<sup>301</sup>

Ainda assim, os efeitos da crise não foram sentidos imediatamente. Mesmo com o aumento repentino do petróleo em 1973, a fatura de capitais no mercado internacional garantiu ao menos por um ano sem turbulência.<sup>302</sup>

### 4.3 Novos ventos

O campo que compôs a Brasil Socialista manteve laços até as eleições de 1974. Com a diminuição da repressão por conta do esmagamento da guerrilha nos centros urbanos, a insatisfação ao regime se manifestou através das urnas. A sociedade brasileira já havia experimentado 10 anos de ditadura e criou formas alternativas de resistência. Muitos

<sup>298</sup> COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 218.

<sup>299</sup> REIS, Daniel Aarão. Entre ditadura e democracia: da modernização conservadora ao reformismo moderado. In: REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 5. p. 98.

<sup>300</sup> Idem.

<sup>301</sup> Idem.

<sup>302</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 4. p. 246.

personagens que estiveram nas ruas em 1968 e que durante o período de maior repressão resistiram de diversas formas, inclusive com o silêncio, puderam assumir nas urnas a crítica à ditadura. Além disso, pesavam contra a ditadura as alterações conjunturais na economia brasileira, decorrentes da crise do petróleo.

O resultado eleitoral de 1974 deram ampla margem votos a oposição. No senado, o PMDB recebeu mais de 4 milhões de votos a mais que os candidatos da ARENA. Essa derrota seria o primeiro sinal da desestabilização da ditadura militar, constituindo-se no impulsionador das lutas pelas liberdades democráticas.<sup>303</sup>

À esquerda em processo de reconstrução teve posições distintas sobre a tática para enfrentar as eleições de 1974. Parte da esquerda assumiu a campanha pelo voto no MDB, fato que no campo das organizações que compunham a revista *Brasil Socialista* foi motivo de divergência e afastamento. Assumi a plataforma de luta pelas liberdades democráticas, foi a saída encontra pela esquerda brasileira a derrota militar e o isolamento político.<sup>304</sup>

A tática para as eleições de 1974 modificou as relações entre o campo de organizações que tinham como referência as posições da POLOP. Quando o debate sobre as alternativas no processo eleitoral refletiu em leituras dispares sobre o papel da esquerda. O debate demonstrou as divergências que cercavam a relação.<sup>305</sup>

A decisão do MR-8 e da APML em apoiar candidaturas do MDB estava na contramão da defesa do voto nulo, tática defendida pela POLOP. “Nas eleições de 1974 a APML e o MR-8 abandonaram a defesa do voto nulo, sustentada por aquelas correntes praticamente desde a promulgação do AI-2”, e decidiram apoiar candidaturas individuais do grupo “autêntico do MDB”.<sup>306</sup>

Para a POLOP, a aproximação com os autênticos do MDB remontava a perspectiva reformista do PCB combatida pelo MR-8 no início do processo de autocrítica. O alargamento do arco de alianças tinha como objetivo procurar os setores da burguesia que seriam aliados na luta contra a ditadura, numa ampla frente de organizações e personagens políticos.

Para a POLOP ‘Reconhecer que, no Brasil, o proletariado estava longe de assumir uma posição política independente, como nos casos históricos mencionados, deveria levar ao objetivo de construir a independência política dessa classe, o que só se conseguiria através das reivindicações baseadas em

<sup>303</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. p. 188.

<sup>304</sup> ARAUJO, Maria Paula. “Lutas democráticas contra a ditadura”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 2007. v. 2. p. 324.

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> Idem.

seus interesses específicos. Exatamente o contrário do que faziam a AP e o MR-8 ao proporem a acumulação de forças através das frentes amplas, alianças nas quais as reivindicações do proletariado ‘evidentemente não seriam aceitas pelas massas pequeno-burguesas’. Segundo a POLOP, essa ampliação do arco de alianças era a negação de uma alternativa dos trabalhadores. ‘Em tal situação, a fórmula vaga das lutas pelas ‘liberdades’ ou ‘direitos democráticos’ barra o caminho para a conquista da independência política da classe operária na medida em que perpetua e aprofunda a tutela ideológica pequeno-burguesa’. Esta seria a consequência real da ampliação das alianças propostas pelas duas correntes criticadas que, ademais, seria a mesma política consagrada por trinta anos de atuação do PCB ‘sempre a procura de aliados pequeno-burgueses, burgueses progressistas e nacionalistas-democráticos’.<sup>307</sup>

Para Franklin Martins, a vitória do MDB nas eleições de 1974 foi uma resposta silenciosa do povo brasileiro à ditadura, e a esquerda teria cumprido uma importante tarefa na luta pela democracia.

Vitória do MDB em 1974, derrota do governo nas eleições em 1974. Quando eles abrem as urnas, eles tinham perdido na maioria dos estados as eleições majoritárias. E para candidatos que não existiam. Vamos ter claro, Orestes Quércia não era nada, era prefeito de Campinas, Itamar era um prefeito de Juiz de Fora, o Roberto Saturnino, no Rio, foi escolhido a laço não sei quantos dias antes, o Agenor Maria, do Rio Grande do Norte era um Marinheiro. Ou seja, não eram nomes importantes. O povo disse e deixou claro: ‘não estou satisfeito com isso, não quero isso e etc.’, na primeira oportunidade que ele teve. É claro que já houve dentro disso um amadurecimento do conjunto da esquerda e das forças populares, que apesar de todas as dificuldades, dos problemas, das limitações das eleições que eram uma farsa. À medida que as forças mais conseqüentes da oposição, as mais combativas foram para dentro do processo eleitoral, aquilo encontrou com esse sentimento de oposição e desembocou.<sup>308</sup>

Perguntado se considerava uma contradição uma organização revolucionária aderir a candidaturas autênticas do MDB, Carlos Alberto Muniz reforçou a defesa de Franklin Martins, pois considera que o apoio e, logo depois, a entrada no MDB foi um caminho importante para combater a ditadura.

Porque na verdade, quer dizer, essa contradição, ela é uma contradição sim, você é... se considera, que você tá se aburguesando porque tá entrando no PMDB, aí é uma contradição. Mas não é uma contradição, se você considerar que o trabalho do PMDB é parte de um trabalho revolucionário num estágio que a luta política tá colocando para nós. Quer dizer, nesse estágio, é... é mais revolucionário eu conseguir mobilizar através da política possível ali, um movimento que crie bases de dificultar a vida da ditadura no plano político, do que eu ficar achando que fazer proselitismo sobre a revolução é mais eficiente do que o combate à ditadura, do que promover um movimento concreto de pessoas que se dispõem a achar que a democracia

<sup>307</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>308</sup> MARTINS, Franklin. Entrevista concedida ao Projeto “Memória do Movimento Estudantil”, Rio de Janeiro, 06/12/2004. p. 32.

como valor é mais importante que a ditadura, mesmo que elas não saibam o que vão fazer depois com essa democracia. E aí o meu papel é ir fazendo com que isso vá avançando no seu grau de consciência, no seu grau de politização.<sup>309</sup>

A partir de 1974, boa parte das organizações clandestinas que sobreviveram à repressão e foram críticas do reformismo do PCB passou a defender uma política de alianças ampla com setores do MDB que eram contrários à ditadura. As eleições de 1974 deram ampla vitória ao MDB, que contou com o apoio de organizações como a APML e o MR-8 a candidaturas com perfil mais amplo, como o caso do advogado, jornalista e defensor dos direitos humanos Lysâneas Maciel. “O Maciel que era um liberal de formação católica, mas mais radical que o discurso contra a ditadura do que seria necessário ser, mas é porque era da índole dele, aquilo foi muito isso”.<sup>310</sup>

Segundo Carlos Alberto Muniz, a participação na campanha de Lysâneas Maciel rendeu ao MR-8 frentes de trabalho nas favelas do Rio de Janeiro, levando a organização a dirigir a Associação Geral das Favelas.

Quer dizer, aquele movimento do Maciel do Rio, tudo a gente tá metido, muito fortemente. Os companheiros que já estavam aqui já entram nisso muito fortemente. A partir... Já entra comunidades, quer dizer... Pô... Nossos companheiros passam a frequentar escola de samba, porra, Jacarezinho, Unidos da Tijuca, é... Associação de Favelas. Porra! A gente passa, porra, a ter um peso, inclusive tem um militante nosso que é o Presidente da Associação de Favelas, vai ser o Irineu Guimarães, então... Porra! Começou! 74, 75... Pô, nós, quando, é... Nós tínhamos caras que tinham estudantes que passavam a ter formação técnica e o movimento sindical e, pô, um metalúrgico, até hoje, hoje é advogado trabalhista, tal... Metalúrgico, mas era dirigente sindical, antes do tempo, e a gente, pô, teve presença ativa no movimento sindical naquele período de 75/76. Então, quer dizer, naquilo que existia de movimento na época, começa a presença nossa.<sup>311</sup>

O MR-8 assumiu a direção da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) no curso dos anos 70. “Os diretores da chamada ‘Nova FAFERJ’, na sua maioria pertenciam à organização de esquerda MR-8 e defendiam a necessidade de construção de uma frente popular e democrática para a derrubada da ditadura”. Com o trabalho nas favelas, o MR-8 finalmente conseguiria algum enraizamento nos setores populares.<sup>312</sup> O ex-dirigente da FAFERJ e militante do MR-8, José de Arimatéia, relatou o seguinte:

<sup>309</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2015.

<sup>310</sup> Entrevista de Carlos Alberto Muniz para esta pesquisa, concedida em 09/03/2015.

<sup>311</sup> Idem.

<sup>312</sup> ELADIR, Fátima Nascimento dos Santos. *E por falar em FAFERJ...* Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 – 1993) – memória e história oral. 2009, p. 43.

As favelas eram consideradas curral eleitoral, o trabalho da FAFERJ foi romper essa questão, uma vez que favelado também é trabalhador e tem o direito de respeito, trabalho, moradia. Acho que esse trabalho melhorou a auto-estima dos moradores favelados, tanto que os políticos não conseguiam os convencer tão facilmente como antes. O vereador Antônio Carlos de Carvalho teve uma votação expressiva nessas comunidades, pois ele representava o anseio da comunidade, que era a melhora de vida. O morador de favela já agia politicamente, não permitia a entrada de políticos oportunistas. [...] Eu era diretor suplente, mas o meu trabalho junto com os outros companheiros era mostrar que a FAFERJ tinha um compromisso de luta dos interesses dos moradores, uma vez que existia outra FAFERJ ligada ao dito ‘chaguismo’, que tinha uma proposta diferente. O nosso trabalho foi de divulgar a FAFERJ nas outras favelas, visitávamos as diretorias, pois a maioria possuía uma atuação muito pequena, e nós queríamos mostrar que era possível ter um trabalho mais amplo, ter uma participação interna e estadual. E através desse trabalho o movimento teve um grande crescimento.<sup>313</sup>

Através da FAFERJ, o MR-8 buscava ampliar sua influência por meio de uma rede de contatos nos diversos setores que lutavam contra a ditadura. Artistas, intelectuais, organizações combativas e políticos de oposição formaram uma rede de contatos. “Essa rede de contatos era bastante heterogênea. Era uma rede sem estrutura centralizada que tinha como inimigo comum a Ditadura, que embora já abrandada em seus atos, ainda ameaçava os anseios de emancipação da sociedade brasileira”.<sup>314</sup>

Mesmo em um partido burguês, como o MDB, Tônico conseguiu ter uma atuação parlamentar voltada para a defesa dos interesses populares. O mandato não se limitou à atuação em defesa de uma categoria, mas procurou envolver-se no conjunto das lutas dos trabalhadores.

O MDB passou a abrigar diversos setores contrários à ditadura, inclusive, organizações como o MR-8. Fizeram parte desse amplo movimento em defesa da democracia sindicatos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o movimento estudantil e a igreja católica, que assumiu a luta em defesa dos direitos humanos e organizou uma parte do movimento popular de bairros através das comunidades eclesiais de base. A sociedade civil começava a se reorganizar e, atuando em conjunto, tinha como objetivo a reestruturação do regime democrático.

---

<sup>313</sup> CAMPOS, José de Arimatéia *apud* ELADIR, Fátima Nascimento dos Santos. *E por falar em FAFERJ...* Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 – 1993) – memória e história oral. 2009.

<sup>314</sup> Idem.



A luta institucional assumiu a centralidade da ação política e o ascenso do movimento popular estaria subordinado ao fortalecimento de um amplo campo político sob a direção do conjunto de forças que aderiu à luta pela defesa da democracia.

A eleição de Tônico consolidou a entrada do MR-8 no MDB. A organização, paulatinamente, se aproximava do grupo autêntico, setor formado por defensores dos Direitos Humanos e das liberdades democráticas.

As atividades políticas nos movimentos e organizações sindicais e na esfera político-institucional contribuíram para reconstruir o MR-8, que se fortaleceu na segunda metade da década de 1970, beneficiando-se e participando das lutas democráticas que então se desenvolviam, em escala crescente, sobretudo nas principais cidades brasileiras.<sup>315</sup>

Como vereador, Tônico buscou aprofundar o trabalho nos setores populares reforçando o vínculo da organização com a classe trabalhadora, principal desafio do MR-8 ao longo dos anos. Sobre o mandato de Tônico, o texto do Centro Cultural Antônio de Carvalho definiu assim sua atuação:

Como vereador, não houve causa popular no Rio de Janeiro que não contasse com seu apoio e participação, transformando seu gabinete num espaço vivo de reorganização do movimento popular, nas lutas pelo fortalecimento das oposições sindicais, nas lutas de fábrica, contra o arrocho salarial e pela reposição de salários, pela liberdade sindical, das associações de bairro, do movimento contra o aumento do custo de vida, na luta pelos camponeses pela terra, e na reconstrução das entidades operárias, estudantis e dos favelados, na resistência cultural que fervilhava nas universidades e morros cariocas.<sup>316</sup>

Apesar de considerável atuação no movimento social, o MR-8, no início dos anos de 1980, se aproximou de Orestes Quécia, político tradicional, que chegou a ser governador de São Paulo. O MR-8 não saiu do MDB até 2010 para criar seu próprio instrumento partidário, o Partido da Pátria Livre (PPL).

Após um longo período de autocrítica, migraram para uma posição de aproximação com setores sociais que defendiam a democracia sob o limite de seus interesses de classe. As liberdades democráticas da sociedade assumiram o lugar do debate revolucionário e a transição democrática, mesmo com amplas mobilizações populares, não ultrapassou o limite dos interesses de classe da burguesia.

Quadros históricos da burguesia foram as principais lideranças da transição tutelada. Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Sarney se consolidaram como dirigentes desse

<sup>315</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a Ditadura à luta eleitoral no PMDB (com Daniel Aarão Reis Filho). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 141.

<sup>316</sup> <[http://www.cecac.org.br/Tonico\\_atentado.htm](http://www.cecac.org.br/Tonico_atentado.htm)>.

processo. A opção pela participação no fortalecimento do MDB como alternativa política ao regime consolidou o projeto burguês remontado na democracia liberal.

O MR-8 foi uma das organizações mais ativas no processo de reconstrução democrática ao lado de setores da burguesia. Suas posições foram se adequando ao projeto da classe dominante e cada vez mais se distanciando da perspectiva socialista defendida no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. Os anos subsequentes revelaram que o MR-8 era apenas uma caricatura da organização revolucionária de outros tempos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que esta dissertação evidenciou a importância da DI-GB e do MR-8 na trajetória da esquerda armada nos anos 1960 e 1970 do século XX. Analisamos as diversas fases da luta política no Brasil e as mudanças de rota do MR-8 que tiveram repercussão na luta política nacional. Se a década de 60 foi marcada pela ascensão da luta de massas e a defesa de um projeto de mudanças significativas na estrutura social econômica do país por uma ampla parcela da sociedade brasileira, os anos 70 foram de duros debates e reconstrução do trabalho político das forças revolucionárias recém saída da derrota do projeto guerrilheiro.

A derrota do PCB e a estratégia da via pacífica para a revolução brasileira impulsionou a adesão das organizações que surgiram das dissidências do partido ou de outras forças políticas de esquerda à luta armada como principal forma de luta contra a ditadura e via mais rápida para a revolução. Nascidas num mesmo contexto, às organizações armadas tinham muito mais semelhanças do que as divergências faziam parecer. Na teoria e na prática eram muito próximas.

Trabalhando os dados do Projeto Brasil nunca mais publicados nos estudos de Daniel Aarão Reis em *A Revolução Falhou ao encontro* e Marcelo Ridenti em *O Fantasma da Revolução Brasileira* de traçamos o perfil social da militância do MR-8 essencialmente vinculada aos setores médios e ao movimento estudantil. Entretanto, seria do movimento estudantil que sairia a maior parte da militância do MR-8 que ousou enfrentar a ditadura de armas na mão, passando a vida clandestina num sacrifício em nome de uma nobre causa que custou vidas e sonhos.

Procuramos mostrar que logo após o golpe a fração que deu origem a DI-GB se constituiria como uma força pujante no movimento estudantil. Essa fração dirigiu importantes Centros Acadêmicos, como o Candido de Oliveira, na UFRJ foi decisiva na reconstrução da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro. O trabalho no ME carioca quase levou a dissidência a presidência da UNE. O aprofundamento da repressão empurrou a esquerda para um beco sem saída. A quase inexistência de espaços legais de oposição impulsionou a resistência armada que sofreria com a severa repressão patrocinada por segmentos econômicos interessados na destruição completa da esquerda armada.

Como vimos nessa trajetória acidentada, a DI-GB/MR-8 viveria dois processos distintos de racha. O primeiro, logo após do PCB, quando se manteve no movimento de massa

resistindo ao fetiche da luta armada. O segundo mais significativo, representou a divisão de uma das mais destacadas organizações armadas do país.

Ademais, descrevemos as repercussões do processo de autocrítica. A aproximação com a Política Operária (POLOP) e Ação Popular Marxista Leninista (APML) e as razões que levaram ao afastamento do tripé de organizações. Por fim, analisamos a adesão a um amplo campo de oposição a ditadura sob a bandeira da luta democrática.

A história do Movimento Revolucionário 8 de Outubro não começa e nem se esgota nesta pesquisa. Esta é só uma pequena contribuição, a muito a ser descoberto, escrito e pesquisado.

Ao final deste itinerário, curtimos as delícias e as dores da pesquisa histórica, presenciamos variadas sensações que acompanharam emocionados testemunhos sobre a trajetória da geração que ousou lutar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.

\_\_\_\_\_. “Memória e história: estudos de caso no Brasil e na Argentina”. *XXIII Encontro anual da ANPOCS*, 1999.

\_\_\_\_\_. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARROS, José D’Assunção. Teoria e metodologia: algumas distinções fundamentais entre as duas dimensões, no âmbito das ciências sociais e humanas. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, n. 1, p. 273-289, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978-a [original: 1969].

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 243 fls. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO, Lucileide. Revolução e resistência: historiografia e luta armada na História do Brasil. *Revista da FLUP*, Porto, IV série, v. 4, 2014.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janafina. Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CODATO, Adriano Nervo. “O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas”. In: *Revista História: questões e debates*, n. 40, p.11-36. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

COELHO, Aurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubens. *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CORRÊA, Lucas Andrade Sá. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. 2014. 126 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, 2014.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “1964: temporalidades e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCÃO, Frederico José. *Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH. 2010. 533 fls. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

FICO, Carlos. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GIANNAZI, Carlos. *A doutrina da segurança nacional e o milagre econômico (1969/1973)*. São Paulo: Cortez, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Maio de 1968 na França e a Teoria Social Contemporânea. *32º Encontro Anual da ANPOCS*.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HERLER, Thomaz Joelzer. *Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político militar (1964-1969)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNOESTE, 2015.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil, partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. vol. V.

KERTZER, David. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 15.

LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. 2009. 199 fls. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de Maio 68. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 84, maio de 2008.

MAFRA, Patricia Henriques. *Uma escola contra a ditadura: a participação política do CAP-UFRJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. 1993. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2002. vol. V. p. 185-212.

MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1974-1979)*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Centre d’Histoire Sociale du Xème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, 2010.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; SALGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-242.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. Brasília: Brasiliense, 1990. vol.1.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da História*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

\_\_\_\_\_. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2002. vol. V.

\_\_\_\_\_. 1968: o curto ano de todos os desejos. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, Jan./Dez. 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre ditadura e democracia – Da modernização conservadora ao reformismo moderado. In: \_\_\_\_\_. *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; AMARAL, Tatiana. Militantes e jornalistas: a imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura. *XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 3.

\_\_\_\_\_. “Debate no exílio: em busca de renovação”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. vol. 6. p. 291-339.

\_\_\_\_\_. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

\_\_\_\_\_. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas\\_Revolucionarias\\_e\\_Luta\\_Arma da.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Arma da.pdf)>.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SAES, Décio. “Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)”. *Contraponto*, Ano 2, n. 2, dez. de 1977.

\_\_\_\_\_. Classe média e escola capitalista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 21, 2005.



\_\_\_\_\_. Educação e socialismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 18, 2004.

SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. vol. 4.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judiciária no Estado de São Paulo (1967-1974)*. 2006. 293 fls. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2006.

SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. São Paulo: Record, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista brasileira de História*, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968: Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, n. 2, 1994.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

## **DOCUMENTOS E JORNAIS:**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho*.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Série Movimento Revolucionário 8 de Outubro*.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Dossiê: Documentos Impressos de Circulação Interna*.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Linha Política*, abr. de 1969.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Recrutamento – formação de quadros*, dez. de 1969.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Resoluções do Pleno*, dez. de 1972.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. FUNDO POLOP. *Jornal Voz Operária*, mar. de 1958.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. FUNDO POLOP. *Documento de circulação interna balanço sobre a conjuntura*, jan. de 1971.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. FUNDO POLOP. *Orientação para a prática*, jan. de 1971.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. FUNDO POLOP. *Jornal resistência*, ano 4, série 2, fev. de 1972.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. FUNDO POLOP. *Arma da crítica*, dez. de 1970.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. FUNDO POLOP. *Sobre a frente das 5 – MR-8, VPR, PCBR, MRT e ALN*.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. *Resoluções do 2º Congresso da POLOP*, 1963.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. *Jornal Política Operária*, abr. de 1962.

NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL/ LABORATÓRIO DO TEMPO PRESENTE (IFCS/UFRJ). *Acervo Oral/Projeto “Memórias do Movimento Estudantil”*.

## **FONTES ORAIS:**

BENJAMIN, Cid. *Entrevista concedida a Virgilio Sena Nery*. Rio de Janeiro, 05 de mar. de 2015.

FERREIRA, Juca. *Entrevista concedida ao projeto “Memória do Movimento Estudantil”*. Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro, 19 de out. de 2004.

MARTINS, Franklin. *Entrevista concedida ao projeto “Memória do Movimento Estudantil”*. Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro, 12 de set. de 2005.

MUNIZ, Carlos Alberto. *Entrevista concedida a Virgilio Sena Nery*. Rio de Janeiro, 09 de mar. de 2015.

PALMEIRA, Vladimir. *Entrevista concedida ao projeto “Memória do Movimento Estudantil”*. Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro, 12 de set. de 2005.

REIS, Daniel Aarão. *Entrevista concedida a Virgilio Sena Nery*. Rio de Janeiro, 04 de mar. de 2015.

RIBEIRO, Maria Augusta. *Entrevista concedida ao projeto “Memória do Movimento Estudantil”*. Núcleo de História Oral do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ.

SALGADO, João Lopes. *Entrevista concedida a Virgilio Sena Nery*. Rio de Janeiro, 08 de mar. de 2015.